



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE

FERNANDA ALLIATTI MASUTTI

**Charque e cacau: um estudo sociorregional do coronelismo
em Pedro Wayne e Jorge Amado**

CAXIAS DO SUL

2015

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE

FERNANDA ALLIATTI MASUTTI

**Charque e cacau: um estudo sociorregional do coronelismo
em Pedro Wayne e Jorge Amado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Miranda Alves

CAXIAS DO SUL

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

M424c Masutti, Fernanda Alliatti, 1991-
Charque e cacau : um estudo sociorregional do coronelismo em Pedro
Wayne e Jorge Amado / Fernanda Alliatti Masutti. - 2015.
87 f. ; 30 cm

Apresenta bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Miranda Alves.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa
de Pós-Graduação do Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade,
2015.

1. Análise do discurso. 2. Coronelismo. 3. *Xarqueada (obra literária)*.
4. Wayne, Pedro, 1904-1951 – Crítica e interpretação. 5. *Gabriela, cravo
e canela (obra literária)*. 6. Amado, Jorge, 1912-2001 – Crítica e
interpretação. I. Título.

CDU 2.ed.: 81'42

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|--|------------------------|
| 1. Análise do discurso | 81'42 |
| 2. Coronelismo | 321.1 |
| 3. <i>Xarqueada (obra literária)</i> | 821.134.3(816.5)-31 |
| 4. Wayne, Pedro, 1904-1951 – Crítica e interpretação | 821.134.3(816.5)-31.09 |
| 5. <i>Gabriela, cravo e canela (obra literária)</i> | 821.134.3(81)-31 |
| 6. Amado, Jorge, 1912-2001 – Crítica e interpretação | 821.134.3(81)-31.09 |

Catálogo na fonte elaborada pela bibliotecária
Ana Guimarães Pereira – CRB 10/1460

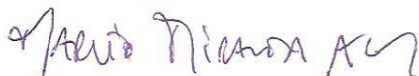
Charque e cacau: um estudo sociorregional do coronelismo em Pedro Wayne e Jorge Amado

Fernanda Alliatti Masutti

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, Área de Concentração: Estudos de Identidade, Cultura e Regionalidade. Linha de Pesquisa: Processos Culturais e Regionalidade.

Caxias do Sul, 10 de agosto de 2015.


Banca Examinadora:



Dr. Márcio Miranda Alves
Universidade de Caxias do Sul



Dr. Pedro Brum Santos
Universidade Federal de Santa Maria



Dr. Rafael José dos Santos
Universidade de Caxias do Sul



Dra. Salete Rosa Pezzi dos Santos
Universidade de Caxias do Sul

Dedico este trabalho ao Valeriano,
à Silvana, ao Ricardo e ao Jimmy.
Vocês são minha força, meu
motivo, meu exemplo, minha
alegria, meus amores, minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força nos momentos difíceis.

Ao Valeriano e Silvana, pais e pessoas incríveis, pelo incansável apoio, carinho e amor.

Ao Ricardo, irmão, pela paciência, amor e ajuda em todos os momentos da minha vida.

Ao Jimmy, irmão de alma, pelo carinho, companhia e amor incondicional.

Ao dedicado professor e orientador Márcio Miranda Alves, pela sua disponibilidade, auxílio, compreensão, acolhimento e contribuições valiosas para o andamento do trabalho.

À professora Marília Conforto, pelo acolhimento e incentivo desde os primeiros passos.

A todos os docentes do Programa, que contribuíram com seus ensinamentos e experiências.

A todos os colegas do curso, pela companhia e incentivo constante.

Aos amigos, pelo incentivo, afeto e por momentos de descontração.

Aos meus alunos, pela energia, carinho, incentivo e por tornarem minhas tardes mais alegres.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho realiza um estudo da representação do coronelismo nas narrativas de ficção *Xarqueada*, de Pedro Wayne, publicada em 1937, e *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado, de 1958, ambientadas, respectivamente, no Sul e Nordeste do Brasil. Entendendo que os aspectos culturais e socioeconômicos são partes integrantes de uma configuração histórica regional, a pesquisa busca discutir a forma com que espaços distintos contribuem para a construção ficcional dos coronéis nas regiões de produção do charque e do cacau. Além disso, o estudo analisa como as atividades charqueadora e cacaeira estão relacionadas com as disputas de poder e como a modernidade, tanto em âmbito econômico quanto cultural, consiste em um fator importante na reorganização dos jogos de forças das oligarquias no cenário político regional e nacional. Dessa forma, visa-se contribuir com os estudos sociorregionais que tratam do coronelismo e de suas relações de poder nas áreas da literatura e da história.

Palavras-chave: Coronelismo. Jorge Amado. Pedro Wayne. Literatura Brasileira.

ABSTRACT

This work performs a study of the coronelismo representation on the narratives of the Pedro Wayne's fiction *Xarqueada*, published in 1937, and Jorge Amado's *Gabriela, cravo e canela*, from 1958, settled, respectively, in the south and northeast regions of Brazil. Understanding that the cultural and socioeconomic aspects are inherit parts of a regional historical configuration, the research aims at discussing the way that distinct areas contribute to the coronels fictional construction in the cocoa and charque (jerked meat) production regions. Furthermore, the study proposes to analyze how charque and cocoa activities are related to power disputes and also how the modernity, in both economical and cultural levels, consists in an important factor in the reorganization of the oligarchies game of power in the regional and national scenario. As a result, the present study intends to contribute with the socio-regional studies which deal with the coronelismo and its relations of power under the literature and history scope.

Keywords: Coronelismo. Jorge Amado. Pedro Wayne. Brazilian Literature.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 APONTAMENTOS PARA UM PERCURSO CRÍTICO.....	12
2.1 HISTÓRIA E LITERATURA: INTERFACES.....	12
2.2 ROMANCE DE 30 E REALIDADE REGIONAL.....	19
2.3 CONCEITOS DE REGIÃO E REGIONALIDADE.....	25
3 XARQUEADA: PRODUÇÃO SALADEIRIL E CONSCIÊNCIA SOCIAL.....	29
4 GABRIELA, CRAVO E CANELA: A OLIGARQUIA RURAL EM NOVOS TEMPOS.....	43
5 DUAS REGIÕES, UMA AUTORIDADE: O CORONELISMO NO RIO GRANDE DO SUL E NA BAHIA.....	55
6 CONCLUSÕES.....	75
REFERÊNCIAS.....	82

1 INTRODUÇÃO

As obras literárias ficcionais são instrumentos que auxiliam na compreensão de processos históricos. Através delas pode-se traçar panoramas de época e, muitas vezes, construir um novo ponto de vista sobre os acontecimentos passados. Sabe-se que, ao contrário da narrativa historiográfica, a literatura de ficção pode fantasiar e manifestar emoções sem respeitar o estatuto da verdade, ou seja, sem estar vinculada a personagens ou fatos reais. Essa liberdade artística não impede que o texto literário apresente um contexto histórico, pois mesmo que o autor não escreva sobre sua época, ele pode resgatá-la através da leitura da historiografia e da memória coletiva.

Constatando a importância de um estudo interdisciplinar entre as áreas da História e da Literatura, optou-se por realizar um estudo comparativo sobre a construção ficcional do coronelismo¹ em espaços culturais distintos, com base nas obras *Xarqueada*, de Pedro Wayne, publicada em 1937, e *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado, de 1958, ambientadas, respectivamente, no Sul e Nordeste² do Brasil.

Pedro Wayne, em *Xarqueada*, faz uma representação da vida em uma charqueada³ no interior do Rio Grande do Sul na década de 1920. A narrativa possibilita a observação dos conflitos dessa sociedade e seu processo transitório rumo à industrialização. Tratando igualmente de um processo transitório do início do século XX, que contrapõe as estruturas do coronelismo e da modernidade, *Gabriela, cravo e canela* expõe uma sociedade diante de um processo de adaptação ou refutação das novidades, ou seja, da modernização que afeta os costumes até então enraizados, controlados e difundidos pelo sistema desigual e autoritário do coronelismo.

Neste estudo, a modernidade é considerada como mudança e desintegração, já que ao unir os seres humanos, também funciona como uma unidade paradoxal, ou como afirma

¹ **Coronelismo:** o coronelismo foi um sistema de poder político que vigorou na época da República Velha (1889-1930), caracterizado pelo poder concentrado em mãos de, geralmente, um grande proprietário, um dono de latifúndio ou um fazendeiro próspero. Disponível em: <<http://histprofep.blogspot.com.br/2015/03/republica-velha-canudos-e-revolta-da.html>> Acesso em: 20/04/2015.

² **Sul e Nordeste do Brasil:** consideram-se as regiões Sul e Nordeste de acordo com a divisão regional estabelecida em 1970, na qual o Rio Grande do Sul é considerado um estado da região Sul e a Bahia é considerada um estado pertencente ao Nordeste. Em 1970, o Brasil ganhou as nomenclaturas que possui até hoje. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/geografia/o-processo-divisao-regional-territorio-brasileiro.htm>> Acesso em: 20/04/2015.

³ **Charqueada:** é a denominação da área da propriedade rural em que se produz o charque, sendo normalmente galpões cobertos nos quais a carne salgada é exposta para o processo de desidratação. Disponível em: <<http://pro.casa.abril.com.br/group/cronicasdoouoverde/forum/topics/as-charqueadas-do-rio-grande>> Acesso em: 20/04/2015.

Berman (2007, p. 24), é “uma unidade de desunidade”, envolvendo todos em contradição e ambiguidade. Ainda para Berman (2007, p. 24), “ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”. Com a modernidade o ser humano torna-se, ao mesmo tempo, revolucionário e conservador, aberto a novas possibilidades e amedrontado com o niilismo ao qual as novidades o conduzem, ou seja, o ser humano procura “criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz” (BERMAN, 2007, p. 22).

Em 1925, o Brasil vendeu no mercado externo mais de 64 mil toneladas de cacau (ARRUDA e PILETTI, 2006). Nessa época, o coronelismo ainda se fazia presente nas plantações, e certamente vigorava em outras regiões brasileiras, como no Rio Grande do Sul, nas charqueadas. A figura do “coronel” surge de um título concedido pela Guarda Nacional às pessoas da elite capazes de arregimentar homens para apoiar o governo em caso de revoltas ou guerras. Com o tempo, a palavra passou a designar o chefe político local, homem de posses, geralmente proprietário de terras ou comerciante. Esses “coronéis” ditavam regras, leis e acabavam por influenciar os costumes, as crenças e o modo de agir da população regional.

Nesse sentido, a partir das obras *Xarqueada* e *Gabriela, cravo e canela* investiga-se a representação ficcional do coronelismo como contribuição aos estudos sociorregionais no âmbito da literatura. A pesquisa busca discutir a forma com que espaços culturais-econômicos distintos contribuem para a construção ficcional do coronelismo nas regiões do charque e do cacau, compreendendo que os aspectos culturais e socioeconômicos são partes integrantes da configuração regional no Sul e Nordeste. Este estudo se propõe, também, a analisar como as economias do charque e do cacau estão relacionadas com as disputas de poder e de que forma a modernidade, tanto em nível econômico quanto cultural, consiste em um fator importante na reorganização dos jogos de forças do sistema coronelista. Com base nesses objetivos, busca-se analisar nas obras a representação do coronelismo em espaços distintos e sua influência na formação da estrutura social e de poder no Sul e Nordeste do Brasil.

Para isso, a pesquisa analisa a formação histórica do coronelismo; identifica nos textos ficcionais os discursos dos narradores sobre o coronelismo, com o objetivo de demonstrar as estratégias de permanência do poder dos coronéis frente à perspectiva do progresso e das mudanças sociais em curso no período ficcional dos romances; demonstra através de uma leitura interdisciplinar como a ficção permite a construção da figura do coronel e de um panorama socioeconômico de época, com o objetivo de demonstrar como o texto ficcional

apresenta as críticas em torno das relações de poder do coronel; e, por fim, aponta as diferenças entre o coronelismo no Sul e no Nordeste do Brasil, ou seja, a influência de espaços culturais distintos no contexto que envolve a construção da figura do coronel, estabelecendo aproximações e distanciamentos nas regionalidades locais.

Dessa forma, o presente estudo visa contribuir para as pesquisas na área da História e da Literatura, traçando um panorama de época de acordo com as obras de ficção de Pedro Wayne e Jorge Amado. Um estudo do coronelismo em diferentes espaços socioculturais pretende contribuir para a reflexão sobre os feixes de relações estabelecidos no Sul e Nordeste do Brasil, através da economia do charque e do cacau e, conseqüentemente, levar a uma reflexão sobre a formação e desenvolvimento econômico e social do Brasil.

No caso da obra *Gabriela, cravo e canela*, Jorge Amado apresenta a sociedade de Ilhéus na época transitória de 1925. Nesse momento histórico, o grupo social representado compreende o movimento progressista que afeta cada vez mais seus hábitos e ideologias, mas enfrenta o enraizamento de costumes e pensamentos determinados pelo coronelismo. O discurso literário do autor permite a visualização de um coronel já não mais desbravador ou de poder incontestável, mas uma figura que se depara com novos modelos sociais e forças políticas que acabam por superá-lo.

A Revolução de 30 representa o começo de um novo processo político e econômico no Brasil. Nesse período tem-se não exatamente o início da industrialização, mas a utilização total da capacidade do parque industrial já existente. Segundo Mendes Jr. e Maranhão (1981, p. 172), “Foi do excedente acumulado com o capital cafeeiro que nasceu a industrialização, sendo que no período da Grande Crise ele encontrou as condições para se desenvolver”. Segundo os autores (p. 173), antes mesmo da implantação do Estado Novo, o governo Vargas interferia no combate a problemas da nova realidade industrializante, como a questão da superprodução ou subconsumo. *Gabriela*, ao expor o desejo de mudança e liberdade da população de Ilhéus, não deixa de representar um país sedento por inovação. Jorge Amado, autor participativo na política, eleito deputado federal e membro do Partido Comunista Brasileiro até 1956, elabora cuidadosamente os contextos históricos em suas obras, muitas vezes através do olhar dos menos favorecidos.

Pedro Wayne, por sua vez, de acordo com Remedi (1997, p. 27), “em conformidade com seus ímpetos revolucionários, pegou em armas na arrancada de Getúlio Vargas rumo ao Rio de Janeiro, em 1930, na posição de tenente dos corpos de provisórios”. Justamente no ano da publicação de *Xarqueada*, Getúlio Vargas anuncia a implantação do Estado Novo. O romance, nesse contexto, torna-se o meio de Wayne participar do movimento de sua época e

manifestar sua posição contrária à ideologia regionalista em voga, que enaltecia o gaúcho bravo e heroico.

Os acontecimentos políticos e econômicos da década de 30 permitem que a figura do coronel seja superada por novas forças políticas, como cita Filho (1978, p. 90), apresentando algumas causas dessa transição: a Revolução de 1930 provocou o enfraquecimento do coronel e a transferência das lideranças política e administrativa para os profissionais liberais; a crise econômica mundial de 1930, que com seu séquito de desajustamentos econômicos fez ruir o café e arrastou o cacau; o cansaço e esgotamento do solo, após mais de um século, de 1820 a 1930, começaram a se fazer sentir em determinadas áreas e provocaram a estagnação e o declínio da produção de cacau no Brasil; havia falta de assistência técnica geral e particularmente na linha de preservação da terra, adubação e fertilização; a ausência de assistência financeira, sobretudo crédito bancário, que permitisse aperfeiçoamento nos métodos de trabalho e na renovação da lavoura; o sistema bancário deficiente e ultrapassado pela expansão da lavoura cacauzeira; inflação e flutuação de preços.

A base teórica deste trabalho constitui-se em obras que discutem a ocupação territorial do Brasil em geral, focando-se nas regiões Sul e Nordeste, com suas respectivas formações sociais, políticas, econômicas e culturais. Há, também, um referencial teórico sobre o coronelismo, desde a sua formação até o seu enfraquecimento e substituição por novas forças políticas. Discutem-se, ainda, os conceitos de região e regionalidade, fundamentais para uma reflexão sobre as regiões a serem analisadas através das obras literárias ficcionais.

Como base teórica tem-se Manuel Diégues Júnior (1960), que trata da ocupação humana e territorial do Brasil e discute as regiões culturais do Brasil, além de tratar sobre etnias e culturas no Brasil (1972). De Gilberto Freyre, prioriza-se a obra *Interpretação do Brasil* (2001), que se relaciona com as questões discutidas por Manuel Diégues Júnior acerca da formação do Brasil. Sobre a ocupação e a economia do Rio Grande do Sul, em especial a indústria charqueadora, trabalha-se com Guilhermino César (1993) e Pesavento (1980). Sobre a política e a literatura de Jorge Amado o estudo apoia-se em Gomes (1981). Adonias Filho (1978) apresenta questões sobre o sul da Bahia e Sousa (2001) analisa a saga do cacau na ficção de Jorge Amado. *A invenção do coronel*, de João Gualberto (1995), norteia a discussão sobre o coronelismo. Para as questões de região e regionalidade trabalha-se com Arendt (2012), Chiappini (2013), Haesbaert (2010) e Pozenato (2003). Por fim, destaca-se Remedi (1997), com discussões sobre as representações do ambiente saladeiril, do trabalhador da charqueada e de sua vida social em *Xarqueada*.

Ao optar pelo método comparativo, partiu-se das contraposições entre as relações de poder existentes nos dois romances analisados, que apresentam coronéis detentores do poder econômico e, conseqüentemente, detentores do poder político e social. No lado oposto dessa hierarquia, apresentam-se os trabalhadores “livres”, explorados e totalmente dependentes do sistema coronelista.

Nesse sentido, a dissertação é composta do capítulo um, referente à esta “Introdução”, com a apresentação da temática a ser desenvolvida, dos objetivos e método utilizado para a análise do coronelismo nas duas obras literárias citadas. No capítulo dois, intitulado “Apontamentos para um percurso crítico”, apresenta-se a definição de alguns conceitos fundamentais para o presente trabalho, divididos em três subtópicos: “História e Literatura: interfaces” - em que se discute a importância da relação entre as duas disciplinas; “Romance de 30 e realidade regional” - apresentando o movimento literário, seu contexto histórico e suas principais características; e “Conceitos de região e regionalidade” - em que se define e discute esses conceitos que são fundamentais para a interpretação da narrativa ao longo da dissertação. No capítulo três, “*Xarqueada*: produção saladeiril e consciência social”, apresenta-se uma breve trajetória histórica da ocupação e da formação econômica do Rio Grande do Sul, através dos estudos historiográficos, a qual permite uma visualização do surgimento de diversas figuras sociais, dentre elas a do coronel, muitas vezes intitulado como estancieiro, termo aparentemente menos pejorativo. Além disso, analisa-se de que forma esse universo está representado na obra ficcional de Pedro Wayne. No capítulo quatro, “*Gabriela, cravo e canela*: a oligarquia rural em novos tempos”, realiza-se um procedimento semelhante ao do anterior. Inicialmente, com o auxílio da historiografia, apresenta-se uma síntese da história da ocupação e da formação da região do sul da Bahia. Assim, visualiza-se a trajetória dos desbravadores de terras que se tornaram poderosos e influentes coronéis, que além de fundar vilas e cidades, ditavam costumes e regras. Num segundo momento, analisa-se a representação literária desse contexto regional no romance de Jorge Amado. No quinto capítulo, “Duas regiões, uma autoridade: o coronelismo na Bahia e no Rio Grande do Sul”, realiza-se uma análise, a partir das duas obras literárias citadas, da construção ficcional do coronel em espaços culturais distintos e a influência do coronelismo na formação da estrutura social e de poder no Sul e Nordeste do Brasil. Para tal análise, será discutida a representação do coronelismo como parte integrante das regionalidades e como construção simbólica da região. O último capítulo desta dissertação é composto pelas conclusões obtidas ao longo de todo o processo de pesquisa e elaboração desse trabalho.

2 APONTAMENTOS PARA UM PERCURSO CRÍTICO

2.1 HISTÓRIA E LITERATURA: INTERFACES

A relação entre História e Literatura é constantemente discutida, pois as áreas, ao longo dos anos, se aproximaram, gerando questionamentos sobre a importância de serem trabalhadas interdisciplinarmente. Independentemente das discussões que fazem parte da história e do desenvolvimento das duas disciplinas, não se pode negar que ambas são narrativas e são, também, representações do mundo social.

O discurso histórico acaba sendo considerado aquele que aconteceu, enquanto o discurso literário está relacionado ao que poderia ter acontecido, como afirma Aristóteles em sua obra *Poética* (1996, p. 39), partindo do pressuposto de que a poesia é imitação - seja imitação da realidade na qual estamos inseridos, seja da tradição poética a que pertence o poeta, decorrendo do fato de ser inato ao ser humano imitar. Esse estatuto de verdade dado à História tem de passar pela ideia de que mesmo partindo de fontes históricas reconhecidas, o historiador é um narrador que mediatiza o que um dia teria ocorrido e esse acontecimento é reapresentado ao público:

Dizer que a história é uma narrativa verdadeira, de fatos acontecidos, com homens reais, não é, entretanto, afirmar que, como narrativa, ela seja mimese daquilo que um dia teria ocorrido. Assim, há sempre a presença de um narrador que mediatiza aquilo que viu, vê ou ouviu falar e que conta e explica a terceiros uma situação não presenciada por estes. Interpõe-se, assim, um princípio de inteligibilidade e de proposta de conhecimento do ocorrido, que é representado - re-apresentado - a um público, ouvinte e leitor. (PESAVENTO, 2000, p. 34)

A Literatura, por sua vez, é instantaneamente relacionada ao conceito de ficção, isto é, “imaginação de algo que não existe particularizado na realidade, mas apenas no espírito de seu criador. A literatura cria o seu próprio universo, semanticamente autônomo em relação ao mundo em que vive o autor” (D’Onofrio, 2007, p. 22). Porém, esse conceito sofre diferentes interpretações ao longo do tempo, como apresenta Peter Burke em *As fronteiras instáveis entre História e Ficção* (1997), expondo a trajetória da História e da Literatura desde a Antiguidade, colocando as disciplinas como reciprocamente dependentes, até porque no século XVI a palavra ficção tinha como significado algo que é moldado, trabalhado, construído e criado a partir de elementos já existentes. Dessa forma, a História também produziria ficção:

O processo de representação do real que a história se propõe envolve criação, invenção, opções, estratégias de conhecimento e pode se situar na esfera que chamamos de produção fictícia de uma temporalidade. Reconstruir o vivido pela narrativa é, praticamente, dar a ver uma temporalidade que só pode existir pela força da imaginação: primeiro do historiador, depois do leitor do seu texto. (PESAVENTO, 2000, p. 41)

Considera-se a Literatura como sistema de arte, território do fictício, da subjetividade e do imaginário e a História, ao contrário, como sistema da ciência, lugar da verdade na apreensão do real. Contudo, é importante lembrar que ambas as áreas são discursos, são construções humanas. Se na Literatura o escritor pode trabalhar com a invenção de mundos, na História há, também, uma construção de experiência, uma reconstrução do passado. Nesse sentido, ambas as disciplinas constroem a ideia de realidade, ambas se relacionam com o vivido:

A narrativa não coincide ingenuamente com o real - tal como propunham os primeiros historicistas, os historiadores positivistas ou os metódicos; ela (narrativa) é claramente assumida como uma construção do historiador. A Intriga não é mera imitação do real, mas imitação criadora; representação construída pelo sujeito. Com a narrativa histórica proposta por Ricoeur, o que se busca não é mostrar o que se passou, mas sim estabelecer uma referência a este vivido e retornar a ele. Emergindo do vivido, a narrativa a ele retorna, transformando-o e transformando-se em um único movimento, de tal maneira que se pode dizer que a narrativa histórica é uma reflexão do vivido sobre si mesmo, através das importantes mediações do historiador que constrói o texto e do leitor que recebe e ressignifica a obra historiográfica, compreendendo, através dela, a si mesmo e ao mundo. (BARROS, 2010, p. 7)

A Literatura pode auxiliar a interpretação histórica, como documento a ser lido e desconstruído, ou ser considerada como uma representação da realidade, respeitando sempre as diferenças das áreas, porém aproximando os discursos literários dos históricos:

Nota-se, pois, que apesar das partilhas entre a literatura e a história, na medida em que buscam dar sentido à experiência humana e o fazem pelos caminhos do imaginário, o grau de liberdade no que tange ao uso da imaginação é bastante variado. Embora a nova história tenha abdicado de querer recompor a 'historicidade autêntica', do poder de designar a verdade sobre o 'real acontecido', sua produção está submetida à testagem, à comprovação, o que implica certos procedimentos na seleção de fontes e na busca de coerência na composição do enredo ou deciframento da intriga a partir dos dados selecionados, os quais são ditados por critérios de cientificidade pertinentes ao método. Nesse sentido, talvez uma das distinções entre literatura e história não esteja naquilo que perseguem, mas nos modos de dar conta de tais objetivos. (SOARES, 2006, p. 6)

Outro fator que diferencia o texto literário do historiográfico é sua forma de apresentação. A narrativa historiográfica apresenta-se como um texto repleto de citações e

notas de rodapé que validam as pesquisas do historiador através do diálogo com seus pares. Há, também, a exclusão da voz do historiador, já que ele evita tomar partido e manifestar emoções. Além disso, a História preocupa-se em descrever fatos reais, efetuando o recorte do seu objeto de análise ao estipular um determinado tempo e um determinado território a ser estudado. Para o historiador, narrar é explicar e ser o conhecedor prévio do desenrolar e do desfecho do enredo:

Os signos da história ao serem retomados pela literatura têm seus significados ampliados. O discurso da história, por se pretender científico, busca impor a univocidade, tenta operar um fechamento de sentidos (a polifonia ainda é embrionária no campo da produção historiográfica). A literatura, ao contrário, lança mão da ambiguidade, coloca as metáforas para rir dos conceitos, da sua pretensão de único lugar da verdade. As imagens poéticas, sendo colocadas a serviço da imaginação e do pensamento, talvez consigam dizer melhor o 'real', no que ele tem de complexo, múltiplo e... não dizível. (SOARES, 2006, p. 6)

A compreensão de que a Literatura é, além de um fenômeno estético, uma manifestação cultural, portanto uma possibilidade de registro do homem na sua historicidade, seus anseios e suas visões do mundo, tem permitido ao historiador assumi-la como espaço de pesquisa. A linguagem literária é conotativa por excelência, carregada de subjetividade. É uma linguagem intuitiva, metafórica ou dramática, dizendo explicitamente certas coisas acerca do homem e da vida humana.

Segundo Tavares (2002), a arte literária é, verdadeiramente, a ficção, a criação de uma suprarrealidade com os dados profundos, singulares da intuição do artista. A arte é, portanto, criação de uma realidade ou verdade, que não é a simples realidade do mundo vivente. A arte é ficção, que pode ser verossímil e inverossímil. Para o autor, ao falar sobre Literatura pode-se elencar cinco pontos principais: o sinfronismo, ou seja, a existência de uma simpatia entre o autor e o leitor independentemente de tempo ou espaço; a função lúdica do espírito, o jogo, o prazer estético; a evasão, a arte pela arte, a fuga, o êxtase; o compromisso com a vida, com o tempo do autor; e a ânsia de imortalidade.

A Literatura em geral tem por objetivo romper com as expectativas do leitor, para, assim, ampliar o horizonte de expectativas daquele que entra em contato com o mundo literário. Basta conhecer um pouco do Método Recepcional para entender a importância do discurso literário na formação do ser humano. Aguiar e Bordini (1988), ao apresentar esse método, afirmam que o leitor passa por cinco fases diferentes, ou seja, o leitor sente que algo está sendo apresentado de diferente (ruptura ou perturbação), conseqüentemente há uma alteração no seu modo de pensar e ver/ler as coisas, o que resulta na ampliação do seu horizonte de expectativas. As obras literárias são consideradas, muitas vezes, mais difíceis,

justamente por seu caráter perturbador, que provoca alteração no leitor, ampliando seu horizonte de expectativas, ou seja, fazendo-o crescer, mudar e interagir melhor com o seu mundo.

Segundo Proença Filho (1995, p. 28), “O texto literário veicula uma forma específica de comunicação que evidencia um uso especial do discurso, colocado a serviço da criação artística reveladora. Por revelação compreenda-se a configuração mimética do real”, ou seja, a essência do real. O discurso literário é caracterizado pela conotação, que implica um universo cultural, na medida em que a compreensão da conotação das palavras varia entre os grupos etários, as classes sociais, etc. Ainda de acordo com Proença Filho, o discurso literário é também constituído pela complexidade - “Em certo sentido, a linguagem literária produz; a não-literária reproduz” (p. 37) -, pela multissignificação - “A literatura, na verdade, cria significantes e funda significados. Apresenta seus próprios meios de expressão, ainda que se valendo da língua, ponto de partida” (p. 39) - e pela liberdade na criação - “a literatura se abre, então, plenamente, à criatividade do artista” (p. 41).

Ao contrário, o discurso histórico prevê uma manifestação baseada em evidências, sendo que a observação dessas evidências disponíveis deve ser realizada sem interesse ou pressuposições, de forma impessoal:

O que os historiadores precisam saber sobre o passado é encontrado, através de evidências sempre disponíveis, num mundo considerado como objetivo e totalmente ‘externo’ ao historiador. Isso significa que a observação da evidência deve ser realizada sem paixão, interesse ou pressuposições. Sem o acesso à evidência, o historiador estaria condenado a voltar ao seio da literatura e a considerar seu texto uma mera ficção. A importância dos documentos e sua crítica são o centro da produção historiográfica, e garantem sua imparcialidade. (HOOPER, 2007, p. 51)

O texto histórico decorre da reflexão e interpretação do historiador, consistindo naquilo que sabemos acerca do passado, através de estudos realizados no presente, com suas questões, métodos, orientações e representações. Todo o conhecimento do passado é mediado pelo próprio presente e a materialização desse conhecimento apresenta-se nos textos dos historiadores por meio da historiografia. O historiador tem por objetivo arranjar e organizar os eventos identificados no passado, mas essa organização está sempre marcada de subjetividade, muitas vezes dependendo da posição social e institucional de quem escreve. Não existem fatos, nem história, sem um questionamento:

Sempre que formula uma questão, o historiador já tem em mente uma idéia preliminar, cuja verificação pode ser tentada a partir do documento que ele será capaz de utilizar [...]. Na ciência, a formulação de questões para as quais não existem meios de fornecer uma resposta é o pecado fundamental, a exemplo do que ocorre na vida política quando são dadas ordens que, segundo se presume, não serão cumpridas. (COLLINGWOOD⁴, 1946, p. 281 apud PROST, 2008, p. 76)

Não há questão sem documento. O historiador nunca formula um questionamento ingênuo, a criação de uma questão supõe um conhecimento mínimo das diversas fontes de pesquisa e a imaginação de sua utilização por métodos que já tenham sido utilizados em outras pesquisas. A leitura de um documento nunca é definitiva - há sempre a possibilidade de o historiador questioná-lo novamente com outras questões ou levá-lo a se exprimir com outros métodos:

A história faz-se, sem dúvida, com documentos escritos, quando eles existem; e, até mesmo, na sua falta, ela pode e deve fazer-se. A partir de tudo o que a engenhosidade do historiador pode lançar mão para fabricar seu mel, na falta de flores usuais. Portanto, a partir de palavras e sinais; de paisagens e pedaços de argila; das formas de campos e de ervas daninhas; dos eclipses de lua e das coleiras de parelha; da perícia de pedras feita por geólogos e da análise de espadas metálicas por químicos. Em suma, a partir de tudo o que, pertencente ao homem, depende e está a serviço do homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, as preferências e as maneiras de ser do homem. Uma grande parte - e, sem dúvida, a mais apaixonante - de nosso trabalho de historiador não consistirá no esforço constante para que as coisas silenciosas se tomem expressivas, levá-las a exprimir o que elas são incapazes de dizer por si mesmas a respeito dos homens e das sociedades que as produziram e, finalmente, para constituir entre elas essa ampla rede de solidariedade e ajuda mútua que supre a falta do documento escrito?. (FEBVRE⁵, 1953, p. 428 apud PROST, 2008, p. 77)

Apesar das diferenças, a História e a Literatura, cada uma com suas peculiaridades, mantêm uma estreita relação. Essa relação permite traçar um quadro mais rico do contexto social/texto ficcional, como é o caso dessa pesquisa - o coronelismo em duas regiões culturais distintas. Nos últimos anos, tem-se entendido a importância da interdisciplinaridade entre as áreas, afinal, apesar de a literatura supor uma consciência estética, é uma disciplina que trata, antes de tudo, da realidade de quem escreve, trata do que poderia ter acontecido.

Ao tratar da riqueza da contribuição do discurso literário para o discurso histórico, Baccega (1995, p. 76) afirma que a literatura é indispensável para a compreensão da realidade, que caracteriza como uma dinâmica complexa e por vezes contraditória:

⁴ COLLINGWOOD, R. G. *The idea of History*. USA: University Press, 1946.

⁵ FEBVRE, Lucien. *Combats pour l' Histoire*. Paris: Armand Colin, 1953.

As questões colocadas no discurso literário são questões do cotidiano, manifestadas nos discursos do cotidiano, e a ele compete, exatamente, elevar essas questões a um patamar superior, fazendo ver ao leitor que o que se apresenta como simples nada mais é que a simplificação às vezes ingênua, às vezes inconsciente, às vezes manipulada complexidade da totalidade. Por isso, ele se caracteriza como o discurso das possibilidades históricas; só ele é capaz de revelar a dinâmica complexa da realidade, através de uma grande variedade de formas que, muitas vezes, se configuram como contraditórias.

A Literatura, através de suas várias possibilidades narrativas, complementa a História, além da cinematografia e das artes em geral, enriquecendo o discurso historiográfico, acabando com algumas de suas limitações, possibilitando novas leituras e abordagens a partir do que já foi conquistado pelos historiadores:

A Literatura, através do moderno romance do século XX, com a sua incessante busca por novos modos de expressão e de apresentação do texto literário, já acenou há muito com uma riqueza de possibilidades narrativas que não parecem ter sido assimiladas por uma historiografia que, pelo menos neste aspecto, é ainda demasiado tradicional. Acompanhar este movimento iniciado no âmbito da Literatura do último século, mas também no campo do cinema e das artes em geral, poderia enriquecer significativamente o discurso historiográfico, ajudando-o a romper os tabus e as restrições que têm limitado a historiografia profissional enquanto uma disciplina que acaba reproduzindo os mesmos padrões, mesmo que nem sempre adequados aos novos objetos e abordagens já conquistados pelos historiadores. (BARROS, 2010, p. 20)

O discurso literário apresenta para o discurso historiográfico novas possibilidades de interpretação, estabelece uma relação com a realidade, com o vivido, que a História não pode deixar de lado. Como se pode ver nas obras analisadas - *Xarqueada* e *Gabriela*: “Dias e dias corridos, de matança sem parar. O pessoal já tinha dado tudo o que podia. O serviço puxado e sem trégua, trazia-os esgotados. Porém nenhum largava. Ninguém pulava o rinhedeiro, como diziam. Tinham de aguentar no duro, desse por onde desse. Não só porque eram aqueles os dias com que contavam para ganhar uns cobrezinhos, mais ou menos em todo o ano, como também para conservar o nome de bom peão” (WAYNE, 1982, p. 62); “Modificava-se a fisionomia da cidade, abriam-se ruas, importavam-se automóveis, construía-se palacetes, rasgavam-se estradas, publicavam-se jornais, fundavam-se clubes, transformava-se Ilhéus. Mais lentamente porém evoluía os costumes, os hábitos dos homens. Assim acontece sempre, em todas as sociedades” (AMADO, 2012, p. 10).

Em uma palavra, se há perigos em deixar a História - enquanto modalidade específica - ser engolida pela Ficção totalmente livre, há ainda perigos maiores para o historiador que deixa escapar a sua verve literária, isto é, que não aproveita devidamente a dimensão de Literatura que deve estar presente em seus textos de História. Entre estes riscos, poderemos lembrar as já discutidas reflexões de Paul Ricoeur, podemos indicar a própria perda de um liame entre a História e o Vivido, e, portanto, uma perda de atrativos do texto historiográfico para o Leitor, este que, em última instância, é também um co-criador do texto historiográfico através de sua própria leitura criadora. (BARROS, 2010, p. 15)

Segundo Baccega (1995, p. 89), “É só na história que o homem existe e a literatura nada mais é que o discurso da existência humana, das suas várias possibilidades”. Na verdade, a maior diferença entre as duas áreas é que o historiador encontra suas histórias e as interpreta e o ficcionista inventa suas histórias a partir de outras. Baccega (1995, p. 66), ao tratar do discurso historiográfico, afirma também que:

O que buscamos quando estudamos história, quando procuramos conhecer o passado, é saber como os homens, em culturas diferentes, portanto com outros meios, lutaram por seus valores; buscamos compreender o passado como construtor do nosso presente, o qual já traz em si o futuro; buscamos avaliar, interpretar como ocorreram as transformações do homem no seu relacionamento com o mundo, no processo de construção das sociedades.

A partir da afirmação de Baccega, pode-se visualizar também no discurso literário uma preocupação em conhecer o passado, em saber como os homens lutaram por seus valores e como ocorreram as transformações do homem no processo de construção das sociedades. Essas questões estão presentes em *Xarqueada*:

O serviço puxado, exigindo muita força muscular, cansava aqueles homens em jejum. O chão coberto d'água, que lhes tapava os pés, as vestes molhadas sobre a pele, amolecia-lhes o vigor; sujos de filamentos pegajosos e sangrentos, com esses resíduos grudados na cara, pelos cabelos, nas pernas, na roupa. Esfalfados. Até o apitar para o café, não lhes davam tréguas nem autorização para se alimentarem. (WAYNE, 1982, p. 47)

E em *Gabriela, cravo e canela*:

A cidade ia perdendo, a cada dia, aquele ar de acampamento guerreiro que a caracterizara no tempo da conquista da terra: fazendeiros montados a cavalo, de revólver à cinta, amedrontadores jagunços de repetição em punho atravessando ruas sem calçamento, ora de lama permanente, ora de permanente poeira, tiros enchendo de susto as noites intranquilas, mascates exibindo suas malas nas calçadas. Tudo isso acabava, a cidade esplendia em vitrines coloridas e variadas, multiplicavam-se as lojas e os armazéns, os mascates só apareciam nas feiras, andavam pelo interior. (AMADO, 2012, p. 20)

A Literatura permite adentrar em um universo amplo e repleto de significações, apresentando-se como uma fonte produtiva para pesquisadores da cultura e até mesmo historiadores, que passaram a buscar entender, também, como os homens do passado se compreendiam e se constituíam:

Entender como os homens do passado se compreendiam, como eles se constituíam a si mesmos, à sua totalidade e a sua própria história tornou-se uma nova missão para os historiadores. O passado passou a ser visto como um feixe de práticas discursivas, como uma sucessão de versões que se sobrepunham umas às outras numa regressão quase infinita. Os objetos, antes inscritos e recortados de uma história social, fragmentaram-se e dissolveram-se num difuso território da indeterminação. Neste diversificado e complexo universo, a literatura acabou fixando-se como uma fonte altamente produtiva, pois permitiu aos pesquisadores da cultura - em geral - e aos historiadores - em especial - adentrarem em um universo amplo e repleto de significações/representações, pois como a incorporação deste tipo de artefato na produção historiográfica, passamos a considerar 'novas maneiras de pensar a história' e questionar antigos padrões e verdades históricas pré-estabelecidas. (SENA JÚNIOR, 2010, p. 3)

A História diz respeito a todo o universo de acontecimentos que envolvem o homem em sociedade e a ficção procura representar os fatos históricos reconstruindo-os pela imaginação criadora do autor. Visualiza-se, assim, a importância de um estudo interdisciplinar entre as áreas da História e da Literatura. As disciplinas se complementam, resultando em novas possibilidades de interpretação dos acontecimentos, a Literatura gerando percepções e experiências que a historiografia nem sempre oferece e a História buscando nos aproximar da verdade, mesmo que nem sempre se chegue lá.

2.2 ROMANCE DE 30 E REALIDADE REGIONAL

O Romance de 30 iniciou, segundo entendimento de uma parte da crítica literária, com a publicação de *A bagaceira*, em 1928, de José Américo de Almeida. De difícil delimitação temporal, tendo em vista que avança em direção aos anos 40 e até 50, o romance de 30 visava documentar a variedade regional do Brasil, apresentando aspectos sociais e políticos, ou seja, imprimindo um caráter sociológico à temática regional. Assim, inaugurou-se na literatura brasileira o realismo crítico, que trazia para reflexão problemas sociais marcantes, formando-se uma literatura destinada a provocar conscientização e denúncia, ressaltando nas obras as mazelas sociais.

A quebra da bolsa de Nova York, em 24 de outubro de 1929, deu início à Grande Depressão que atingiu o mundo capitalista. Um ano depois, a Revolução de 30 encontrou o Brasil economicamente desorganizado e o pânico instalado entre os produtores de café - o valor do principal produto brasileiro de exportação caíra a níveis baixíssimos. Nesse período, no momento pós-guerra, em que as relações com a Europa estavam interrompidas e que a intelectualidade brasileira deixa de centrar-se nas influências europeias, os intelectuais debruçaram-se sobre o mapa do Brasil e, conseqüentemente, sobre a realidade brasileira (BUENO, 2006). Presenciou-se momentos de importantes transformações na sociedade, marcados pela modernização social, fruto do crescimento industrial. As mudanças nos setores comercial e financeiro fizeram com que o país deixasse de ter um perfil econômico exclusivamente agrícola.

A Revolução de 1930 marca o fim da primeira República, com um golpe que coloca Getúlio Vargas na presidência e tira a supremacia política de São Paulo e Minas Gerais. Esses fatos moveram o processo artístico em direção a uma prosa menos preocupada com a estética e mais preocupada com os problemas da realidade brasileira. Assim, o grande tema passa a ser a análise do ser humano e de suas angústias, reflexo da vida em uma sociedade em crise. O mundo exigia que os artistas e intelectuais tomassem uma posição mais engajada, de clara militância política:

A Revolução de 30, com a grande abertura que traz, propicia - e pede - o debate em torno da história nacional, da situação de vida do povo no campo e na cidade, do drama das secas, etc. O real conhecimento do país faz-se sentir como uma necessidade urgente e os artistas são bastante sensibilizados por essa exigência. (LAFETÁ, 1974, p. 20)

O Brasil, com sua pluralidade, torna-se parte de um projeto de autoconhecimento em âmbito nacional, no qual a realidade social das várias regiões do país passa a ser documentada pelos escritores e intelectuais, deixando de lado o ufanismo para compreender a própria história. As obras de ficção resultantes desse projeto retratam a pobreza de cada região e expressam a frustração e o reconhecimento do atraso em relação ao processo de modernização.

Em linguagem crítica e seca, o romance dos anos 30 evoluiu pelos caminhos de um novo realismo em resposta às tensões sociais do período. Os autores do movimento se definiam ideologicamente e separavam a estética e a política em seus textos. Em quase todos os romances dessa fase, que passaram a ser chamados de “regionalistas”, predomina a situação do homem dominado por um rude sistema de trabalho, sob o mando opressor dos

grandes proprietários de terra. São grandes latifundiários que oprimem lavradores; senhores de engenho que mantêm cangaceiros a seu serviço; grandes fazendas de cacau, onde o homem do campo se acha em estado miserável:

A prosa, liberta e amadurecida, se desenvolve no romance e no conto, que vivem uma de suas quadras mais ricas. Romance fortemente marcado de neonaturalismo e de inspiração popular, visando aos dramas contidos em aspectos característicos do país: decadência da aristocracia rural e formação do proletariado (José Lins do Rego); poesia e luta do trabalhador (Jorge Amado, Amando Fontes); êxodo rural, cangaço (José Américo de Almeida, Raquel de Queirós, Graciliano Ramos); vida difícil das cidades em rápida transformação (Érico Veríssimo). (CANDIDO, 2000b, p. 123)

Nessa fase, as produções se revestem de caráter mais maduro, refletindo e aproveitando as conquistas da geração de 1922. Antecessores do romance de 30, os participantes do movimento modernista preocuparam-se, principalmente, com a renovação estética, enquanto a geração de 30 deu maior valor a questões ideológicas. Ambos os movimentos defendiam a ideia utópica de um Brasil novo, porém, os romancistas de 30 expressaram, antes de tudo, sua consciência perante o subdesenvolvimento do país, sua insatisfação com o presente:

Assim como não é adequado falar em otimismo ingênuo generalizado no romance de 30, também não é muito apropriado identificar a exploração artística constante do fracasso à desistência. Trata-se antes de manifestação daquela avaliação negativa do presente, daquela impossibilidade de ver no presente um terreno onde fundar qualquer projeto que pudesse solucionar o que quer que seja - enfim, - é uma manifestação do que se está chamando aqui de espírito pós-utópico. A utopia está, então, adiada, mas não de todo afastada. Só será possível pensar qualquer utopia depois de mergulhar o mais profundamente possível nas misérias do presente. Esquadrinhar palmo a palmo as misérias do país: eis o que toma a peito fazer o romance de 30. (BUENO, 2006, p. 76)

No romance de 30, a percepção de que o país era atrasado direcionou os escritores a produzir romances com fortes características de uma produção documental, voltada para a denúncia das injustiças sociais. Os autores do período não se contentavam em ficar apenas observando os acontecimentos, até porque o engajamento político era uma espécie de compromisso com a época e isso acaba aparecendo de alguma forma em suas narrativas. Os escritores focalizaram, ainda, a realidade regional do país, originando a prosa que destaca a seca, o êxodo, a exploração do proletário nas fábricas e outras problemáticas sociais. Assim, com essa variedade de temas regionais, o leitor brasileiro passa a conhecer o contexto social do interior da Bahia, do Rio Grande do Sul, do Ceará, do Amazonas, entre outros:

Foi com efeito notável a interpenetração literária em todo o Brasil depois de 30, quando um jovem, digamos do interior de Minas, ia vivendo numa experiência feérica e real a Bahia, de Jorge Amado, a Paraíba ou o Recife, de José Lins do Rego, a Aracaju, de Amado Fontes, a Amazônia, de Abguar Bastos, a Belo Horizonte, de Ciro dos Anjos, a Porto Alegre, de Erico Veríssimo ou Dionélio Machado. (CANDIDO, 2000a, p. 187)

Entre inúmeros romancistas comprometidos com essa temática social e que obtiveram reconhecimento da crítica especializada e dos leitores estão Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos - como representantes do Nordeste -, Erico Verissimo, e Cyro Martins - como representantes do Sul. Ao lado dessa tendência, encontra-se também o romance psicológico, influenciado pelos estudos de psicologia na transição entre o século XIX e XX. Dessa forma, passam a ser elaboradas narrativas que fazem uso do monólogo interior, transcrevendo pensamentos através da narração literária, como nas obras de Dyonélio Machado e Lúcio Cardoso. Além do enfoque psicológico, tem-se uma literatura de inspiração católica, que sempre interessou à classe média, com romances de Lúcio Cardoso e Octávio de Faria, por exemplo:

No caso do romance psicológico, cairiam as máscaras mundanas que empotecavam as histórias medíocres do pequeno realismo *belle époque* (de Afrânio Peixoto ou de Coelho Neto, por exemplo). O renovado convite à introspecção far-se-ia com o esteio da Psicanálise afetada muitas vezes pelas angústias religiosas dos novos criadores (Lúcio Cardoso, Otávio de Faria, Cornélio Pena, Jorge de Lima). Socialismo, freudismo, catolicismo existencial: eis as chaves que serviram para a decifração do homem em sociedade e sustentariam ideologicamente o romance empenhado desses anos fecundos para a prosa narrativa. (BOSI, 2004, p. 389)

A preocupação de grande parte dessas prosas volta-se para o homem do Nordeste, sua vida precária e as condições adversas impostas pela geografia do lugar. Outros temas escolhidos estão relacionados à decadência dos engenhos; às regiões de cana-de-açúcar; às terras do cacau no sul da Bahia; à vida agreste; às constantes secas que aprofundam as desigualdades sociais; ao movimento migratório; à mão-de-obra barata; à miséria e à fome.

Nesse contexto em que as obras literárias de 30 foram produzidas em meio a crises e à insatisfação com o presente, de acordo com a tomada de consciência da época, surge uma literatura proletária que prioriza a voz das massas e tem declarado tom de revolta. Nessa ficção, as massas estão inclinadas a lutar e a fazer a revolução. Para o intelectual comunista Alberto Passos Guimarães, cujas ideias a propósito do romance *Cacau*, de Jorge Amado, são recuperadas por Bueno (2006, p. 161-164), o romance proletário consiste em uma necessidade histórica que tem a ver com o capitalismo decante.

Isso equivale a nada menos do que a necessidade de engajamento direto, inserido no próprio enredo. Assim, apenas retratar os dramas coletivos ainda não é fazer romance proletário, é preciso dar um passo além e sugerir, pela ação da massa, a rebeldia imprescindível para construir a revolução. Essa rebeldia não precisa ser representada de forma monolítica, e dúvidas podem aparecer, desde que não descaracterizem a convicção de que é preciso lutar. (BUENO, 2006, p. 162)

O romance proletário discute as contradições do capitalismo e tem os seguintes elementos: valorização da massa, rebeldia e descrição da vida proletária. Apesar destas definições - espírito documental, movimento de massa e sentimento de luta e revolta -, surgiram outras formas de manifestação, como as que procuram registrar a vida difícil do homem brasileiro nas várias regiões do país, tanto no campo - casos de Graciliano Ramos e Rachel de Queiróz - quanto na cidade - Erico Verissimo e Dyonélio Machado.

Os autores do período criaram um estilo novo, liberto da linguagem tradicional anterior ao Modernismo, incorporando as liberdades estéticas asseguradas pelos modernistas, como na linguagem regional e na fabulação psicológica. Através dessa linguagem, expuseram as mazelas sociais de uma forma que até então não havia sido feito na literatura brasileira. Nesse sentido, os romances dessa época serviram de amadurecimento à consciência crítica e social do leitor brasileiro.

Particularmente no Rio Grande do Sul, o romance de 30 caracteriza-se por uma literatura com perspectiva documental e crítica ao invés de uma literatura de visão nostálgica e ufanista como ocorrera nos anos anteriores com o regionalismo gaúcho. Assim, a linguagem utilizada pelos romances desse período aproxima os discursos jornalístico e literário, expondo as mudanças históricas do Brasil e do Rio Grande do Sul, representadas pela consciência de classe, pela transformação nos modos de produção, pelo advento da indústria e pela crise da oligarquia rural. O romancista de 30 mostra-se consciente do seu papel de escritor, denunciando as mazelas sociais, descrevendo a situação dos trabalhadores nas indústrias e no campo, apresentando a visão do proletário, entre outras temáticas relacionadas à denúncia social. Pedro Wayne, em *Xarqueada*, adere ao modelo engajado dos romancistas denominados “regionalistas”, ao denunciar a realidade miserável de um estabelecimento saladeiril no Rio Grande do Sul, mostrando a situação da classe proletária submetida aos padrões e ao mandonismo político.

Ao centrar a estrutura narrativa nas causas trabalhadoras e na busca por transformar e despertar as consciências, *Xarqueada* enquadra-se na proposta artística do Romance de 30, apresentando muitas características do romance proletário, como a descrição da vida dos trabalhadores, a denúncia de mazelas sociais e o sentimento de luta. Porém, ao contrário do

romance *Cacau*, de Jorge Amado, *Xarqueada* não é uma obra panfletária e revolucionária, apresentando maior cuidado estético e liberdade para mostrar o universo saladeiril sem amarras com ideais partidários. Esse período da década de trinta, em que ocorrem modificações na esfera política, econômica e social, com o fim da República Velha e a ascensão de Getúlio Vargas, também reflete no Rio Grande do Sul e influencia uma literatura voltada para a exploração do elemento regional, seja no campo ou na cidade.

Importante representante do romance de 30 no nordeste, Jorge Amado nasceu em 10 de agosto de 1912, em Itabuna, na Bahia. Estudou por muitos anos no Colégio Antônio Vieira, de regime interno, onde começou a desenvolver seu lado de escritor ao criar o jornal “A Luneta”, distribuído para colegas e parentes, e os jornais “A Pátria” e “A Folha”, do grêmio estudantil. Em 1931, ingressa na faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. No mesmo ano, publica seu primeiro romance - *O país do carnaval*. Membro do Partido Comunista, Jorge Amado vê seu segundo romance, *Cacau*, ser apreendido pelos policiais, tendo que exilar-se na Argentina por certo tempo. Em 1946, após diversas prisões resultantes do seu envolvimento político, foi eleito deputado do Partido Comunista Brasileiro, tendo o mandato suspenso por alegação de ilegalidade do partido. Sua filiação ao Partido Comunista, além de suas vivências em meio ao povo de Salvador, tem relação direta com a escrita de romances que expressam a cultura popular e a pobreza da população, retratadas através da representação do proletariado brasileiro. Em 1958, quando do lançamento de *Gabriela*, o autor já havia se desligado do Partido Comunista. Em 1961, Jorge Amado assume a cadeira vinte e três na Academia Brasileira de Letras (GOMES, 1981).

Com suas publicações iniciais, Jorge Amado foi um dos principais expoentes do romance de 30, que fez uso da literatura para tentar transformar a sociedade, denunciando as contradições do país. Na obra *Cacau* (1933), o próprio autor afirma que o romance tem a finalidade de mostrar a vida dos trabalhadores, adiantando ao leitor o que vai encontrar nas páginas a seguir: “Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia. Será um romance proletário?” (AMADO, 2010, p. 9). Neste caso, para Jorge Amado literatura e honestidade não são compatíveis, ou seja, abre-se mão da qualidade estética em favor da fidelidade ao real – como se de fato ambas não pudessem convergir. Mais tarde, com a publicação de *Gabriela*, após seu desligamento do Partido Comunista, surgem questionamentos se o autor teria abandonado a ideologia em favor da estética literária⁶.

⁶ Em *Gabriela*, Jorge Amado preocupa-se, também, com a estética literária, ao contrário da obra *Cacau* (1933), na qual prioriza a ideologia, ou seja, a discussão de questões sociais relacionadas aos proletários.

Apesar de tais questionamentos, Jorge Amado parece dar continuidade ao seu projeto literário, mas sem as amarras impostas pela necessidade de engajamento do período. *Gabriela*, a sua mais famosa obra, mesmo sem possuir vínculos declarados com a proposta ideológica dos anos 30 e sem ser um romance proletário, apresenta uma cidade que sofre consideráveis transformações econômicas, políticas e sociais. Em outras palavras, os “motivos” são os mesmos, mas representados de uma forma diferente. Como aponta José Paulo Paes no posfácio da obra, se em *Cacau* a antítese entre povo e burguesia indicava uma posição política que colocava em lados diferentes os explorados e os exploradores, em *Gabriela* essa antítese tem a ver com “um confronto de valores éticos e culturais”. (AMADO, 2012, p. 327)

Ambas as narrativas, *Xarqueada* e *Gabriela*, expõe aspectos regionais, que incluem a paisagem, as vestimentas, os tipos humanos, a estratificação social, a presença do coronelismo e as mazelas sociais, sejam as condições miseráveis dos trabalhadores saladeiris, no Rio Grande do Sul, sejam as condições dos trabalhadores na lida com o cacau, na Bahia. Os autores - Pedro Wayne e Jorge Amado - procuram nessas obras apresentar as realidades regionais, sob o ponto de vista das figuras menos favorecidas da sociedade - os proletários, as mulheres, as crianças, entre outros.

2.3 CONCEITOS DE REGIÃO E REGIONALIDADE

No presente estudo, conceitos de região e regionalidade são fundamentais na construção do arcabouço teórico para a leitura das obras ficcionais, já que estas representam a realidade de duas regiões culturais diferentes cujas características têm, por vezes, certas identificações.

Primeiramente, deve-se destacar que a ideia de região passou a ter novos significados que ultrapassaram o sentido geográfico, relacionando-se aos aspectos culturais que podem transbordar as delimitações geopolíticas. A região, portanto, a partir dos novos estudos da geografia humana, passou a designar uma articulação entre um determinado espaço/território e seus aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais.

Segundo Arendt (2012, p. 91), “Uma região engloba, desse modo, o espaço e os significados que se lhe atribuem, de modo que é autorizado incluir nela até mesmo as cidades - que não são, como se costuma afirmar, centros em torno dos quais as regiões meramente gravitam”. Nesse sentido, uma região não precisa ser geograficamente reconhecível. Ela pode

ser constituída ficticiamente, mas ambas as maneiras de sua constituição – no plano geográfico ou simbólico – estão relacionadas, na medida em que mesmo os símbolos referem-se a alguma realidade existente:

Como ponto de partida, consideramos a região como um conjunto ecológico de pessoas, aproximadas pela unidade das relações espaciais da população, da estrutura econômica e das características sociais, dando-lhe, em conjunto, um tipo de cultura que, criando modo de vida próprio, a difere de outras regiões. São, portanto, as regiões, espaços territoriais definidos por certas características que dão unidade de idéias, de sentimentos, de estilos de vida, a um grupo populacional. (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 6)

Nos romances analisados têm-se duas regiões culturais bem definidas - o Sul e o Nordeste do Brasil - representados, respectivamente, por *Xarqueada*, de Pedro Wayne, com a realidade das charqueadas rio-grandenses, e *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado, com o Sul da Bahia e a economia do cacau. Tais regiões podem ser definidas não somente pela delimitação geográfica, mas, também, por seus aspectos culturais, econômicos, sociais, políticos, que para todos os efeitos podem ultrapassar as barreiras físicas. Cada um com suas peculiaridades regionais, o Sul e o Nordeste registram, por exemplo, a presença de manifestações identificadas com o coronelismo, seja nas ações de um coronel que mantém o controle sobre toda uma cidade, como em *Gabriela*, seja nas atitudes de um proprietário de uma indústria ainda incipiente, como em *Xarqueada*. Assim, as duas narrativas de ficção contribuem para a constituição dessas regiões no plano do imaginário, já que, na acepção de Pozenato,

A região é uma divisão do mundo social estabelecida por um ato de vontade. Em suma, a região, sem deixar de ser em algum grau um espaço natural, com fronteiras naturais, é antes de tudo um espaço construído por decisão, seja política, seja da ordem das representações, entre as quais as de diferentes ciências. (POZENATO, 2003, p. 150)

Vista por este prisma, a região caracteriza-se por ser o resultado de uma rede de relações e, também, um processo mutável de des-articulações em rede, como afirma Haesbaert (2010, p. 21). Pode-se dizer que essas articulações ou desarticulações contribuem para o surgimento do novo e ocorrem através das trocas simbólicas de uma determinada região. O autor, ao tratar da reconstrução da região, afirma:

“Construção” que, no nosso entendimento, em hipótese alguma é fruto apenas da ação antropocêntrica da produção intelectual, mas se insere num mundo material que, ao mesmo tempo que é constantemente reconstruído e/ou reapropriado socialmente, também se constrói a si mesmo, na irredutibilidade da própria dinâmica da natureza. (HAESBAERT, 2010, p. 14)

Segundo Haesbaert, a região faz parte do dinamismo social que, com a atuação das diferentes forças (a ação do homem e do mundo material), reconstrói o espaço regional. Já para Jürgen Joachimsthaler (2009), a constituição da região se dá a partir de condensações e sobreposições que acontecem no espaço cultural. Assim, formam-se as identidades regionais, que possibilitam ao indivíduo reconhecer-se dentro de um determinado grupo ou espaço cultural:

Uma região é, portanto, ‘simplesmente’ uma condensação de espaço cultural (mais de uma pode se sobrepor em um só local) usada por indivíduos como motivo para a construção de identidades regionais, no que elas [as condensações] atribuem um sentido para a identificação de caráter identitário aos espaços. (JOACHIMSTHALER, 2009, p. 40)

Sendo assim, não existe uma região natural, mas uma região cultural composta de diversos fatores que se tornam suas especificidades através da atuação dos indivíduos que a compõem. São essas especificidades que constituem as regionalidades locais, relacionadas, portanto, às manifestações culturais e sociais de uma região, de um espaço coletivo e, ao mesmo tempo, individual. Compostas por essas particularidades identificadas e compartilhadas por um determinado grupo, as regionalidades podem ser representadas por elementos linguísticos, sociais, políticos, econômicos, gastronômicos, geográficos, entre outros:

Regionalidades são, assim, especificidades que integram e constituem uma paisagem cultural - e aqui entendemos a região não como espaço limitado do ponto de vista dos seus significados, mas, ao contrário, como paisagem ampla, como potência cujo valor final é de precisão difícil. (ARENDETT, 2012. p. 90)

As regionalidades em *Xarqueada* manifestam-se desde a paisagem local, os costumes, as crenças, as vestimentas - “Roupas finas da cidade misturadas com as grosseiras de uso tradicional do gaúcho, num mesmo indivíduo, davam-lhe esse aspecto que tomam os exércitos em retiradas” (WAYNE, 1982, p. 20) -, as relações entre as personagens, os ofícios na charqueada - “Eram os carneadores, os depostadores, os manteiros, os descarnadores de couro, os tripeiros” (WAYNE, 1982, p. 35) -, a linguagem - “Não, tchê, também estou contigo, mas temos de arrumar a coisa doutro jeito” (WAYNE, 1982, p. 60), etc.

Essas regionalidades também são identificáveis nas relações de poder e na manutenção de um padrão, já não mais com a força de um coronel do sistema oligárquico, mas com características fortes provenientes de tal tradição de mando.

As regionalidades em *Gabriela* apresentam-se de uma forma semelhante, revelando, por sua vez, aspectos de uma região cultural bem diferente do Sul, mas que por vezes são por

ambas compartilhados. Na narrativa de Jorge Amado, essas regionalidades podem ser identificadas desde a paisagem local - “Cresciam as roças de cacau, estendendo-se por todo o sul da Bahia, esperavam as chuvas indispensáveis ao desenvolvimento dos frutos acabados de nascer, substituindo as flores nos cacauais” (AMADO, 2012, p. 15) -, os costumes - “E certos costumes: o de arrotar valentia, de carregar revólveres dia e noite, de beber e jogar” (AMADO, 2012, p. 10), as vestimentas relacionadas à prosperidade proporcionada pelo cacau - “Cruzavam essas figuras, nas ruas calçadas e limpas, com exportadores prósperos, vestidos com elegância por alfaiates vindos da Bahia...” (AMADO, 2012, p. 20) -, as relações entre as personagens, os ofícios na cidade de Ilhéus e na lida do cacau, a linguagem, etc. Todos esses elementos atuam no sentido de caracterizar uma determinada região, colaborando no processo de construção simbólica do sul da Bahia.

Conforme aponta Arendt (2012, p. 96), as regionalidades não são fixas, mas estão em constante movimento ao longo do tempo e do espaço, sofrendo transformações. Ainda segundo o crítico (2012, p. 96), “enquanto especificidades, elas levam os indivíduos a aceitar ou a rejeitar os valores vigentes em uma escala regional”. Nesse sentido, é importante destacar a diferença entre regionalidade e regionalismo. Chiappini (2013, p. 26) afirma que a regionalidade é resultante de uma determinada região, de um determinado espaço vivido e, ao mesmo tempo, subjetivo:

A região não seria apenas um lugar fisicamente localizável no mapa de um país, não só porque a própria geografia já superou, há muito, o conceito positivista de região, analisando-a como uma realidade histórica e, portanto, mutável, mas porque a regionalidade não supõe necessariamente que o mundo narrado se localize numa determinada região geograficamente reconhecível, mas ficticiamente constituída. O que a categoria da regionalidade supõe é muito mais um compromisso entre referência geográfica e geografia fictícia. Embora fictício, o espaço regional criado literariamente remete, como portador de símbolos, a um mundo histórico-social e a uma região geográfica existente. A regionalidade seria, portanto, resultante da determinação como região ou província, de um espaço, ao mesmo tempo vivido e subjetivo.

Já o regionalismo tem a ver com obras que propagam a cultura da região, como programa ou paradigma, que a diferenciam em relação a outras regiões ou a defendem contra uma perspectiva voltada para um centro. O conceito de regionalismo, em geral considerado depreciativo, designa a literatura com marcado “colorido local”, que em sua postura de defesa contra a influência “estrangeira” pode apresentar-se de forma nostálgica, idealizante ou tendenciosa. Ao longo das últimas décadas, notadamente a partir do Modernismo, o termo regionalismo passou a ser utilizado para classificar obras como provincianas e etnocêntricas,

de autores presos a um horizonte estreito. Em outras palavras, o termo regionalismo passou a ser sinônimo de literatura de qualidade duvidosa:

O regionalismo pode ser identificado como uma espécie particular de relações de regionalidade: aquelas em que o objetivo é o de criar um espaço - simbólico, bem entendido - com base no critério de exclusão, ou pelo menos de exclusividade. Esse critério se manifesta, no caso da produção literária, pelo uso de dialeto, quando não de uma língua, de estrita circulação interna. (POZENATO, 2003, p. 155)

Apesar de exaltar as qualidades de uma região de forma ufanista, as obras regionalistas também possuem suas regionalidades, ou seja, especificidades que fazem parte da região representada na obra. Nesse caso, o regionalismo passa a ser também uma manifestação de categoria da regionalidade, e não o contrário. *Gabriela* e *Xarqueada*, embora possam ser categorizadas como narrativas regionalistas na história da literatura - por estarem de alguma maneira vinculadas ao romance social de 30 -, não manifestam qualquer postura de exaltação ou louvação das regiões representadas. No entanto, ambas estão carregadas de regionalidades, a partir das quais se pode identificar uma região cultural específica.

3 XARQUEADA: PRODUÇÃO SALADEIRIL E CONSCIÊNCIA SOCIAL

No início do século XVI, a partir de expedições litorâneas de exploração e comércio de pau-brasil, o Rio Grande do Sul foi descoberto e integrou-se, mesmo que tardiamente, ao restante do Brasil colonial. A área toda foi nomeada como “Rio Grande de São Pedro”, permanecendo inexplorada por mais de um século. Foi Francisco de Brito Peixoto, filho do fundador de Laguna, quem oficialmente penetrou no Rio Grande a pedido das autoridades portuguesas. Em 1721, com a função de guarda-mor, recebeu a incumbência de fundar povoações no sul e cuidar para que o comércio do gado não caísse nas mãos dos castelhanos. Em 1737, sob a expedição militar do Brigadeiro José Silva Pais, construiu-se a fortaleza Jesus-Maria-José, ao redor da qual se formou uma pequena povoação que acabou dando origem ao núcleo inicial da atual cidade de Rio Grande (CÉSAR, 1993).

Somente no século XVIII teve início o processo de distribuição de sesmarias, definindo a posse da terra e do gado, estabelecendo-se estâncias. A sesmaria era a concessão de terras no Brasil, pelo governo português, com o objetivo de promover a ocupação das terras para desenvolver a agricultura e a criação de gado, possibilitando a expansão da cultura do café e do cacau. As terras foram distribuídas para tropeiros que se sedentarizaram ou para

militares. A expedição de Silva Paes representou a tentativa de incorporação, por razões políticas, estratégicas, militares e econômicas, do Rio Grande do Sul, de uma forma definitiva, ao Império Português. Era vontade da Coroa estender os seus domínios até o Rio do Prata:

A distribuição de terras a antigos militares, leais à Coroa, ou a colonos descendentes ou protegidos do pessoal integrante do estamento régio, foi, em certo momento, em especial no período da ocupação espanhola do Rio Grande (1763-1776), a medida que se serviram os vice-reis para formar uma fronteira viva no Brasil Meridional. De fato, as sesmarias, então doadas a pessoas de posses ou de prestígio, serviram de base à implementação de estâncias, em cujos campos o gado, sob um costeiro antes ignorado, prosperou grandemente. Da mera caça aos bois e aos cavalos, no campo indiviso, passava-se agora a uma nova fase, que iria abrir à estância, no seu sentido clássico de estabelecimento destinado à criação de gado, a oportunidade de centrar, constelar atividades econômicas em todas as áreas do Rio Grande do Sul. (CÉSAR, 1993, p. 13)

Os jesuítas chegaram ao território gaúcho por volta de 1626, a partir do Paraguai e da Argentina, e introduziram, na região, o gado bovino, cavalar e muar, parte do qual se desgarrou, formando rebanhos selvagens que alcançaram os campos do sul do estado e multiplicaram-se em grande escala. A região das Missões passa ao controle português pelo Tratado de Madri, de 1750, e a área começa a ser efetivamente ocupada por meio da colonização portuguesa (CÉSAR, 1993). Assim, os portugueses enviam casais das ilhas dos Açores que recebem terras na região da Lagoa dos Patos, rios Guaíba e Jacuí, povoando Porto Alegre, Triunfo e Cachoeira. Inicialmente os açorianos se dedicaram à agricultura, mas a abandonam, em 1820, para voltar-se à pecuária, aproveitando o crescimento da indústria do charque.

José Pinto Martins iniciou, em 1779, de forma mais organizada, a produção das charqueadas, nome dado ao estabelecimento destinado à fabricação de carne seca, conhecido como “oficina” no Ceará. Segundo Diéguas Junior (1960), a partir da iniciativa de José Martins a charqueada passou a ter um caráter de “indústria” e o produto charque começou a ter importância comercial. Diante dos lucros da produção, o número de charqueadas cresceu rapidamente e o charque passou a constituir gênero de valor fundamental na economia gaúcha:

As charqueadas passaram a constituir pela importância que tomou a produção de charque, núcleos sociais característicos; formaram centros de vida não somente econômicos, mas também social. Aspectos peculiares, oriundos do gênero de atividade, deram função ao ambiente das charqueadas, criando traços culturais que as assinalam e fixam no panorama do Rio Grande do Sul. (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 324)

Para manter a carne em estado mínimo de qualidade para ser consumida, a conservação do produto era feita, primeiramente, através da sua secagem ao sol, na região do Ceará. Em 1777, uma grande seca aniquila os rebanhos no Ceará, fazendo com que o português José Pinto Martins, em 1779, transfira-se para o Rio Grande do Sul, estabelecendo a primeira charqueada industrial na Vila do Rio Grande. A consolidação das charqueadas só ocorre no século XIX e, com o progresso resultante da venda do charque, charqueadores transferem-se de Rio Grande para Pelotas, construindo grandes moradias, semelhante a palacetes:

O charque foi capaz de constituir no Rio Grande uma camada senhorial enriquecida, sem que contudo se repetisse no sul a aristocratização da sociedade açucareira nordestina. Muito mais do que propriamente o tipo de atividade econômica, a capitalização mais baixa da pecuária gaúcha é que foi a responsável pelo menor refinamento dos hábitos e costumes, bem como pelo menor distanciamento social. Isto todavia não indica que padrões autoritários de mando não tenham existido e se exercido violentamente, numa sociedade composta de senhores de terra, gado, charqueadas e escravos. (PESAVENTO, 1994, p. 18)

Até as primeiras décadas do século XX, Pelotas e Rio Grande eram os centros polarizadores da economia pastoril-charqueadora, líderes da produção industrial e os principais escoadouros da produção gaúcha. A atividade de criação e charqueada detinha a predominância nos quadros da economia estadual e, de 1912 a 1929, o charque manteve-se como o primeiro produto de exportação do estado. Assim, o Rio Grande do Sul integrou-se à economia de exportação de forma subsidiária, abastecendo o mercado interno e deixando de ser considerado apenas como ponto estratégico da defesa do contrabando no Prata. Porém, com relação à estrutura das charqueadas, estas se apresentavam atrasadas tecnologicamente em comparação com os processos de conservação de carne utilizados na região do Prata, onde já havia os frigoríficos. A charqueada enfrentava inúmeros problemas, como a produção de baixa qualidade decorrente da utilização de métodos arcaicos e o preço da matéria-prima, que estava elevado e afetava o custo de produção. Por outro lado, os frigoríficos estrangeiros funcionavam como empresas, utilizando tecnologia superior, com maior recurso financeiro e controle do mercado. A mão-de-obra era mantida por um período maior do que a safra saladeiril e os salários eram melhores:

Em síntese, a charqueada rio-grandense encontrava-se, nos primeiros anos da República Nova, operando com velhos processos, tecnologia arcaica, produzindo um artigo de alto custo de produção, mas de baixo valor de troca, num mercado altamente competitivo. Ajustava-se muito mais ao caráter de uma manufatura do que ao de uma indústria moderna. Enfrentando uma crise crônica, os saladeiristas não arregimentavam esforços para transformar o velho processo produtivo, mas sim pressionavam o Estado para que este solucionasse problemas surgidos na órbita de circulação. A comercialização fácil do produto era a meta a atingir; os preços compensadores e a fácil colocação no mercado o objetivo último. É bem verdade que a questão do sal incidia sobre o custo da produção, mas nada era feito no sentido da renovação tecnológica, permanecendo a produção nos mesmos moldes desde há muitos anos. (PESAVENTO, 1980, p. 66)

Para os charqueadores, entretanto, a charqueada, na década de trinta, representava a indústria moderna, em comparação com os mecanismos da vida rural. Na visão dos empregadores, a indústria oferecia boas condições de trabalho aos empregados, as fábricas eram consideradas modernas e higiênicas e o trabalho harmônico. Esse pensamento considera pequenas mudanças como relevantes e suficientes para melhorar a qualidade do ambiente de produção. O trabalho rural, por exemplo, que era praticado ao ar livre, passa a ser realizado em local fechado; o tempo passa a ser regulado pelo apito da caldeira e não pelas mudanças climáticas; e o pagamento torna-se estável e diário, não mais variável como antes.

Entretanto, sabe-se que a realidade das charqueadas, na prática, era bem diferente daquela definida pelos proprietários. O ambiente em geral era de negligência, seja no aspecto de estrutura - com equipamentos precários, antiquados, perigosos, além da falta de higiene e de qualquer fiscalização -, seja em relação à jornada de trabalho - com número excessivo de horas, sem a devida atenção às necessidades mínimas de descanso e alimentação. Outro fator negativo estava na remuneração oferecida ao trabalhador, na medida em que os salários eram definidos conforme a vontade do patrão, que podia cotar de formas diferentes atividades idênticas. Controlar os salários podia influenciar no lucro do patrão, que “financiava” as compras dos trabalhadores no bolicho, uma espécie de armazém que tinha como dono o próprio charqueador. Nesse bolicho os trabalhadores comprometiam seus salários com compras antecipadas para as necessidades básicas, de forma que pouco sobrava do saldo até o fim da safra:

Na charqueada, as relações de produção seriam mais nitidamente assalariadas, produzindo a força-trabalho, em condições de alta taxa de exploração, mais-valia absoluta. Contudo, mesmo com referência ao trabalhador de charqueada, seu pagamento era algumas vezes absorvido pelo ‘armazém’, pertencente ao dono do estabelecimento saladeiril, onde o pessoal empregado satisfazia suas necessidades básicas. Mediante um mecanismo de alta taxa de exploração de mão-de-obra, com jornadas de trabalho que se estendiam por 12 a 18 horas na época da safra, em condições de absoluta falta de higiene, o trabalhador permanecia algumas vezes ‘empenhado’ com o patrão dono do armazém e, desta forma, via diminuídos os seus rendimentos monetários. (PESAVENTO, 1980, p. 21)

A economia do charque, com seus altos e baixos, não foi somente importante para a economia do Rio Grande do Sul, mas contribuiu também para a ocupação e a povoação do território, com a fundação de vilarejos e cidades e com a estruturação de relações sociais e de poder. Nesse contexto surge a figura do coronel, originário dos desbravadores de terras, que fizeram prosperar campos, estâncias e charqueadas, criando núcleos habitacionais onde ditavam as regras, os costumes e os hábitos dos moradores. Resultado desse desbravador de terras, o coronel exerce um poder político e social regional de forma quase absoluta, mantendo seus empregados em condições desumanas, recebendo baixos salários e habitando péssimas moradias:

Com o argumento de que os empregados dispunham de moradia sem pagamento de aluguel, o proprietário podia reduzir o valor dos salários. Para os trabalhadores era mau negócio em todos os sentidos: além de pagarem indiretamente o aluguel, recebiam ranchos em péssimas condições, ‘de favor’. Essa conjuntura só trazia benefícios ao charqueador. Convinha-lhe ter os trabalhadores morando em contiguidade ao estabelecimento saladeiril, principalmente nos períodos de matanças em que a jornada poderia durar de 18 a 19 horas, para maximizar o aproveitamento do trabalho, diminuindo o tempo de deslocamento até o local do saladeiro. (REMEDI, 1997, p. 38)

No período que compreende a implantação da República até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a pecuária gaúcha se encontrava estagnada. A crise se manifestava na atividade de criação, na charqueada, na produção e também no mercado. Vários eram os fatores que prejudicavam todo esse processo, como, por exemplo, a falta de aproveitamento das terras na etapa de criação do gado, a falha no cercamento dos campos e o cuidado com tratamento dos rebanhos, além da falta de higiene e consequentes epidemias resultantes desse descuido. Na etapa de produção e mercado, o estancieiro, fornecedor de matéria-prima, dependia dos preços oferecidos pelos charqueadores e estes dependiam das necessidades do mercado interno e da economia de exportação brasileira. Outros fatores desfavoráveis eram as altas taxas cobradas pelo governo sobre a importação do sal e os elevados fretes cobrados pelo

transporte ferroviário. Para piorar esse cenário, o valor do produto sulino não podia ser elevado, já que o poder aquisitivo do consumidor brasileiro era reduzido e qualquer aumento favoreceria os concorrentes platinos ou nacionais.

Entre os anos de 1920 e de 1930, as greves e conflitos recorrentes no Rio Grande do Sul, as mudanças decorrentes da Revolução de 30 e a implantação do Estado Novo favorecem a aceleração da industrialização e abrem espaço para os frigoríficos. Com o sistema das charqueadas em declínio, bem como a perda de poder das velhas oligarquias como um todo, a força do coronel também se enfraquece. No entanto, as características do coronel são herdadas pelos estancieiros e, conseqüentemente, pelos proprietários de terras e de charqueadas, camufladas em um sistema de homens assalariados “livres”, mas totalmente presos ao sistema que lhes é imposto:

Embora o poder do senhor de terras já se encontre minado em sua base, o domínio que exerce sobre o resto da população ainda prevalece. Para a manutenção desse domínio, o senhor esforça-se por corresponder à antiga imagem de autoridade, força e auto-suficiência calcada em tempos remotos. Enquanto o mito secular prevalecer, ele poderá utilizar-se dos demais elementos da população como instrumentos que sustentam sua posição no topo da sociedade. Esses elementos são o homem branco e livre mas dependente (o branco pobre), a mulher e o negro. (GOMES, 1981, p. 142)

A obra *Xarqueada*, de Pedro Wayne, publicada em 1937 e dedicada a Erico Verissimo e Jorge Amado, representa a vida saladeiril na província gaúcha. Segundo aponta Ernesto Wayne na introdução da narrativa (WAYNE, 1982, p. 12), o título do livro, grafado com X, foi sugestão de Jorge Amado e Oswald de Andrade, conforme carta de ambos, escrita no Rio de Janeiro, no carnaval de 1935.

Pedro Wayne foi um precursor na literatura rio-grandense, trazendo o elemento social para sua obra, focalizando uma situação humana que existia no meio rural e que até então não era abordada pelos escritores regionais, que em geral permaneciam no tema do “Monarca das Coxilhas”. *Xarqueada* aborda todos os protagonistas do universo saladeiril: o estancieiro, o capataz e os empregados, com as diversas funções da charqueada. A obra expõe até mesmo a participação da figura feminina nesse ambiente, através da personagem Vera, esposa do estancieiro, e das personagens Daniela e Guriazinha.

Da mesma forma que a personagem Luís, Pedro Wayne também trabalhou como guarda-livros na Charqueada São Miguel, propriedade de seu sogro, em Bagé. Essa experiência pessoal favorece a verossimilhança da narrativa, em que as descrições minuciosas do narrador acerca do ambiente das charqueadas são convincentes do ponto de vista da

realização ficcional. No contexto do romance, Luís representa a possibilidade de mudanças e a esperança dos trabalhadores saladeiris:

Se o tema central do romance gira em torno da experiência do guarda-livros que se torna líder dos trabalhadores saladeiris, o romance envolve um contingente de personagens e situações típicas de seus fazeres, permitindo uma observação dos processos dinâmicos do mundo rural rio-grandense, tomando como ponto privilegiado de observação o espaço da charqueada, base da economia gaúcha. (MOREIRA, 2007, p. 167)

O autor, que nasceu em Salvador, na Bahia, em 1904, com dois anos foi morar em Pelotas, mudando-se em 1927 para Bagé, como funcionário do então Banco Pelotense. Pegou em armas em 1930, na arrancada de Getúlio Vargas, conspirou na Revolução de 1932 e, para escapar da prisão, foi trabalhar como guarda-livros na charqueada de seu sogro. Juntamente com Pedro Perez, Fernando Borba e Paulo Thompson Flores, em 1934, publica o jornal ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ, provocando estranhamento, na pequena cidade, com a divulgação da estética modernista (WAYNE, 1982). Em 1937, depois de algumas experiências com versos, Wayne passa a se dedicar à escrita de contos, romances, peças de teatro e publica seu primeiro romance, *Xarqueada*. A obra é divulgada como inédita por ser considerada, segundo Affonso Romano de Sant' Anna (1973), o primeiro romance escrito no Rio Grande do Sul que faz uma representação do campo e se posiciona contra a ideologia dominante do gaúcho estereotipado no “Monarca das Coxilhas”. Foi comparado, em questão de importância e divulgação da realidade brasileira, a autores como Jorge Amado, José Lins do Rego e José Américo de Almeida:

Aguardem. Nos dias de Fevereiro XARQUEADA Romance de Pedro R. Wayne Com esse livro Pedro Wayne faz pelo Rio Grande do Sul o que Jorge Amado, José Lins do Rêgo, José Américo de Almeida fizeram e estão fazendo pelos Estados do Norte. E isto é para mostrar ao Brasil a verdadeira vida que se desenrola pelo seu interior. E é muito mais patriótico o que eles estão fazendo, do que entoar loas e cantar farturas e riquezas que não existem senão nas propagandas capciosas dos interessados em esconder ao Paiz sua verdadeira situação. Edição da Editora Guanabara - Rua do Ouvidor, 132 - Rio de Janeiro. (WAYNE, 1982, p. 13)

Apesar da empolgação de alguns escritores da época com a obra, Wayne não foi devidamente reconhecido pela crítica, sendo pouco divulgado e estudado. A citação anterior faz parte da propaganda da editora que lançava *Xarqueada*, a qual procurava ressaltar o caráter inédito da obra ao fazer denúncias sociais do Rio Grande do Sul, comparando-a ao que fora realizado por autores consagrados do Romance de 30. Porém, *Xarqueada* não ganha lugar de destaque como as obras de Jorge Amado, José Lins do Rego ou José Américo de

Almeida. O romance não tem o reconhecimento dos principais historiadores da literatura e não desperta o interesse de pesquisadores no meio acadêmico.

A narrativa denuncia as condições de vida nas charqueadas do Rio Grande do Sul, mostra um trabalhador sendo explorado pelo patrão, em condições subumanas, produzindo até a exaustão por salários miseráveis. Esses trabalhadores “livres”, apesar da titulação, sentem-se presos ao sistema da charqueada, que além de remunerar mal, acaba por deixá-los endividados nos estabelecimentos administrados pelo próprio patrão. Esse sistema de trabalho os priva de ter outras opções e os obriga a aceitar a situação insalubre e miserável na produção charqueadora.

Xarqueada narra a chegada de Luís, um guarda-livros contratado para trabalhar na charqueada de Dionísio, no interior do Rio Grande do Sul. Antes mesmo de sua chegada, Luís percebe as condições miseráveis daquela realidade e, conseqüentemente, a situação em que vivem os moradores e trabalhadores da charqueada. Ao dialogar e incentivar os trabalhadores a buscar soluções para seus problemas, Luís conhece Guriazinha, por quem se apaixona. Outras personagens femininas que acabam ganhando destaque na trama são Vera e Daniela. A primeira, mulher do charqueador Dionísio, é apresentada como vilã, incentivando o marido a ser cruel e a não respeitar os trabalhadores da propriedade. A segunda, mulher pobre, casada com um homem tuberculoso, acaba se prostituindo para conseguir manter a casa e os remédios do marido doente. Entre os trabalhadores, destacam-se as figuras de Januário, um trabalhador independente, Ambrósio, operário que se entusiasma com a ideia da greve e Damião, o capataz leal ao patrão. Os trabalhadores da charqueada de Dionísio não ganham o suficiente, são explorados de todas as formas, alimentando-se e dormindo mal, trabalhando até a exaustão, além de se envolverem com dívidas antes mesmo de receberem o ordenado. Luís aparece como um elemento de mudança, mostrando para os operários a importância de reivindicar seus direitos, buscando melhores condições de trabalho e salários. A ideia de organizar uma greve gera agitação, mas os trabalhadores não obtêm resultados significativos, pois são obrigados a aceitar as condições de Dionísio, sem outras possibilidades de sustento, e voltar ao trabalho.

Xarqueada contribui para o estudo do coronelismo apresentando a figura do coronel como estancieiro ou como proprietário. O termo estancieiro, no contexto rio-grandense, possui uma conotação mais positiva do que o termo coronel, mais identificado com a violência e a falta de escrúpulos em suas atitudes. O autor, ao apresentar a realidade das charqueadas, desmascara o estancieiro, o proprietário, expondo seu lado rude, capitalista e desumano. Apesar de Dionísio não apresentar-se como um coronel padrão, aquele cuja força

de mando já se esvaiu, o proprietário preserva características marcantes de um passado coronelista, reproduzindo posturas como a violência e a exploração dos subordinados:

Não restavam mais feições para diferenciar com indivíduo de outro. Emparelhara-os, numa multidão de sócias, a magreza, os olhos cavados, os rostos encaveirados, as barbas enormes. As noites em claro, emendadas nos dias de atividade, igualara-os numa mesma ruína. Homens doentes: cardíacos, asmáticos, tuberculosos, ofegando, tossindo, numa resistência inexplicável, se mantinham dando conta das pesadas tarefas. As poucas horas que tinham para dormir muitos as passavam sufocados, com dispneias, arrasados, mas tão pronto o apito os chamava, voltavam a recomeçar a lida anterior. (WAYNE, 1982, p. 62)

Ao criticar a instituição na qual se sustentou a economia gaúcha, Wayne mostra a importância que dá à função de crítica social da literatura, expondo uma charqueada ainda muito ligada aos mecanismos tradicionais da vida rural em contraposição com a indústria moderna. No romance o universo saladeiril está representado, seja através do proprietário do estabelecimento, seja do capataz, ou dos diferentes trabalhadores com suas respectivas funções no processo de produção do charque. Além disso, pode-se refletir sobre participação da mão-de-obra escrava nas charqueadas, onde os escravos sofriam todo tipo de abuso. Segundo Filho (1993, p. 41), “Pode-se dizer que o limite de sua jornada de trabalho era a sua resistência física. Nem a sua morte era uma perda para seu amo, desde que o seu trabalho pagasse com excesso o seu ‘valor’.” Mesmo que Wayne não tenha focado sua denúncia para esse segmento de trabalhadores, tendo em vista que a obra transcorre nos anos 20, sabe-se que grande parte da mão-de-obra da produção saladeiril no século XIX era escrava. No entanto, a historiografia não destacou de maneira incisiva a importância dos escravos para a produção do charque e, conseqüentemente, para a economia do Rio Grande do Sul. Na ficção de Wayne o elemento braçal não se constitui mais de escravos, mas as condições de trabalho e os castigos, de outra ordem, revelam que houve pouca alteração na estrutura social e trabalhista.

Característica dos romances de 30 e, neste caso, de um romance proletário, *Xarqueada* busca não só mostrar a realidade triste e desconhecida das charqueadas, mas apresentar uma tomada de consciência dos trabalhadores, empregados da charqueada Santa Margarida. A consciência, a força e a vontade de lutar por condições melhores precisam ser despertadas. Isso que ocorre com a chegada da personagem Luís, homem de certa instrução que enxerga aquela realidade com um olhar de fora, não com a percepção cansada dos trabalhadores, já acostumados ao sofrimento e às privações:

Mas o sangue novo de Guariuzinha, filha dessa geração heroica e rebelde, dava-lhe consciência de que alguma coisa nunca usufruída pelo seu infelizmente povo estava por surgir. Ela também se contagiava por essa certeza que andava no ar, penetrando nos corações dos jovens. Certeza que não sabia de onde vinha, mas se infiltrava neles, chamando-os a trabalhar pela causa comum. Era de opinião que o pior estava passando, ficaria para trás dentro em breve e que uma nova época viria. (WAYNE, 1982, p. 27)

Luís representa a mudança, o novo, o despertar daquelas pessoas que sabiam que havia algo de errado com seus destinos, mas que precisavam de alguém que os liderasse, alguém que mostrasse que é possível reivindicar direitos e lutar por condições mais justas de trabalho. Através de conversas entre a personagem Luís e o trabalhador independente Januário, há o despertar de uma consciência coletiva, não somente uma consciência por causas próprias, mas, principalmente, pelas causas dos trabalhadores, pelos direitos básicos à vida:

Despertara em Januário um raio de consciência. Dali em diante seria um trabalhador pela causa do bem-estar dos homens de sua categoria. Entrava-lhe no cérebro a noção dos direitos que lhe assistiam. (WAYNE, 1982, p. 30)

Essa tomada de consciência vem acompanhada de uma descrição das mazelas dos operários, que precisavam reivindicar melhores condições de sobrevivência. A denúncia social da narrativa de Wayne se faz, entre outras maneiras, através da descrição das moradias, que são insustentáveis para o conforto básico do ser humano e inadequadas para o clima gélido do inverno rio-grandense:

Quadra é o conjunto de ranchos, a uns 200 metros dos edifícios da xarqueada, onde residem com suas famílias os empregados. Consta de pouco mais de uma dezena de habitações, quase em ruínas, feitas de torrão e cobertas de palha. Escuras. Armadas com paus velhos, meio apodrecidos, escoradas por todos os lados para não serem derrubadas pelos ventos; cheias de frestas, por onde penetra o frio bárbaro que faz durante o inverno. Alagam-se quando chove. Por soalho, a terra nua, envernizada a pés descalços, calçando-a. (WAYNE, 1982, p. 33)

A denúncia é feita, também, através da descrição dos cheiros provenientes da falta de higiene, da falta de fiscalização sanitária, do sistema atrasado das charqueadas, da estrutura precária da produção e da exposição a doenças a que estavam sujeitos os trabalhadores, uma vez que estes não tinham qualquer cuidado no manejo da carne ou qualquer cuidado com a própria saúde. Luís entra em contato com esse ambiente fétido antes mesmo de chegar à Charqueada Santa Margarida, na medida em que o cheiro pode ser sentido de longe, ainda na viagem de trem:

Luís nunca tinha entrado numa xarqueada. Sabia apenas que era um lugar onde os passageiros dos trens baixavam apressadamente as janelas por causa do fétido insuportável. Parecia que havia no ar, dissolvidas em amoníaco, todas as catíngas que existem, tão penetrantes e nauseabundas emanações exalavam. Vira também pela vidraça do comboio uns compridos prédios de material, cobertos de zinco, tendo um pouco adiante das construções, longas filas feitas de paus em forma de golos baixos, onde às vezes grupos de homens descalços, ensebados, estendiam grandes pedaços de xarque, que traziam em carrinhos de mão. Depois soube que eram ali os ‘varais’. E que o mau cheiro vinha de ossos podres à espera de serem vendidos para as fábricas de adubos. (WAYNE, 1982, p. 19)

À medida que denuncia as irregularidades das charqueadas, a obra de Wayne apresenta um sistema corrupto entre Estado e empresa. Os proprietários e charqueadores sabiam que as condições de seus estabelecimentos não respeitavam a lei, mas faziam acordos monetários com os fiscais para que as irregularidades fossem desconsideradas. Esse modo de agir, pelo menos no romance, é tratado com naturalidade, já que a justificativa para tal procedimento está nos supostos altos impostos cobrados pelo governo:

Os fazendeiros e xarqueadores pagavam 10\$000 por cabeça para os guardas fecharem os olhos às irregularidades e ganhavam ainda dinheiro. E olhe que eram 10\$000 por cabeça de gado. Se os impostos fossem menores não convinham aos proprietários tais entendimentos. Teriam mais conveniência em fazer a cousa direita do que andarem tratando de contrabando. Entraria maior renda. (WAYNE, 1982, p. 41)

A exploração dos trabalhadores na venda da charqueada, fazendo-os pagar caro por produtos de origem e manutenção duvidosa, obrigava-os a participar de um sistema que os tornava reféns do proprietário:

No fim do mês, porém, nada tinham a receber, pois passavam-se muitos dias da semana sem terem trabalho, e o boliche que fazia o fornecimento de gêneros consumia todo o salário. Muitas vezes, mesmo antes de se passar os 30 dias, já nada tinham a receber. Depois que davam os embarques das últimas carnes, do saldo de couro e do restante da graxa, o sino não batia mais. (Se durante a safra verde eram chamados para os serviços pelo apito da graxeira, na safra seca um sino batia, anunciando a hora de pegarem a faina). O fornecimento do armazém, feito pelo ponto, de acordo com o que tinham ganho, era suspenso. Passavam então a biscates e changas, sem que desse para se manter. (WAYNE, 1982, p. 34)

A organização produtiva da charqueada era feita conforme a função de cada trabalhador. Algumas dessas funções ganhavam maior valorização, mas cabia ao charqueador definir o preço que estava disposto a pagar pelo serviço do funcionário. Todos os proletários, independentemente do cargo, eram acompanhados pelo capataz, que os pressionava a não parar o trabalho, nem por motivo de fome, sede, frio ou qualquer outra necessidade básica:

Eram os carneadores, os depostadores, os manteiros, os descarnadores de couro, os tripeiros. Os salgadores também necessitavam de aptidões. Os demais chamados caranchos eram simples carregadores, mergulhadores encarregados de afundar as carnes nos tanques, e auxiliares braçais. (WAYNE, 1982, p. 35)

Se a tomada de consciência é possível, também se percebe que o meio influencia o modo de ser das pessoas que estão submetidas a ele. Nesse sentido, os trabalhadores sujeitos às mais diversas privações e violências, sejam elas físicas ou emocionais, acabam agindo da mesma maneira cruel, reproduzindo a tortura e a raiva nos animais. Eles não mostram qualquer comoção com a tarefa que praticam:

Sempre julgara que mais compreenderia a dor de um ser aquele que a tivesse conhecido mais, sentindo-a em si próprio com mais intensidade. Homens perseguidos e maltratados fisicamente, chocados em seus sentimentos afetivos, pelas necessidades dos seus, que curtiam fome e frio, que morriam desamparados nas doenças, não vibravam na menor demonstração de comoção com a monstruosa tarefa que praticavam. Uma ligeira folga que tivessem, iam solicitar do desnucador a vez para empunharem o ferro que feria o animal na porta da mangueira. Cortando com visível satisfação os nervos das patas, quando essas alucinadas coiceavam impotentes tentando se erguer. (WAYNE, 1982, p. 46)

As descrições da narrativa chocam o leitor, mostrando a que se submetiam os trabalhadores para ter o que comer e onde dormir, mesmo que essas necessidades fossem supridas de forma miserável, com uma alimentação de má qualidade e moradias sem quaisquer condições de uso. Os trabalhadores se expunham a doenças e a acidentes, mas a sua saúde não consistia em uma preocupação para o patrão, interessado apenas na produtividade:

Não havia inspeção veterinária eficiente. Faltava essa, como as outras providências essenciais, para preservar de perigosas consequências o desamparado povo. No outro dia, trabalhadores com as pontas dos dedos disformes de inchados. As unhas mal apareciam escondidas na carne inflamada, onde arrebentavam chagas feias, como esse cogumelos que se abrem no meio da podridão. E tinham de pegar serviço assim mesmo. Precisavam ganhar. E também porque, se faltassem, seriam despedidos. (WAYNE, 1982, p. 55)

Dionísio, herdeiro de um legado de mando absoluto dos coronéis, alcança a riqueza como dono de uma charqueada. Mesmo que sua origem também seja a do trabalho braçal, como peão de charqueada, Dionísio sustenta as características do sistema coronelista exercendo uma postura de abuso e exploração:

Dionísio era um rústico. Quase analfabeto. Começara sua vida como peão de xarqueada. Pegara os bons tempos em que o dinheiro rolava nas safras. Como quando no ano de 1925 a matança, no Estado, fora a um milhão e muitas mil cabeças abatidas. Não havia a limitação imposta agora em número e tempo pelo Sindicato dos Xarqueadores. Os peões ganhavam bem. Com despesas relativamente pequenas, havendo mais liberalidade dos patrões, que davam carne à vontade, ser empregado de xarqueada era então um bom emprego. Passara de peão para empreiteiro. Alcançara a capatazia. Dotado da qualidade de economizar, solteiro, egoísta, não ajudando parentes, nem os próprios pais e irmãos, juntara um capital que lhe permitia explorar o negócio por sua conta. Enriquecera. (WAYNE, 1982, p. 69)

A origem de Dionísio, como se percebe, não influencia positivamente a sua postura frente aos trabalhadores, que continuam sendo submetidos a condições desumanas. Os proletários não podiam faltar ao serviço nem quando doentes, correndo o risco de perderem o emprego. O capataz controla toda a movimentação e o trabalho não pode parar nem mesmo nas noites frias de inverno. Nesse ambiente insalubre, cada um dos trabalhadores tinha um meio próprio de se proteger para sobreviver:

Um dos guris, aguadeiros, que na véspera ardia na febre alta duma gripe, lá estava com a roupa ensopada, manejando a vassoura de chirca ou o balde água. Uma orquestra arrepiante, cavernosa, de tosses encatarradas se faz ouvir. Do teto pingam gotas dalguns bocados de neve que se liquefazem. Carneadores procuram esquentar as mãos apunhalando no coração os bois desnucados, aparando e friccionando os jorros de sangue fumegante que esguicham e com eles esfregam também os braços até os cotovelos. O capataz, de grossos tamancões impermeáveis, de onde saem, pelos canos, pontas de jornais com que os forrava, para dar mais calor aos pés, embarracado numa grande capa pesada, cuja gola levantada lhe sobe até as orelhas, onde sai a aba larga do chapéu enterrado na cabeça, passeia fiscalizando o serviço. (WAYNE, 1982, p. 112)

O leitor, ao perpassar *Xarqueada* com descrições marcantes da realidade saladeirista, observa trabalhadores antes resignados e passivos às mazelas daquela vida, mas que começam, se não a ter voz, a ter ciência de que não devem se sujeitar a condições desumanas:

Trabalhavam com raiva. Já não se sujeitavam como antes, resignados, àquela barbaridade. Ambrósio dizia para os descarnadores de couros: - Aguenta batuta, aguenta, que isso está por acabar! O descarnador também pensava da mesma maneira: - E porque não; se querem escravos, que vão para a África, se juntar com os gringos da Itália! E com esse ânimo, se incitavam e encorajavam. A maioria já tinha consciência de que estava sendo tratada desumanamente. (WAYNE, 1982, p. 113)

A religião, muitas vezes relacionada com a submissão e com a acomodação diante do que a vida apresenta, que poderia auxiliar os proletários a superar os seus problemas e a continuar lutando, torna-se insuficiente para alguns dos trabalhadores. Estes percebem que orações e benzeduras já não servem mais e que eles precisam ter os seus direitos respeitados e suas necessidades básicas supridas:

Noutro grupo, Carocha, exaltado, estava com a palavra: - Se precisa acabar com esses benzedores. Temos que ter é médico e remédio. Bóia bastante pra mandar pra dentro. Trabalhar horas certas por dia e não pegar o serviço noite escura e largar no morrer do sol. Casa direita pra morar. Botar abaixo essas imundícies em que vivemos e construir casas onde não entre vento, nem frio nem chuva. Isso de quando chove ter de passar a noite toda mudando de canto pra dormir sem se molhar não pode mais continuar por muito tempo... (WAYNE, 1982, p. 117).

O episódio em que Dionísio apanha de um dos trabalhadores, que viera solicitar dinheiro para comprar remédios para o filho, contribui ainda mais para aumentar a agitação dos proletários, que resolvem cercar Dionísio e pressioná-lo para obterem melhores condições de trabalho:

Vinham chegando em grupos. Não humildes e aterrorizados, como aconteceria alguns meses atrás se fossem convocados para comparecer ante o patrão. A chama da rebelião resplandecia-lhes nos olhos. Dionísio, ante a atitude altiva daqueles olhares firmes, encarando-o, sentia sua covardia dominá-lo. Amedrontado por notar que aqueles homens se achavam, como nunca ele os vira, possuídos por uma disposição firme de fazerem prevalecer seus direitos, por uma vontade inabalável de fazer predominar o que reclamavam, conjeturava que, se se amotinasse, quase nada poderiam contra o número tão elevado, ele e seu lugar tenente, com todas as armas de que se achavam munidos. (WAYNE, 1982, p. 125)

O charqueador, com receio, mas tentando manter a ordem e a postura de controle, lança uma mentira para os trabalhadores que resolveram se manifestar através da greve. Se eles não aceitam as condições atuais do lugar, logo seriam substituídos por outro grupo, por outra força de trabalho. A greve dura três dias e Dionísio, sem saída, já que na verdade não havia outra mão-de-obra disponível, promete reintegrar todos os empregados que quisessem voltar, frisando que não aumentaria os ordenados:

Dionísio mentira, quando disse ter uma turma contratada para substituir os grevistas. Em vão andaram ele o capataz durante três dias à procura de homens para tomar os lugares dos que haviam abandonado a Santa Margarida. Pois, nas épocas de matança, se tornava difícil renovar um operariado de xarqueada, visto que todos os práticos nesse mister se acham colocados nos estabelecimentos congêneres. As tropas, paradas nos pastoreios, acarretando despesas e emagrecendo. Outros lotes já comprados, esperando vez para entrar. Aproximando-se o dia em que terminaria o prazo dado pelo Sindicato dos Xarqueadores para abaterem as reses. Por fim, vendo o enorme prejuízo que sofreria, revolvera mandar prevenir todos seus empregados que, sem exceção, teriam colocação os que voltassem. Prometia reintegrar Ambrósio e Carocha. Apenas não aumentaria os ordenados. Luís achou boa, como solução transitória, a proposta do xarqueador, e induziu-os a que a aceitassem. Aproveitou a oportunidade para concitá-los a não esmorecer. Aquela tentativa frustrada significava para eles uma vitória. (WAYNE, 1982, p. 130)

A greve, que ocorre ao final da narrativa, não reverte a situação de exploração vivida pelos homens da charqueada. O incitamento à revolta, provocado por Luís, o guarda-livros que se rebela contra a situação vivida pela gente da campanha, não resulta na modificação dessa realidade. Apesar das ameaças ao patrão, a greve termina com o retorno dos empregados ao trabalho, sem que qualquer vantagem tivesse sido obtida. A promessa do proprietário resumia-se na recolocação de todos, mesmo os incitadores da greve, com uma única observação - apenas não aumentaria os ordenados. Dessa forma, *Xarqueada* apresenta mais o início de uma tomada de consciência da luta por direitos do que resultados práticos para melhorar a situação vivida pelos trabalhadores saladeiris.

4 GABRIELA, CRAVO E CANELA: A OLIGARQUIA RURAL EM NOVOS TEMPOS

Nos trinta primeiros anos após o descobrimento do Brasil, o relacionamento entre indígenas e portugueses limitava-se ao escambo e à criação de feitorias, havendo poucos colonizadores que se fixavam na Terra de Vera Cruz. Em terras americanas, não havia comércio possível a ser estabelecido. Sem prática comercial, os povos nativos tinham pouco a oferecer diante dos atrativos do Oriente. Entre explorar comércio garantido com o Oriente ou lançar-se à aventura incerta, cara e sem garantias em terras desconhecidas, o governo lusitano deu preferência à primeira alternativa. Isso explica o pouco interesse português pela América nas três primeiras décadas após a viagem de Cabral (ARRUDA e PILETTI, 2006). Além do mais, a população lusitana era escassa - cerca de 1 milhão de habitantes -, insuficiente para ocupar o império que se erigia em três continentes. Desse modo, nos primeiros tempos,

Portugal limitou-se a enviar à América expedições para investigar o litoral, coletar especiarias e combater traficantes de outros países, além de monopolizar a exploração do pau-brasil, na medida em que só poderia dedicar-se a tal tarefa quem tivesse uma concessão da Coroa, que cobrava por isso.

Com investidas de outros países em certas áreas da costa brasileira, D. João III decide iniciar a tarefa de colonizar as terras do Brasil. A ocupação da América colocou o governo português diante de um novo desafio: tornar rentável um território ocupado por uma população que não produzia qualquer excedente que pudesse ser comercializado - a população era nômade, vivia da caça e da pesca, não praticava o comércio nem utilizava dinheiro, produzia apenas o necessário para o próprio sustento. A colonização não estava nos planos do governo português, mas havia grande interesse em garantir o domínio sobre as terras. O meio mais eficaz para estabelecer a posse era promover a colonização e, para isso, era necessário criar na colônia uma economia em condições de gerar produtos que pudessem ser comercializados com bons lucros. Sendo assim, em 1530, foi enviada ao Brasil uma grande expedição comandada por Martim Afonso de Sousa com os objetivos de percorrer o litoral e, quando necessário, explorar o interior em busca de ouro e prata, expulsar os franceses que encontrasse, organizar núcleos de povoamento e defesa e expandir o domínio português até o curso de água que se tornaria conhecido como rio da Prata.

Em 1534, D. João III dividiu a colônia americana em quinze faixas de terra com largura entre 200 e 650 quilômetros, indo do litoral à linha do Tratado de Tordesilhas. Eram as capitanias hereditárias, que deveriam passar de pai para filho. Aos donatários foi atribuída grande soma de poder: podiam distribuir terras a colonos, nomear autoridades administrativas e judiciárias, escravizar e vender índios, fundar vilas, cobrar tributos pela navegação dos rios, etc. Os donatários só não tinham poder sobre os impostos reais e deviam arcar com todas as despesas da colonização (ARRUDA e PILETTI, 2006). A constituição político-administrativa das capitanias tinha por base jurídica a Carta de Doação e o Foral. Pela primeira, o rei confiava a administração perpétua e hereditária ao donatário. No Foral, estavam fixados os direitos, foros e tributos que a população pagaria ao rei e ao donatário. O sistema de capitanias perdurou até 1759 e conviveu com outras estruturas administrativas criadas pelo governo português, como os governos-gerais.

As primeiras grandes dificuldades enfrentadas pelos colonizadores foram as florestas, o calor, as doenças tropicais e a reação dos índios na defesa de seu território. Justamente por essas dificuldades, os portugueses instalavam-se nas áreas ao longo da costa, evitando ocupar o interior. Dessa forma, os núcleos litorâneos desenvolveram-se com maior rapidez em função

da exploração de produtos, como a extração da madeira e a produção agrícola. Posteriormente, a difusão da produção de cana-de-açúcar foi incentivada pelo governo português, apesar das dificuldades com o meio físico, dos altos custos dos meios de transporte e da escassez da mão de obra. Somente no século XVII é que a penetração no território foi efetiva. Nesse período aconteceram as primeiras expedições denominadas bandeiras, que povoaram em grande escala o território brasileiro:

Sesmaria, grande propriedade, latifúndio, qualquer que fosse a palavra usada, representava a concessão de terras para implantação de uma atividade agrária ou pastoril, o veículo pelo qual a terra foi ocupada, o meio de fixar o colonizador, de integrá-lo à terra, de desenvolver o povoamento. (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p.76)

Segundo Freyre (2001, p. 104), a história da ocupação do Brasil deixou-se marcar por duas tendências contraditórias - a dos grupos que se movimentaram para o norte, o sul e o oeste, em contraste com os grupos sedentários, que se estabeleceram próximos à costa do Atlântico. O segundo grupo, composto de portugueses que já vinham com recursos para se estabelecerem como plantadores de cana e donos de escravos, foi o que mais se arraigou à terra, construindo casas para suas famílias e até para os escravos, denominadas, respectivamente, de casas-grandes e senzalas. O primeiro grupo, composto de homens móveis, migratórios, resolveu se aventurar, ao invés de se instalar perto das igrejas e dos edifícios públicos, pagando os impostos que logo eram cobrados para aqueles que se estabeleciam:

Os verdadeiros focos de povoamento, onde se tornaram possíveis, em bases estáveis, as relações demográficas e as de cultura, bem como a estruturação da sociedade brasileira, foram aqueles que resultaram do agrupamento humano para uma exploração econômica. A atividade desenvolvida nestes centros fixava as populações, dava-lhes uma organização social, criava os tipos sociais a ela ligados. (DIÉGUES JÚNIOR, 1972, p. 27)

Nesse período de colonização do Brasil, pode-se destacar a figura do desbravador, que por não contentar-se com as condições da costa, que sofria de pobreza e fome, saiu para explorar o interior. Segundo Sousa (2001, p. 71), “ao refletir sobre o desbravamento, veremos surgir homens poderosos, endurecidos pela dureza dos tempos que tiveram de enfrentar, homens que se fizeram coronéis, estabeleceram rígidas regras de convivência e definiram uma estrutura social”. Nesse sentido, são esses desbravadores de terras que dão origem aos coronéis do sul da Bahia - homens que resolveram adentrar o Brasil através da doação de terras e dos forais, com o objetivo de enriquecimento, deixando a segurança do litoral para

conquistar novos lugares. Esses desbravadores se depararam com matas inexploradas, índios que não aceitavam sua presença e as mais diversas privações.

Como afirma Filho (1978, p. 43), “o desbravador, antes que se tornasse de fato o coronel, penetrou e explorou a terra com os próprios braços”. Essa etapa de lutas pela conquista de territórios fez surgir homens com grande poder sobre a terra e, conseqüentemente, com grande poder econômico. Através das plantações de cacau, os desbravadores fundaram cidades e vilarejos, acabando por reger também normas morais e de conduta próprias:

Na conquista inicial do espaço, o desbravador era uma espécie de pioneiro que vivia em equilíbrio com esse espaço ainda tomado por vastas áreas de matas inexploradas. Mas já era um portador da dinâmica histórica, que foi assumida de vez pelo coronel. Esse coronel superava a condição de simples conquistador de terras e assumia a condição de proprietário de terras, definindo como seu o espaço conquistado preestabelecendo o tipo de relações econômicas e sociais que ali iria acontecer. Nesse espaço, o trabalhador se colocava no desconfortável espaço do perigo, pura luta pela vida, pela sobrevivência sob um mando absoluto. (SOUSA, 2001, p. 87)

A economia do cacau foi fundamental para o desenvolvimento do sul da Bahia e possibilitou a transição da figura dos desbravadores para proprietários de terras. Para Adonias Filho (1978, p. 60), “O coronel, porém, ao fundar e recriar as suas cidades, apenas o conseguiu porque teve a ajudá-lo - interferindo diretamente no processo de mudança - o cacau como lavoura organizada e sistema econômico regional”. O cacau foi citado pela primeira vez na botânica no início do século XVII, como *Cacao fructus*, por Charles de L’eculuse. A referência mais antiga sobre o cultivo de cacau na Bahia consta de 1655, quando D. Vasco de Mascarenhas julgou útil ao Brasil a intensificação do seu plantio, principalmente na Bahia, pelo clima semelhante ao amazônico. Em 1746, Antônio Dias Ribeiro, da Bahia, recebeu algumas sementes de um colonizador francês chamado Luiz Frederico Warneau. Assim, introduziu o cultivo na Bahia. O primeiro plantio foi feito na fazenda Cubículo, às margens do rio Pardo, no atual município de Canavieiras. Em 1752 foram feitos plantios no município de Ilhéus:

A expansão cacaueira contribuiu para desenvolver o povoamento, e principalmente para dar características peculiares à zona, formando verdadeira região cultural, pelos aspectos específicos que oferece, em confronto com o que se verifica em outras áreas do país. (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 414)

Segundo Diégues Júnior (1960, p. 19), “Em 1825 há notícias da exportação de 25 toneladas de cacau. Quarenta anos depois, a exportação salta para 811 toneladas. O lento avanço pela floresta adentro nos 300 anos anteriores ganha agora velocidade, ao lado do

interesse no domínio de novas áreas para o plantio de roças de cacau”. Nas primeiras décadas do século XX, o cacau era o mais importante produto de exportação da Bahia e vários fazendeiros de origem humilde, proprietários de vastas plantações de cacau e de importantes casas comerciais, tornaram-se os novos ricos da sociedade baiana:

O cacau, à proporção que altera a paisagem, a empurrar e diminuir a selva, a abrir fazendas, a estabelecer um sistema de comércio, conforma culturalmente uma região. Há, em termos culturais, efetivamente, uma região tão rigorosamente caracterizada que se pode falar – a exemplo da civilização paulista e fluminense do café, ou da nordestina da cana-de-açúcar e do couro – em uma civilização baiana de cacau. (FILHO, 1978, p. 14)

Até 1913 a Bahia foi o maior produtor e exportador de cacau de todo o mundo, e qualquer pedaço de terra era cobiçado, pois dele se poderiam colher os chamados frutos de ouro, como eram conhecidas as amêndoas da planta. Adonias Filho (1978, p. 27), ao efetuar um estudo sociocultural que, apoiado em raízes históricas e amplamente documentado, caracteriza uma população regional no sul da Bahia, propõem os ciclos do cacau da seguinte forma:

- O 1º ciclo - de 1746, quando o plantio de cacau se inicia, até 1820, quando efetivamente o desbravamento começa. É a fase das fracassadas tentativas de colonização e penetração portuguesas. Fase de estagnação e sem consequências;
- O 2º ciclo - de 1820, quando o plantio do cacau se reinicia, até 1895, quando a exportação já atinge pouco mais de 100 mil sacos. É a fase, hoje lendária, dos desbravadores que conquistam a selva a fogo, pólvora e machado. E erguem povoados, arruados e vilas;
- O 3º ciclo - de 1895, quando o cacau já é a base econômica do sul e mesmo de todo o Estado da Bahia, até 1930, quando as colheitas situam o Brasil entre os maiores produtores do mundo. É a fase, hoje também lendária, dos coronéis que, remanescentes ou descendentes dos desbravadores, consolidam economicamente a lavoura. E transformam povoados em vilas e de uma vila como Itabuna fazem grande cidade e de uma cidade como Ilhéus a capital da região;

- O 4º ciclo - de 1930, quando o cacau como lavoura de exportação se converte em segunda fonte de divisas para o país, até 1957, quando, com os sintomas de estagnação e declínio da produção, são criados o Instituto de Cacau da Bahia e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). É a fase, em consequência da Revolução política de 1930, da superação dos coronéis. Inúmeros os distritos que se tornam municípios como resultado do próprio desenvolvimento. E, com a ampliação da Estação Experimental de Uruçuca, têm início as pesquisas e os estudos sobre as pragas e o beneficiamento técnico da lavoura;
- O 5º ciclo - de 1957, quando os métodos de produção do cacau se modernizam, até hoje, quando, já sob novas bases agrícola e tecnológica, praticamente se inicia ou reestrutura a industrialização existente.

Para Souza (2001, p. 109), o encontro da experiência do trabalho com a terra, no sul da Bahia, não produziu apenas o fruto do cacaueiro. Essa aliança instituiu um tipo de relação social de forte desigualdade entre seus membros, que se sustentou por um longo período, numa linha de continuidade que advém de fases anteriores, representadas pela colonização feudal portuguesa e pelo sistema escravocrata do trabalho que, a um só tempo, estimularam o latifúndio e reforçaram o poder do proprietário rural.

A realidade regional do sul da Bahia está representada em boa parte da extensa obra do escritor Jorge Amado e, em *Gabriela, Cravo e Canela*, considerada pela crítica literária um romance de costumes (GOMES, 1981, p. 68), a ambientação ocorre na cidade de Ilhéus, mostrando um município invadido pelo progresso, quando os coronéis enfrentam um momento de contestação e são substituídos por políticos mais versáteis. A narrativa gira em torno de dois conflitos: o primeiro, a luta política entre o coronel Ramiro Bastos e o exportador de cacau Mundinho Falcão; o segundo, o caso amoroso de Nacib com Gabriela. Segundo Gomes (1981, p. 68), Jorge Amado, ao mesmo tempo em que revela os movimentos de bastidores para eleger este ou aquele político, documenta a vida amorosa e os incidentes de alcova de Ilhéus, cheia de escândalos e de crimes passionais. Nesse meio conturbado e cínico, ressalta a figura inocente e cândida de Gabriela, uma personagem que ama despreocupadamente e simboliza, talvez, a ânsia de liberdade das mulheres.

No romance, Jorge Amado retoma Ilhéus dos anos 20, tendo o distanciamento de alguém que escreve em 1958 e que vivenciou toda a trajetória histórica, econômica e social do Brasil desse período. Pode-se ver isso nas personagens Gabriela e Malvina, que antecipam comportamentos das mulheres nos anos seguintes. O fato de Mundinho Falcão ser o protagonista da trama também pode ser considerado um elemento antecipatório, afinal isso mostra o futuro triunfo da industrialização e da visão capitalista contra o sistema coronelício - lembrando que o romance foi escrito no governo J.K. (1956-1960), que, com crescimento industrial de 15% ao ano, gerou grandes esperanças no país.

Na época em que transcorre a narrativa, a cidade de Ilhéus prosperava devido à exploração do cacau e vivenciava um progresso econômico, que modificava não só a estrutura física da cidade, mas, também, os hábitos dos moradores. Essa mudança de comportamento se manifesta na história de amor entre a retirante Gabriela e o árabe Nacib, cuja relação desafia os costumes da época. O enredo tem início no momento em que o coronel Jesuíno Mendonça, não aceitando a traição, mata sua esposa e o amante, um cirurgião-dentista recém-chegado à cidade. O árabe Nacib, dono do bar Vesúvio, por mais que se envolva com a notícia dos assassinatos cometidos pelo coronel Jesuíno, precisa se concentrar em resolver o problema do seu negócio, já que sua cozinheira, Filomena, deixa o trabalho às vésperas de um jantar importante. Nacib acaba encontrando Gabriela, uma retirante que chegava à cidade em busca de melhores condições, e a emprega como nova cozinheira. Sem ter certeza dos dotes culinários da moça, o árabe fica meio desconfiado, mas logo se surpreende com as qualidades de Gabriela, que ultrapassam as habilidades gastronômicas. De notável sensualidade, Gabriela desperta fascínio em todos que se aproximam dela. Em meio ao caso amoroso de Gabriela e Nacib, a trama possibilita a visualização das mudanças econômicas, políticas e sociais no município de Ilhéus e, conseqüentemente, em toda a Bahia.

Ao se considerar que a obra literária permite interpretar processos históricos, em *Gabriela, cravo e canela* pode-se encontrar referências aos tempos das capitâneas hereditárias, aos donatários, à hostilidade e escravização dos índios:

Vinha ele dirigindo, bem ou mal, os destinos dessa terra, hoje do cacau, desde os tempos imemoriais da capitania. O donatário, Jorge de Figueiredo Correia, a quem o rei de Portugal dera, em sinal de amizade, essas dezenas de léguas povoadas de silvícolas e de pau-brasil, não quisera deixar pela floresta bravia os prazeres da corte lisboeta, mandara seu cunhado espanhol morrer nas mãos dos índios. Mas lhe recomendara pôr sob a proteção do santo vencedor dos dragões aquele feudo que o rei seu senhor houvera por bem lhe regalar. Não iria ele a essa distante terra primitiva mas lhe daria seu nome consagrando-a a seu xará são Jorge. (AMADO, 2012, p. 16)

Cita-se no romance, também, os engenhos de açúcar, as lutas pela posse de terras, a preciosidade e a importância do cacau, o crescimento das vilas e dos povoados. Percebe-se no trecho a seguir que a chegada das mudas de cacau é vista como a chegada da riqueza e do progresso:

Vira os índios trucidarem os primeiros colonizadores e serem por sua vez trucidados e escravizados, vira erguerem-se os engenhos de açúcar, as plantações de café, pequenos uns, medíocres as outras. Vira essa terra vegetar, sem maior futuro, durante séculos. Assistira depois à chegada das primeiras mudas de cacau e ordenara aos macacos juparás que se encarregassem de multiplicar os cacauzeiros. Talvez sem objeto preciso, apenas para mudar um pouco a paisagem da qual já devia estar cansado após tantos anos. Não imaginando que, com o cacau, chegava a riqueza, um tempo novo para a terra sob a sua proteção. Viu então coisas terríveis: os homens matando-se traiçoeira e cruelmente pela posse de vales e colinas, de rios e serras, queimando as matas, plantando febrilmente roças e roças de cacau. Vira a região de súbito crescer, nasceram vilas e povoados, vira o progresso chegar a Ilhéus. (AMADO, 2012, p. 17)

A economia do cacau consiste no fio condutor da narrativa de Jorge Amado, assim como, historicamente, foi essa a economia responsável pelo desenvolvimento do sul da Bahia:

Com os preços do cacau em constante alta, significava ainda maior riqueza, prosperidade, fartura, dinheiro a rodo. Os filhos dos coronéis indo cursar os colégios mais caros das grandes cidades, novas residências para as famílias nas novas ruas recém-abertas, móveis de luxo mandados vir do Rio, pianos de cauda para compor as salas, as lojas sortidas, multiplicando-se, o comércio crescendo, bebida correndo nos cabarés, mulheres desembarcando dos navios, o jogo campeando nos bares e nos hotéis, o progresso enfim, a tão falada civilização. (AMADO, 2012, p. 15)

Gabriela possibilita uma discussão sobre a representação do coronelismo, expondo desde a origem da nomenclatura desses coronéis até a sua importância para a formação das cidades e seu poder absoluto e incontestável. A população de Ilhéus, apesar da consciência do progresso e da necessidade de mudanças, também atribui sua origem e desenvolvimento aos desbravadores - os coronéis na ficção. Especialmente as personagens que vivenciaram de alguma forma esse desbravamento e luta pela posse de terras acabam defendendo as decisões do coronel Ramiro Bastos, demorando mais para aceitar as inovações trazidas pela figura de Mundinho Falcão. É o que se pode observar através da fala de um dos coronéis do romance:

Ouçã, Doutor: fala-se muito de progresso, de civilização, da necessidade de mudar tudo em Ilhéus. Não ouço outra conversa o dia inteiro. Mas, me diga uma coisa: quem é que fez esse progresso? Não fomos nós, os fazendeiros de cacau? Temos nossos compromissos, tomados numa hora difícil, não somos homens de duas palavras. Enquanto eu for vivo, meus votos são para meu compadre Ramiro Bastos e pra quem ele indicar. Nem quero saber o nome. Foi ele quem me deu mão forte quando a gente estava jogando a vida nessas brenhas... (AMADO, 2012, p. 45)

Gabriela, cravo e canela, obra por vezes tratada como o “Crepúsculo dos coronéis”, é um dos romances mais famosos de Jorge Amado, difundido pelo mundo através de novelas, seriados, histórias em quadrinhos, músicas, etc., além de contar com vinte e uma traduções para línguas estrangeiras. É, também, um dos romances mais reconhecidos pela crítica, com cinco premiações somente no ano de 1959, um ano após seu lançamento. Uma das últimas adaptações da obra foi realizada pela Rede Globo de Televisão, com um seriado, em 2012. A aceitação de *Gabriela* não é difícil de entender, já que o sucesso imediato da obra fez com que os primeiros 20.000 exemplares se esgotassem em 15 dias.

Jorge Amado, que se considerava um “romancista de vagabundos, putas e trabalhadores” (GOMES, 1981, p. 29), vivenciou a realidade das fazendas de cacau e sentiu de perto a violência das lutas por conquista de terras, o sofrimento dos trabalhadores e o poder dos coronéis que praticamente fundaram a região de Ilhéus. Com a experiência pessoal e seu forte engajamento político, o autor opta por representar em suas obras a população miserável, explorado e oprimido, fazendo coro à preocupação com as questões sociais do período.

Em *Gabriela*, Jorge Amado apresenta um poderoso coronel que se vê diante de novas forças políticas - que contestam seu método, seu poder absoluto e sua forma de resolver as mais diversas situações com a violência. Forças tão marcantes, que juntamente com o progresso e a modernidade inevitáveis, acabam por superar a figura de um coronel até então soberano e inquestionável. O narrador do romance deixa evidente, logo no início da obra, que a população tem consciência do progresso que invade a cidade e modifica não só as características arquitetônicas e urbanas de Ilhéus, mas também os costumes e tradições dos moradores:

A cidade ia perdendo, a cada dia, aquele ar de acampamento guerreiro que a caracterizara no tempo da conquista da terra: fazendeiros montados a cavalo, de revólver à cinta, amedrontadores jagunços de repetição em punho atravessando ruas sem calçamento, ora de lama permanente, ora de permanente poeira, tiros enchendo de susto as noites intranquilas, mascates exibindo suas malas nas calçadas. Tudo isso acabava, a cidade esplendia em vitrines coloridas e variadas, multiplicavam-se as lojas e os armazéns, os mascates só apareciam nas feiras, andavam pelo interior. (AMADO, 2012, p. 20)

Um dos indícios principais da mudança que está ocorrendo em Ilhéus é a fundação do Clube Progresso, que já traz no nome a modernidade e a ânsia pelo novo. Em contraposição a essa imagem, tem-se ainda a importância econômica das plantações de cacau, que trazem em suas raízes muitas lutas, conquistas, violência e que possibilitaram o surgimento e a permanência do absolutismo dos coronéis, donos de grandes terras e conseqüentemente, donos do dinheiro e das decisões locais. As personagens fundamentais para a discussão entre a permanência e a modernização dos costumes são o coronel Ramiro Bastos, representante do passado e Mundinho Falcão, representante do futuro:

A vida da cidade e dos povoados era alimentada pelo cacau. Por detrás de cada negócio que era feito, de cada casa construída, de cada armazém, de cada loja aberta, de cada caso de amor, de cada tiro trocado, lá estava a presença do cacau. Foi a força do cacau, ainda, que estimulou o surgimento dos palacetes dos coronéis, edificadas nas cidades, fechadas grande parte do ano, habitadas somente por ocasião das festas da Igreja. Cada palacete era uma vitrine de demonstração de riqueza que transcendia a importância das formas arquitetônicas que lhes davam imponência. (SOUSA, 2001, p. 113)

E é a força do cacau que atrai pessoas de todo o Brasil e até de outros países para buscar uma vida melhor no sul da Bahia, na cidade de Ilhéus, na região do cacau, considerada uma terra de oportunidades. Essa busca por oportunidades no interior contraria a lógica, já que o êxodo é realizado, em geral, em direção às capitais ou metrópoles:

Naquele tempo, no rastro do cacau dando dinheiro, chegavam à cidade de alastrada fama, diariamente, pelos caminhos do mar, do rio e da terra, nos navios, nas barcas e lanchas, nas canoas, no lombo dos burros, a pé abrindo picadas, centenas e centenas de nacionais e estrangeiros oriundos de toda parte: de Sergipe e do Ceará, de Alagoas e da Bahia, do Recife e do Rio, da Síria e da Itália, do Líbano e de Portugal, da Espanha e de ghettos variados. (AMADO, 2012, p. 36)

Assim chega seu Nacib, vindo da Síria com a família aos quatro anos de idade. Logo após sua chegada, é registrado como brasileiro no cartório de Segismundo, tabelião acostumado a não tratar com seriedade as documentações, não havendo problema em vender certidões de nascimento e em naturalizar imigrantes de todos os lugares. Ao tratar da falsificação de certidões, expõem-se, também, a falsificação de escrituras e medições de terras, as hipotecas inventadas e diversas falcatruas que são justificadas como peças importantes na luta pelo desbravamento. Todos esses procedimentos são considerados falta de escrúpulos, mas afirma-se que não foram os escrúpulos que possibilitaram o progresso das cidades do sul da Bahia:

Quanto aos escrúpulos, não foi com eles que progrediram as cidades do sul da Bahia, que se rasgaram as estradas, plantaram-se as fazendas, criou-se o comércio, construiu-se o porto, elevaram-se edifícios, fundaram-se jornais, exportou-se cacau para o mundo inteiro. Foi com tiros e tocaias, com falsas escrituras e medições inventadas, com mortes e crimes, com jagunços e aventureiros, com prostitutas e jogadores, com sangue e coragem. (AMADO, 2012, p. 39)

Da mesma forma que Nacib torna-se ilheense, Gabriela chega ao município com um grupo de retirantes, que pela descrição da paisagem já mostram com que olhos veem a terra prometida:

A paisagem mudara, a inóspita caatinga cedera lugar a terras férteis, verdes pastos, densos bosques a atravessar, rios e regatos, a chuva caindo farta. Haviam pernoitado nas vizinhanças de um alambique, plantações de cana balançando ao vento. Um trabalhador lhes dera detalhadas explicações sobre o caminho a seguir: menos de um dia de marcha e estariam em Ilhéus, a viagem de pavores terminada, uma nova vida a começar. (AMADO, 2012, p. 75)

Os retirantes fugiam da seca e, ao chegarem, aglomeravam-se perto do morro da Conquista, formando acampamentos à espera de trabalho. O local acaba sendo apelidado pelo povo de “mercado dos escravos”. A denominação não é justificada pelo narrador, mas pelas condições em que chegam os retirantes e pela forma com que são tratados, o leitor pode construir um significado para tal nomeação. Esses pobres, que deixavam suas casas e suas terras, eram tratados como “levas”, como números a serem examinados e escolhidos pelos fazendeiros, servindo de mão-de-obra, especialmente, na lida com o cacau. Essa escolha feita pelos fazendeiros pode muito bem ser comparada à compra de escravos nos séculos anteriores, os quais eram considerados apenas mercadorias que deveriam estar em bom estado para produzirem e gerarem lucro:

Antes de começar o morro da Conquista ficava o ‘mercado dos escravos’. Alguém assim apelidara, há tempos, o lugar onde os retirantes acampavam à espera de trabalho. O nome pegara, ninguém chamava de outra maneira. Amontoavam-se ali os sertanejos fugidos da seca, os mais pobres entre quantos deixavam suas casas e suas terras no apelo do cacau. Fazendeiros examinavam a leva recente, o chicote batendo nas botas. Os sertanejos gozavam fama de bons trabalhadores. (AMADO, 2012, p. 106)

Apesar de sofridos, os retirantes eram gratos por vencer os caminhos e todas as adversidades que ele apresentava. A pobreza em suas terras era grande o suficiente para que a região do cacau significasse fartura e trabalho, uma vida nova sem a miséria com a qual estavam acostumados:

Homens e mulheres, esgotados e famélicos, esperavam. Viam a feira distante, onde havia de um tudo, uma esperança que enchia-lhes o coração. Tinham conseguido vencer os caminhos, a caatinga, a fome e as cobras, as moléstias endêmicas, o cansaço. Atingiam a terra farta, os dias de miséria pareciam terminados. Ouviam contar histórias espantosas, de morte e violência, mas sabiam do preço do cacau em alta, sabiam de homens chegados com eles, do sertão em agonia, e agora andando de botas lustrosas, empunhando chicotes de cabo de prata. Donos de roças de cacau. (AMADO, 2012, p. 106)

O processo de modernização na narrativa de *Gabriela* não se manifesta somente no contexto político, mas, também, no comportamento social das personagens femininas. Malvina, filha de um dos coronéis, foge e opta por estudar e trabalhar, sem depender de qualquer figura masculina:

- Que adianta dizer? O senhor não vai compreender. Aqui ninguém pode me compreender. Já lhe disse, meu pai, mais de uma vez: eu não vou me sujeitar a casamento escolhido por parente, não vou me enterrar na cozinha de nenhum fazendeiro, ser criada de nenhum doutor de Ilhéus. Quero viver ao meu modo. Quando sair, no fim do ano, do colégio, quero trabalhar, entrar num escritório. (AMADO, 2012, p. 193)

Glória, amante de um poderoso coronel, conhecido por ser violento, principalmente em questões de honra, se envolve com o professor e não sofre maiores consequências por isso:

Quando tomavam conhecimento de infidelidades das mulheres que sustentavam - ou pagando-lhes o quarto, a comida e o luxo em pensões de prostitutas ou alugando-lhes casa nas ruas menos frequentadas -, contentavam-se com largá-las, substituí-las no conforto que lhes proporcionavam. Arranjavam outra. Já sucedera, no entanto, tiro e morte, mais de uma vez, devido a rapariga. (AMADO, 2012, p. 96)

Gabriela, representando a liberdade, apesar de não ser uma moça da alta sociedade, quebra os padrões morais estabelecidos, exprimindo sua sexualidade de forma despreocupada e, inclusive, passando por cima do casamento. Em um momento bem representativo, Gabriela ganha de Nacib um pássaro engaiolado, mas não consegue vê-lo preso, pois o seu cantar é triste. Decidida a não deixá-lo na gaiola, opta por soltá-lo à natureza, pensando que depois justificaria a ausência do pássaro, para Nacib, como se ele tivesse fugido. Tal qual o pássaro, Gabriela não consegue viver presa às amarras sociais, não consegue seguir os padrões que a sociedade impõe, simplesmente porque quer viver livre, de um jeito alheio aos costumes, em relações independentes:

O pássaro se batia contra as grades, há quantos dias estaria preso? Muitos não eram com certeza, não dera tempo de acostumar-se. Quem se acostuma com viver preso? Gostava dos bichos, tomava-lhes amizade. Gatos, cachorros, mesmo galinhas. Tivera um papagaio na roça, sabia falar. Morrera de fome, antes do tio. Passarinho preso em gaiola não quisera jamais. Dava-lhe pena. Só não dissera pra não ofender seu Nacib. (AMADO, 2012, p. 183)

A morte de Sinhazinha Guedes, esposa do coronel Jesuíno Mendonça, que traía o marido com o dentista Osmundo Pimentel, abre e fecha a história, evidenciando as mudanças representadas na narrativa. A população de Ilhéus a condena por trair o marido e concorda com a atitude do coronel - de matar os dois amantes -, mas não com a mesma força de antigamente, uma vez que a violência por motivo de honra já não é tão bem aceita:

Algum tempo depois, o coronel Jesuíno Mendonça foi levado a júri, acusado de haver morto a tiros sua esposa, dona Sinhazinha Guedes Mendonça e o cirurgião-dentista Osmundo Pimentel, por questão de ciúmes. Vinte e oito horas duraram os debates agitados, por vezes sarcásticos e violentos. Houve réplicas e tréplica, dr. Maurício Caires citou a Bíblia, recordou escandalosas meias pretas, moral e devassidão. Esteve patético. Dr. Ezequiel Prado, emocionante: já não era Ilhéus terra de bandidos, paraíso de assassinos. Com um gesto e um soluço, apontou o pai e a mãe de Osmundo em luto e em lágrimas. Seu tema foi a civilização e o progresso. Pela primeira vez, na história de Ilhéus, um coronel do cacau viu-se condenado à prisão por haver assassinado esposa adúltera e seu amante. (AMADO, 2012, p.321)

Para comprovar a adesão aos novos tempos, que modificam os costumes, as tradições e crenças, o coronel Mendonça acaba sendo condenado pelas mortes. Durante o julgamento, o homicídio por motivo de honra aparece como um ato contrário aos princípios da civilização e do progresso.

5 DUAS REGIÕES, UMA AUTORIDADE: O CORONELISMO NA BAHIA E NO RIO GRANDE DO SUL

Na Bahia e nos demais estados da Federação brasileira, o coronelismo remonta ao período colonial e imperial. No Rio Grande do Sul as relações de poder definem-se nitidamente como de caráter coronelista em meados do século XVIII, emergindo da estruturação da sociedade patriarcal - latifundiária e pastoril.

Segundo Félix (1987, p. 25), há pontos importantes na compreensão do coronelismo, uma vez que ele se baseia em laços de lealdade, compromisso e dependência, desde o âmbito econômico até o psicológico. Alguns valores se arraigaram ao modelo social dos

desbravadores que se estabeleceram, no caso do Rio Grande do Sul, como a submissão à autoridade; o acatamento aos representantes do governo por considerá-los de utilidade social e com função tutelar indispensável à tranquilidade do grupo social; a consciência da necessidade de governos fortes, prestigiados, de capacidade organizadora e executiva. Ainda segundo o autor, a formação de uma mentalidade social que valoriza a obediência e a submissão às autoridades do Estado preparou as relações do compromisso coronelista, contribuindo, assim, para a transição entre os interesses políticos, do Estado, e os privados, dos senhores locais.

No Sul, as relações sociais e políticas se desenvolveram, principalmente, nas estâncias de criação, unidades montadas sob a forma de latifúndio, idênticas, em linhas gerais, ao restante do Brasil - com grande propriedade; sistema patriarcalista; diferentes camadas sociais, compostas por senhores, agregados e escravos. A dominação se processava através desse sistema de relações patriarcais entre o senhorio e os peões, além dos agregados e dos escravos. No entanto, no Sul não havia uma aristocracia nos moldes existentes nas regiões da cana-de-açúcar, no Nordeste, ou do café, no vale do Paraíba. O que havia era uma relação do tipo pré-capitalista, afinal a prática do pagamento de um salário existia desde a instalação das primeiras estâncias.

No Nordeste, mais especificamente na Bahia, o coronelismo foi importante para o desenvolvimento da cidade de Ilhéus, já que o coronel, antes um desbravador de terras, possibilita a formação de municípios, movimentando a economia e auxiliando a população, o que resulta na fundação de vilas com certo grau de organização. Apesar desse caráter fundador, o coronelismo baseou-se no mando absoluto e no conservadorismo, postura que contribuiu, muitas vezes, para frear o desenvolvimento das cidades. Os coronéis, ao defenderem a permanência de certos costumes e tradições, garantiam também a sua permanência no poder.

O romance de Jorge Amado expõe um coronel identificado com a prática de autoritarismo, que ordena o que deve ser feito e não encontra obstáculos nas suas decisões. Essa é a forma de administração do coronel em relação à cidade de Ilhéus e região. O autor, através do narrador, aborda a questão das lutas pela posse de terras e a ascensão e perpetuação do poder dos coronéis:

O coronel Ramiro Bastos contemplava tudo aquilo como se fosse propriedade sua. E assim o era um pouco, pois eles e os seus governavam Ilhéus há muitos anos. Era um velho seco, resistente à idade. Seus olhos pequenos conservavam um brilho de comando, de homem acostumado a dar ordens. Sendo um dos grandes fazendeiros da região, fizera-se chefe político respeitado e temido. O poder viera às suas mãos durante as lutas pela posse da terra, quando o poderio de Cazuzu de Oliveira desmoronou-se. Apoiara o velho Seabra, esse entregou-lhe a região. Fora duas vezes intendente, era agora senador estadual. De dois em dois anos mudava o intendente, em eleições a bico de pena, mas nada mudava em realidade, pois quem continuava a mandar era mesmo o coronel Ramiro, cujo retrato do corpo inteiro se podia ver do salão nobre da intendência, onde se realizavam conferências e festas. Amigos seus ou parentes revezavam-se no cargo, não moviam uma palha sem sua aprovação. (AMADO, 2012, p. 59)

Coronel Ramiro Bastos apresenta-se como um homem na faixa dos oitenta anos, tendo participado não diretamente da fase dos desbravadores, mas da disputa por terras, consolidando-se como autoridade da região. Um dos símbolos principais para mostrar a decadência do coronelismo e a sua superação por novas forças políticas está na idade avançada do coronel e na incapacidade ou indiferença dos filhos em substituí-lo como autoridade da cidade. Esses filhos, já formados doutores, não têm o mesmo sentimento em relação à terra, já que não vivenciaram as épocas de conquistas e encontraram outras motivações pessoais. Com a indiferença da nova geração, além de outras causas, o coronelismo perde força. A morte do coronel Ramiro, antes mesmo do resultado das eleições, também pode ser considerada como a vitória do novo a despeito da resistência do antigo, simbolizando que a tradição está ganhando novos contornos devido ao progresso e à modernização.

A figura de Mundinho Falcão, rapaz jovem e rico, exportador de cacau que vem do Rio de Janeiro com disposição para tornar Ilhéus uma nova cidade, tem o perfil adequado para entrar em conflito com os coronéis. Mundinho incentiva a construção de lojas, restaurantes, bordéis, colégios (Colégio de Enoch) e estradas, enquanto o coronel limita-se a construir praças e alguma obra de maior expressão quando acha necessário mostrar interesse pela cidade. Mesmo sem querer, os coronéis precisam ceder às exigências modernizadoras do progresso. A mudança de padrões políticos, através da ascensão de Mundinho Falcão, significa o fim do absolutismo coronelício.

Para os coronéis mais jovens, que não vivenciaram a luta por posse de terras e que tinham uma ligação recente com Ramiro Bastos, torna-se fácil desvincular-se do até então poderoso coronel e apoiar Mundinho Falcão. Os antigos coronéis, ao contrário, deviam muito

a Ramiro e eram cúmplices de muitos crimes, por isso continuam fiéis ao representante “do atraso”:

Outros fazendeiros, especialmente os mais moços, cujos compromissos com o coronel Ramiro Bastos eram recentes, não traziam o selo de sangue derramado, concordavam com Mundinho Falcão na análise e nas soluções dos problemas e necessidades de Ilhéus: abertura de estradas, aplicação de parte da renda nos distritos do interior, em Água Preta, em Pirangi, no Rio do Braço, em Cachoeira do Sul, exigir dos ingleses a conclusão do ramal da estrada de ferro ligando Ilhéus a Itapira, cujas obras eternizavam-se. (AMADO, 2012, p. 144)

No início da obra, explica-se a utilização do termo coronel e dos termos doutor e capitão, que dificilmente se referiam a doutores ou capitães de fato e, muito menos, a coronéis nomeados pela Guarda Nacional. A nomenclatura acabou se consagrando por costume e tinha muito mais relação com o poder econômico e a riqueza dos fazendeiros de cacau, que não possuíam o poder militar, mas adquiriam o direito de comandar a cidade com base na imposição da força e da violência:

O Doutor não era doutor, o Capitão não era Capitão. Como a maior parte dos coronéis não eram coronéis. Poucos, em realidade, os fazendeiros que, nos começos da República e da lavoura do cacau, haviam adquirido patentes de coronel da Guarda Nacional. Ficava o costume: dono de roça de mais de mil arrobas passava normalmente a usar e receber o título que ali não implicava em mando militar e, sim, no reconhecimento da riqueza. (AMADO, 2012, p. 27)

O coronel Ramiro Bastos, acostumado a comandar Ilhéus sem qualquer intervenção, vê-se diante de um progresso que foge de seu controle - de repente surgem bancos, escolas, lojas, estradas e cabarés que não foram autorizados por ele. Mais importante do que isso são as mudanças de costumes dos moradores, que afrontam os modelos conservadores de comportamento. Ramiro percebe que as coisas estão diferentes, mas não entende por que seu jeito de governar não serve mais. O coronel acha que Mundinho Falcão está enganado, que as ideias do exportador não vão funcionar, mesmo quando essas inovações são aprovadas pela população.

Ramiro Bastos mostra-se consciente de que no passado a violência funcionava para resolver os problemas, mas já não se justifica mais. A compreensão de que as coisas não estão acontecendo como ele gostaria, de que os tempos mudaram, manifesta-se nas suas feições e inquietações. Em certo momento ele senta-se na praça em frente a sua casa, como fazia todo o dia, mas não sente o bem estar físico causado pela luz do sol. Seu rosto está encoberto por uma sombra, reflexo das preocupações e de previsões que pedem uma administração municipal diferente:

Ficou outra vez sozinho na praça. Não sentia mais a alegria do sol, seu rosto ensombrecera-se. Pensava nos tempos de antes, quando essas coisas eram fáceis de resolver. Quando alguém se fazia incômodo bastava chamar um cabra, prometer-lhe um dinheiro, dizer-lhe o nome do cujo. Hoje era diferente. Mas esse Mundinho Falcão se enganava. Ilhéus mudara muito nesses anos, é bem verdade. O coronel Ramiro buscava compreender essa nova vida, esse Ilhéus nascendo daquele outro que fora seu. Pensara tê-lo compreendido, sentido seus problemas, suas necessidades. Não embelezara a cidade, não construía praças e jardins, não calçara ruas, não abrira até a estrada de rodagem, apesar de seus compromissos com os ingleses da estrada de ferro? Por que então, assim de repente, a cidade parecia fugir de suas mãos? (AMADO, 2012, p. 63)

Não somente o coronel, mas toda a população percebia que o progresso estava em andamento, não só nos comentários entre as pessoas, como também na estrutura da cidade. Assim, surgem novidades como o jornal, o cinema, as marinetes para fazer o transporte das pessoas e o Clube Progresso, cujo nome traduz seu significado no contexto da época, entre outros:

Progresso era a palavra que mais se ouvia em Ilhéus e em Itabuna naquele tempo. Estava em todas as bocas, insistentemente repetida. Aparecia nas colunas dos jornais, no cotidiano e nos semanários, surgia nas discussões na Papelaria Modelo, nos bares, nos cabarés. Os ilheenses repetiam-na a propósito das novas ruas, das praças ajardinadas, dos edifícios no centro comercial e das residências modernas na praia, das oficinas do Diário de Ilhéus, das marinetes saindo pela manhã e à tarde para Itabuna, dos caminhões transportando cacau, dos cabarés iluminados, do novo Cine-Teatro Ilhéus, do campo de futebol, do colégio dr. Enoch, dos conferencistas esfomeados vindos da Bahia e até o Rio, do Clube Progresso com seus chás dançantes. (AMADO, 2012, p. 19)

Apesar de todo o progresso material, os costumes mudam mais lentamente, como lembra o narrador no início do romance (p. 10). Isso porque as marcas do passado, simbolizadas pelo comportamento opressivo e corrupto dos coronéis, ainda estão vivas. O progresso avança rapidamente, os hábitos modificam-se, mas alguns costumes estão enraizados de forma a serem considerados como leis:

Quando as matas foram derrubadas e os pés de cacau plantados sobre cadáveres e sangue. Quando o caxixe reinou, a justiça posta a serviço dos interesses dos conquistadores de terra, quando cada grande árvore escondia um atirador na tocaia, esperando sua vítima. Era esse passado que ainda estava presente em detalhes da vida da cidade e nos hábitos do povo. Desaparecendo aos poucos, cedendo lugar às inovações, a recentes costumes. Mas não sem resistência, sobretudo no que se referia a hábitos, transformados pelo tempo quase em leis. (AMADO, 2012, p. 21)

Um exemplo de como as leis eram determinadas pelos coronéis pode-se ver no trecho que discute o assassinato de uma esposa adúltera e de seu amante. A lei mandava condenar

quem matava seu semelhante, mas, no código do coronelismo, devia-se matar a esposa adúltera, de preferência uma morte violenta. Isso não estava escrito em nenhum documento, mas vigorava como lei desde os tempos da conquista da região:

Assim era. Numa região recém-chegada de barulhos e lutas frequentes, quando as estradas para as tropas de burro e mesmo para os caminhões abriam-se sobre as picadas feitas por jagunços, marcadas pelas cruces dos caídos nas tocaias, onde a vida humana possuía pouco valor, não se conhecia outra lei para traição de esposa além de morte violenta. Lei antiga, vinha dos primeiros tempos do cacau, não estava no papel, não constava no código, era no entanto a mais válida das leis e o júri, reunido para decidir da sorte do matador, a confirmava unanimemente, cada vez, como a impô-la sobre a lei escrita mandando condenar quem matava seu semelhante. (AMADO, 2012, p. 88)

Diante do progresso, até em relação a mudanças no método de ensino as opiniões são divergentes entre as personagens. Alguns são a favor da pedagogia tradicional, outros preferem a pedagogia moderna. Nesse sentido, ideias identificadas com posturas ditas modernas são constantemente discutidas pelas personagens, que ora se posicionam a favor do novo ora encaram as mudanças com desconfiança:

Para mim, para ensinar o bê-á-bá, não tem ninguém como dona Guilhermina. Mão de ferro. Filho meu é com ela que aprende a ler e a contar. Isso de ensinar sem palmatória... – Atraso, coronel - sorria João Fulgêncio. – Esse tempo já passou. A pedagogia moderna... – O quê? – Que a palmatória é necessária olhem que é... – Vocês estão atrasados de um século. Nos Estados Unidos... – As meninas boto no colégio das freiras, está certo. Mas os meninos é com Dona Guilhermina... – A pedagogia moderna aboliu a palmatória e os castigos físicos – conseguiu explicar João Fulgêncio. (AMADO, 2012, p. 25)

Os coronéis que se envolveram na luta por posse de terras enxergam o progresso como resultado de seus esforços pessoais. Para eles, foram os fazendeiros de cacau que realizaram as obras necessárias para as melhorias estruturais das cidades:

- Ouça, Doutor: fala-se muito de progresso, de civilização, da necessidade de mudar tudo em Ilhéus. Não ouço outra conversa o dia inteiro. Mas, me diga uma coisa: quem é que fez esse progresso? Não fomos nós, os fazendeiros de cacau? Temos nossos compromissos, tomados numa hora difícil, não somos homens de duas palavras. Enquanto eu for vivo, meus votos são para meu compadre Ramiro Bastos e pra quem ele indicar. Nem quero saber o nome. Foi ele quem me deu a mão forte quando a gente estava jogando a vida nessas brenhas... (AMADO, 2012, p. 45)

Segundo Sousa (2001, p. 87), na conquista inicial do espaço, o desbravador era uma espécie de pioneiro que vivia em equilíbrio numa região ainda tomada por vastas áreas de matas inexploradas. Mas já era um portador da dinâmica histórica, que foi assumida de vez

pelo coronel. Esse coronel superava a condição de simples conquistador de terras e assumia a de proprietário de terras, definindo como seu o espaço conquistado e preestabelecendo o tipo de relações econômicas e sociais que ali iria acontecer. Nesse lugar, o trabalhador colocava-se na desconfortável posição de perigo, onde havia luta pela sobrevivência sob um sistema de mando absoluto.

Para Filho (1978, p. 51), o desbravador converte-se em coronel no instante em que, tendo fundado o povoado e o transformado em vila ou cidade, nela passa a morar com autoridade igual ao juiz e ao padre. Os velhos proprietários de terra, pioneiros desbravadores, antigos migrantes, ou seus filhos, foram se tornando autoridade única, senhores a quem todos obedeciam, juízes e carrascos por necessidade de desenvolver a expansão da cacauicultura. Nesse espaço de práticas políticas e sociais violentas, próprias das sociedades de fronteira e com instalação pioneira de lavouras, formava-se a figura do coronel no corpo de uma estrutura social que submetia a maioria dos trabalhadores e prestigiava uns poucos homens de confiança: os jagunços.

Parece indiscutível, pois, que o coronel, desde que chegou às cidades e assumiu o comando do poder municipal, implantou uma estrutura regional tão singular que acabou por conformar a civilização do cacau. Os componentes da estrutura, aliás, não permitem dúvidas quanto à civilização. E, se foram inúmeros os componentes ainda acionados pelo coronel, como certos costumes, o tipo de habitação e o exercício público da administração, não se pode esquecer a sua mobilidade entre a fazenda de cacau e a cidade. E de tal maneira essa mobilidade se processou que, se o coronel por um lado ruralizou a cidade, pelo outro urbanizou a fazenda. (FILHO, 1978, p. 63)

Ramiro Bastos é tratado pelas netas como um retrógrado, já que não apoia a fundação do Clube Progresso e não aceita as críticas do jornal “Diário de Ilhéus”. Em uma situação diferente, um jornal jamais se posicionaria contra um coronel, até porque provavelmente seria patrocinado por ele. Nesse contexto de transformações, o jornal tem grande importância no jogo de forças social e no processo de modernização das comunidades, na medida em que quem controlava esse meio de comunicação também controlava as ideias e tinha o poder de convencer os outros. Ramiro sabe disso e, contrariado, determina a seus capangas que incendeiem o jornal, declaradamente a favor de Mundinho Falcão.

A palavra de Ramiro era considerada como lei, mas perde força para as novas formas de administrações. Devido a sua postura conservadora, o prestígio do coronel enfrenta contestações até dos antigos aliados, cada vez mais dispostos a refletir sobre as vantagens de certas mudanças. Para piorar a situação, ninguém da família pretende assumir o lugar do

patriarca. Seu filho Tônico Bastos, herdeiro natural do coronel, não tem interesse nos negócios nem o perfil para enfrentar o avanço de Mundinho Falcão.

O contraste entre o antigo e o moderno, na narrativa, também se manifesta nas características físicas das personagens. Ramiro Bastos tem mãos trêmulas e saúde abalada, enquanto Mundinho caracteriza-se pela jovialidade e energia. Isso não impede que o coronel tente exercer até o fim a sua forma de mando, empregando a violência, com a ajuda de jagunços, para eliminar pessoas que se colocam em seu caminho. Agindo dessa forma Ramiro não encontra mais a aprovação de antigamente, sendo agora imensamente criticado. Embora se mantenha firme em suas convicções, o coronel percebe que sua influência diminui à medida que a região cresce:

No entanto, apesar de sua teimosia, nos últimos tempos sentia seu indiscutível prestígio, sua palavra como lei, um tanto quanto abalados. Não pela oposição, gente sem conceito. Mas pelo próprio crescimento da cidade e da região, que às vezes parecia querer escapar de suas mãos trêmulas. Suas próprias netas não o criticavam porque ele fizera a intendência negar uma ajuda de custo ao Clube Progresso? E o jornal de Clóvis Costa não ousara discutir o problema do ginásio? Ele ouvira a conversa das netas: ‘Vovô é um retrógrado!’. (AMADO, 2012, p. 60)

Mundinho Falcão é a figura que representa o progresso, chega sem avisar, sem pedir permissão. Ramiro, rapidamente, percebe em Mundinho um inimigo a ser combatido. Este sabe a força que está enfrentando e o que precisa vencer para poder liderar a região. Se o coronel até então nunca tinha sido confrontado, agora tem pela frente um desafiante que não emprega armas nem lidera jagunços, pelo menos não diretamente. Mundinho Falcão atua no campo das ideias, defendendo uma forma de administração moderna e tratamento humano nas relações pessoais. Com essa postura, Mundinho atrai cada vez mais simpatizantes que viam nele alguém interessado em melhorar as condições de Ilhéus e não em defender interesses próprios.

Diferentemente do coronel tradicional, Mundinho não age com autoridade sobre a população. Dessa forma, as pessoas não precisam mais se submeter a um superior através de um sistema de favores ou apadrinhamento. Comparando as duas formas de liderança social, elas percebem que não há mais sentido em seguir leis, normas, regras e condutas determinadas por um único homem. A força de Mundinho vem do fato de que ele não necessita de violência para liderar, ao contrário do que era feito pelos coronéis desde o início:

Esse Mundinho Falcão, vindo do Rio, escapava ao seu controle, não vinha visitá-lo nem consultá-lo, decidia por sua própria conta, ia fazendo o que bem entendia. O coronel sentia obscuramente ser o exportador um inimigo, ainda lhe daria dor de cabeça. Na aparência mantinham ótimas relações. Quando se encontravam, o que sucedia raramente, trocavam palavras gentis, protestos de amizade, punham-se à disposição um do outro. Mas esse tal Mundinho começava a meter o bico em todas as coisas, era cada vez maior o número de pessoas a cercá-lo, ele falava de Ilhéus, sua vida, seu progresso, como se aquilo fosse assunto seu, de sua alçada, como se tivesse alguma autoridade. (AMADO, 2012, p. 60)

Na esfera política, Mundinho tem apoio do governo federal, enquanto o coronel tem apoio do governo estadual. Era muito comum, não somente no Nordeste, mas também no Sul, que os estados apoiassem os coronéis, responsáveis por garantir os votos necessários para a situação. Como resultado dessa relação, os coronéis acabavam sentindo-se livres para exercer a autoridade, afinal estavam protegidos, de certa forma, pela lei:

Os Bastos mandavam em Ilhéus há mais de vinte anos, prestigiados pelos sucessivos governos estaduais. Mundinho, porém, atingia mais alto: seu prestígio decorria do Rio, do governo federal. Não obtivera, apesar da oposição do governo do estado, um engenheiro para estudar o até então insolúvel caso da barra, não garantia resolvê-lo em pouco tempo? (AMADO, 2012, p. 144)

Não por acaso há um capítulo do romance intitulado “Do esperado hóspede indesejável”, que se refere ao engenheiro destinado a ampliar a barra do porto de Ilhéus, o que possibilitaria a entrada de grandes navios e conseqüentemente a exportação do cacau. A presença do engenheiro desagrade o coronel Ramiro Bastos, já que representaria uma grande conquista para o exportador e um desprestígio para o coronel. Nesse momento, trava-se uma luta entre governo federal, apoiando Mundinho Falcão, e governo estadual, apoiando Ramiro Bastos. A luta é extremamente representativa, pois ambas as personagens colocam os governos em combate, medindo forças.

O governo estadual faz de tudo para evitar a chegada do engenheiro, mas Mundinho consegue com o seu prestígio, junto ao governo federal, derrotar os opositores e obter a indicação do profissional. Essa conquista pessoal da personagem garante apoio definitivo de toda a população e, principalmente, dos outros coronéis. Além disso, a obra no porto permite a Mundinho candidatar-se a um cargo de deputado federal.

Segundo Félix (1987, p. 42), a relação coronel/Estado foi se desenvolvendo basicamente num tolerar mútuo de interferências de esferas de poder, à medida que o coronel oferece a garantia de votos de que o governo precisa e recebe em troca uma ampla autonomia como potentado local, coronel ou notável.

Na República Velha, o sistema eleitoral era facilmente manipulado, especialmente através do voto de cabresto, que consistia na compra de votos, em troca de bens materiais ou favores. O voto de cabresto, além de ser uma das principais marcas do coronelismo, contava, também, com o uso de capangas, utilizados para intimidar os eleitores.

Os coronéis costumavam alterar votos, sumir com urnas e até falsificar documentos para que pessoas pudessem votar várias vezes, chegando a utilizar nomes de falecidos nas votações. Essas fraudes permitiam que os coronéis detivessem o poder por anos e estendessem o mando e a hegemonia política para seus familiares ou outras pessoas de seu interesse. Para Souza (2001, p. 109), esse encontro da experiência do trabalho com a terra, no caso da Bahia, não produziu apenas o fruto do cacau. Essa aliança instituiu um tipo de relação social de forte desigualdade entre seus membros, que se sustentou por um longo período, numa linha de continuidade que advém de fases anteriores, representadas pela colonização feudal portuguesa e pelo sistema escravocrata do trabalho que, a um só tempo, estimularam o latifúndio e reforçaram o poder do proprietário rural.

De toda forma, a troca de favores está muito relacionada à troca de votos, ao apoio político, como representado no romance de Jorge Amado:

O governo do estado fizera tudo para impedir a vinda do engenheiro. Jogara todo seu prestígio, toda sua força. O governador, por causa do genro, se empenhara pessoalmente. E quem vencera? Ele, com o estado na mão, chefe de governo, ou Mundinho Falcão, sem sair de seu escritório em Ilhéus? Seu prestígio pessoal derrotara o governo do estado. (AMADO, 2012, p. 147)

Até o momento da chegada do engenheiro, os coronéis ainda estão divididos e valorizam a figura de Ramiro Bastos. Após a conquista do exportador, todos apoiam a nova figura política e passam a encarar o coronel Ramiro como ultrapassado, alguém que já contribuiu com o que tinha que contribuir e precisa abrir espaço para novas ideias:

Não há dúvida ter sido a chegada do engenheiro - derrota do governo do estado - um impacto, um tento lavrado por Mundinho. A própria reação dos Bastos, violenta, queimando uma edição do *Diário de Ilhéus*, vinha prová-lo. Nos dias que se seguiram, alguns coronéis apareceram no escritório da casa exportadora para solidarizar-se com Mundinho, oferecer-lhe seus votos. (AMADO, 2012, p. 174)

Cena marcante da mudança que está ocorrendo em Ilhéus está no excerto que narra a ida do coronel Altino à casa de Ramiro Bastos. Altino era o maior apoiador de Ramiro e resolve adverti-lo quanto ao que está acontecendo na cidade - Mundinho está administrando conforme os tempos, apoiando o progresso e a modernização, permitindo o desenvolvimento da cidade para torná-la uma potência como grande exportadora de cacau.

No capítulo da narrativa denominado “Das cadeiras de alto espaldar”, o coronel Altino compara a cadeira da casa de Raimundo Bastos com a cadeira de Mundinho Falcão. Essa simples comparação pode ser bem significativa, na medida em que as cadeiras, como nos tronos dos reis, representam o poder. Nesse caso, a cadeira de Ramiro Bastos pode ser bonita, mas é incômoda, não combina mais com o tempo atual. Já as poltronas do exportador são macias, estofadas e confortáveis, feitas para os novos tempos, representando a modernidade, a mudança de reinado naquela cidade do interior da Bahia:

O espaldar reto da cadeira. Bonita podia ser, mas era incômoda. Preferia as poltronas macias de couro azul do escritório de Mundinho, estofadas, o corpo se afundando normalmente, tão cômodas, tiravam a vontade de levantar-se e ir embora. (AMADO, 2012, p. 185)

Coronel Altino, pessoa extremamente fechada e que dá pouca importância à política, percebe as mudanças na cidade. Ele representa a personagem para a qual as transformações são inevitáveis e, até mesmo os coronéis mais tradicionais, acabam aderindo aos novos costumes e ao progresso conforme os novos modelos. Nas palavras de Altino, tudo já está diferente:

- Tá certo, coronel. Tudo isso tá certo mas é de outro tempo. A gente vive pensando no trabalho, não se dá conta, o tempo vai passando, as coisas vão mudando. De repente, a gente abre os olhos e tudo tá diferente. (AMADO, 2012, p. 187)

O coronel Altino, ao falar com Ramiro Bastos, assume que uma vez para governar era preciso ter força, mas, também, reconhece que os tempos mudaram. Se houve derrame de sangue no período da conquista da posse de terras, agora não era mais preciso. Nesse momento eles precisavam aceitar as mudanças, inclusive a presença de Mundinho. Isso evitaria que não fossem atropelados pelo progresso que chegava pelas novas estradas, pelo porto e pelos costumes das pessoas:

- Vou dizer a vosmicê. Dantes, era fácil mandar. Bastava ter força. Governar era fácil. Hoje, tudo mudou. A gente ganhou o mando, vosmicê já disse, derramando sangue. Ganhou para garantir a posse de terras, era preciso. Mas a gente já fez o que tinha que fazer. Tudo cresceu. Itabuna tá tão grande como Ilhéus. (AMADO, 2012, p. 187)

O coronel Altino não mede as palavras ao advertir o coronel Ramiro, pedindo para que ele se dê conta de que os costumes são outros, as interferências são outras, as novidades são várias. Ele afirma ao amigo Bastos que não funciona mais mandar e cumprir compromisso com o governo como antigamente, uma vez que o povo está mais ciente e menos submisso.

Segundo Altino, o momento pede alguém que governe de acordo com as necessidades do povo, ao invés de somente atender aos interesses do governador.

A cidade quer alguém que realize algo mais do que construir praças, como se conformava Ramiro. Exige-se alguém que coloque Ilhéus em contato com o mundo, em condições de se desenvolver e absorver o progresso que está se manifestando no comportamento das ruas. Justamente por esses motivos, a chegada do engenheiro e a construção da barra são tão importantes para o desenvolvimento da cidade e para a aceitação completa do carioca Mundinho Falcão. Ainda nas palavras de Altino:

- O tempo chegou, vosmicê não quer se dar conta. No tempo da gente não tinha cinema, os costumes eram outros. Tão mudando também, é tanta novidade que a gente nem sabe pra onde se virar. Antigamente pra governar bastava mandar, cumprir compromisso com o governo. Hoje não basta. Vosmicê cumpre com o governador, é seu amigo, por isso não fica mais respeitado. O povo não quer saber. Quer governo que atenda suas precisões. (AMADO, 2012, p. 188)

Embora o poder absoluto dos coronéis seja contestado por novas forças políticas, as práticas do coronelismo ainda estão presentes, principalmente em relação à violência, ao modo de tratar os trabalhadores – ainda como escravos –, aos insultos, entre outros. Na colheita do cacau, esse sistema fica evidente na narrativa:

Montado em seu cavalo, seguido do capataz, o coronel Melk Tavares atravessava as roças, fiscalizando o trabalho. Desmontava, reclamava das mulheres e crianças: - Que moleza é essa? Mais depressa, sinhá-dona, devagar se cata é piolho. Mais rápidas as pancadas a partir em duas a casca dos frutos de cacau colocados sobre a palma da mão, o toco afiado do facão a ameaçar os dedos a cada vez. (AMADO, 2012, p. 166)

Em geral, os coronéis tratavam seus subordinados com violência, impondo a eles um sistema de submissão e dependência, tanto física quanto psicológica. Os empregados trabalhavam para o coronel em troca de um mísero salário, submetendo-se a condições, muitas vezes, desumanas. Por outro lado, podiam contar com sua proteção, já que, muitas vezes, o coronel preservava a imagem de um pai - que pune, mas protege, que cobra, mas que dá alimento e moradia:

O coronel examinava as árvores, o capataz gritava com os trabalhadores, prosseguia a dura faina diária. Melk Tavares imobilizava-se de repente, perguntava: - Quem colheu aqui? O capataz repetia a pergunta, trabalhadores voltavam-se para ver, o negro Fagundes respondia: - Fui eu. – Venha cá! Apontava os cacauzeiros por entre as folhas cerradas, nos galhos mais altos, viam-se os cocos esquecidos: - Você é protetor dos macacos? Pensa que é para eles que eu planto cacau? Saco de preguiça, só serve mesmo pra arruaça... (AMADO, 2012, p. 166)

Dias depois da morte do coronel Ramiro Bastos, um de seus mais fiéis aliados, coronel Amâncio Leal, resolve falar com Mundinho Falcão. A ida do coronel à casa do exportador causa movimentação nas pessoas que visualizam o acontecimento e logo espalham a importante notícia para toda Ilhéus. O posicionamento de Amâncio Leal é fundamental para comprovar que Mundinho conquista Ilhéus e se torna figura de tanta importância quanto o coronel Ramiro Bastos:

- Seu Mundinho, todo esse tempo combati o senhor. Fui eu quem mandou tocar fogo nos jornais - sua voz macia, seu único olho e as palavras claramente pronunciadas como se resultassem de longa reflexão. (AMADO, 2012, p. 299)

Amâncio Leal confessa ter sido o responsável pelo atentado ao jornal e por outros atos contra Mundinho Falcão. O coronel também segreda que estava com jagunços preparados para agir no dia das eleições e que havia um jagunço especialmente encarregado do exportador. Porém, com a morte de seu compadre, ele não vê mais necessidade de ser contra Mundinho, afinal só combatia o jovem exportador por defender a qualquer custo Ramiro Bastos:

- Agora tudo acabou. Fiquei contra o senhor porque para mim o compadre era mais que um irmão, era como se fosse meu pai. Nunca me importei de saber quem tinha razão. Pra quê? O senhor estava contra o compadre, eu estava contra o senhor. E, se ele fosse vivo, eu estava com ele contra o diabo em pessoa. (AMADO, 2012, p. 299)

Apesar de Mundinho Falcão ser o representante de um novo momento das relações sociais, isso não significa que esteja totalmente descolado das práticas que tenta superar. Mundinho, em alguns momentos do romance, parece ser influenciado pelo meio, não deixando de ter atitudes do sistema coronelista:

- Que adianta? - disse o exportador. - Não sou menino, sei que o senhor, tenente (o delegado era um tenente da polícia militar), não vai tomar providência nenhuma. O importante é prender o jagunço, ele nos dirá quem o armou; e isso nós mesmos vamos fazer. - O senhor está me insultando. - Insultar o senhor? Para quê? O senhor, vou é mandar embora de Ilhéus. Pode ir preparando a bagagem - falava agora quase com o mesmo tom de voz de um coronel dos outros tempos. (AMADO, 2012, p. 240)

Ao comparar Mundinho Falcão a “um coronel dos outros tempos”, o narrador, no fim do romance, parece insinuar que o exportador está reproduzindo algumas características dos coronéis, gerando questionamentos sobre como Mundinho se comportará administrando Ilhéus. O leitor conclui *Gabriela* sem ter meios de saber como o jovem se portará após a morte de Ramiro Bastos. Porém, percebe-se através da fala de Mundinho, ainda na conversa

com o coronel Amâncio Leal, que as práticas do coronelismo não morrem junto com os coronéis, já que Mundinho Falcão também estava com jagunços preparados:

- Coronel, eu lhe agradeço. Eu também lhe combati e ao coronel Ramiro. Não por questão pessoal. Eu admirava o coronel. Mas não concordávamos a respeito do futuro de Ilhéus. – Sei disso. – Nós também estávamos com nossos jagunços preparados. Não sei quem iria botar Ilhéus pelo direito depois de termos posto pelo avesso. Também havia um homem designado para o senhor. Não era meu conhecido velho, mas de um amigo meu. Agora tudo isso acabou para mim também. (AMADO, 2012, p. 300)

Mesmo depois de serem substituídos por outras figuras, como se percebe em *Gabriela*, os coronéis têm suas características repassadas aos proprietários de terras, de estâncias, capatazes e, no caso de *Xarqueada*, ao proprietário de uma charqueada, Dionísio. Neste caso, ainda que não exista mais o coronel, persistem as práticas do coronelismo. O trecho a seguir sinaliza isso:

Um dos homens, na hora de deixar o serviço, queria saber: - Patrão, quanto estou ganhando? - Ainda não fiz preço, no fim do mês vou ver. Saía para um lado, levando Damião, e à parte: - Bote 6\$000 no ponto para cada um deles. O capataz argumentava: - Mas patrão, as outras pagam 8\$000. - Pois eles que vão para as outras; que estão fazendo aqui que ainda não foram? (WAYNE, 1982, p. 68)

Dionísio, apesar de não possuir o poder de um coronel da oligarquia, reproduz as características de mando do coronelismo. Proprietário da charqueada, Dionísio passa a ser o chefe ou o charqueador, não mais chamado de coronel:

Tendo Luís chegado, se dirigia para a Casa Grande, como denominavam o prédio confortável em que morava Dionísio, proprietário da xarqueada. Apresentara-se ao chefe, que o mandara voltar à noite, para começar os trabalhos. Assim fizera. Ao bater à porta, fora atendido por Dionísio, que o conduziu à peça que destinara para seu escritório particular. Participou-lhe o xarqueador, que o havia trazido para ali porque tinham muito o que fazer; precisava ele próprio explicar-lhe como queria cada carta, e o escritório da firma, de madeira cheia de frestas, coberto com zinco frio, fazia-lhe mal à asma. (WAYNE, 1982, p. 23)

Ao lado de Dionísio, Vera, sua esposa, mostra-se outra figura dominadora, que expressa sua opinião sobre os subordinados e incita o marido a ser mais cruel, transformando sua tristeza diante da vida em raiva contra os trabalhadores: “Despede esses trastes, gente boa e que queira trabalhar não falta; tu és um mole, fazem de ti o que querem!” (WAYNE, 1982, p. 24). No início da narrativa, Vera é apresentada como uma mulher linda, asseada e jovem, cuja mocidade contrasta com a idade do marido. Os contrastes apresentados entre marido e

mulher, sejam físicos ou psicológicos, e a falta de afinidade entre o casal, são justificados pela escolha feita por Vera - casara-se por interesse:

Vera se unira a Dionísio por interesse, para satisfazer suas vaidades. Filha duma família pobre, mas gente para quem todas as aspirações consistiam em aparentar grandezas. Fora aconselhada, desde pequena, a procurar um 'bom partido'. O amor viria depois. (WAYNE, 1982, p. 25)

Essa escolha tem consequências na vida da personagem, no relacionamento com o marido e no modo de agir diante das pessoas pobres. Ela torna-se uma mulher amargurada, infeliz e que sente prazer em provocar o sofrimento dos outros:

Havia, porém, alguma coisa com que não contara, e que vinha abalá-la. Tornava-se amargurada. Duma menina boa, que fora, tornara-se má, tudo a irritava. Um descontentamento permanente, cuja causa não sabia explicar, a martirizava. O marido a repugnava. Só o sofrimento de seus semelhantes a consolava um pouco, pois não queria ser a única a ter motivos que a torturassem. Era a parte sentimental, desprezada no seu íntimo, que reclamava seu quinhão. (WAYNE, 1982, p. 25)

Embora seja mulher, a personagem Vera pode ser considerada, também, uma herdeira dos traços dos coronéis. Por meio do seu poder econômico e do privilégio de classe, faz tudo de acordo com a sua consciência, impondo sua vontade sobre os menos favorecidos. Uma situação em que isso fica latente ocorre quando cachorrinho de estimação de Vera adocece e precisa de leite para sobreviver. Vera trata o animal como se este fosse uma pessoa e entende que o leite materno seria o ideal para o tratamento. Vera fica sabendo de uma mulher que recém havia dado à luz e que poderia fornecer leite ao cachorro. Depois de muita insistência, a mulher acaba cedendo ao tom autoritário de Vera e fornece o leite. No entanto, ao ser obrigada a doar todo o alimento, não consegue alimentar o próprio filho. Assim, a criança não tem forças para aguentar seus primeiros dias, vindo a falecer. Vera, ao saber da notícia, não expressa qualquer sentimento de culpa e somente envia uma pequena quantia que mal ajuda nos gastos do enterro:

Para tentar a crioula, que ficara aturdida, fez-lhe uma porção de promessas. Dar-lhe-ia isto, mais aquilo, contanto que fornecesse o alimento. Mas a pobre mãe nada aceitava em troca da saúde do filho. Vera, já exaltada, fez tais ameaças e imposições, que a obrigou a ceder. Passou a ir quatro vezes por dia, duas de manhã e duas de tarde, extrair na presença de Vera o leite pro cachorro. Voltava sugada, pois um restinho que quisesse esconder, a mulher do xarqueador, botando o aparelho de espremer nos seios, fazia passar para a vasilha. O filho se agarrava nos peitos murchos, avidamente, sugava inutilmente e começava a chorar. Passou a alimentá-lo com caldo de arroz e chás. Mas a criança não se dava com o novo regime. (WAYNE, 1982, p. 108)

Dionísio também utiliza de seu poder, tanto social quanto econômico, para oprimir os subalternos - neste caso, para se aproveitar sexualmente da personagem Daniela, moradora da charqueada. Ela, diante da falta de dinheiro e do marido doente que precisa de remédios, acaba por entregar-se ao charqueador. A partir do momento em que cede à imposição de Dionísio e torna-se seu amante, ela perde a dignidade e o respeito do marido. Por outro lado, passa a ter dinheiro para se alimentar e para fornecer os cuidados médicos ao marido.

Com o passar da narrativa, o marido de Daniela entrega-se ao vício do jogo, perdendo muito dinheiro. Dionísio, cansado de dar mais dinheiro do que Daniela precisava e sabendo que o seu marido gastava tudo no jogo, passa a dar quantias menores. Daniela, diante disso, começa a se encontrar com outros homens poderosos que podem pagar bem pelo seu corpo. Quanto mais Daniela se envolve com outros homens, menos Dionísio se interessa por ela, chegando o momento em que ele decide abandoná-la. A personagem, então, cada vez mais endividada por conta do vício do marido, passa a prostituir-se em troca de qualquer quantia, até mesmo por comida.

Ali se tratava dela, Daniela. Tomando-a pela cintura, excitado por sentir-lhe os seios moles, soltos na roupa, a carne ainda quente do leito que deixara há pouco, a beijava guloso. Ela procurava desvencilhar-se, pedia que a deixasse, não fizesse assim. Mas Dionísio não a atendia, animalizado, provocado pelo cheiro de fumaça de carvão de pedra que lhe impregnava o corpo, aquele cheiro de suor velho que exalava as peças de roupa que usava rejuvenescia-o como se fossem pitadas estimulantes de doses bem aproveitadas dum cantárida de uso nasal. Daniela lembrou-lhe assim as mulheres com quem coabitara em sua mocidade, as que possuía até casar-se. Vera sempre limpa, por seus banhos repetidos, odorizada por talcos, sabonetes perfumados, pós de arroz finos, loção, não o apetecia como Daniela, desnorteante de falta de asseio. Daniela foi-se conformando com o irremediável, esperava que acontecesse aquilo, e se abandonou completamente. Dionísio, percebendo a vitória, foi tratando logo de aproveitar os resultados, antes que viesse uma reação, e foi arrastando-a com mansidão, vagarosamente, para o quarto. Ela ia abandonada, sem vontade, como quem sofreu um ataque, e é carregado por outro, deixando-se levar, entregue ao que conduz. (WAYNE, 1982, p. 61)

Segundo Gualberto (1995, p. 171), o poder e a riqueza de um coronel podiam ser medidos pela beleza e luxo de suas amantes, normalmente vindas das camadas mais pobres da população. Elas também eram severamente punidas por suas infidelidades, pouco importando a quantidade de mulheres que pudesse ter um homem.

Assim, percebe-se como o coronelismo representado em *Xarqueada* reproduz comportamentos conhecidos do sistema patriarcal, que considera as mulheres como propriedade, como algo descartável e manipulável. Daniela representa a submissão de muitas mulheres, que sem outros meios de sustentabilidade, viam-se obrigadas a vender seu corpo até

a exaustão. A personagem entrega-se até os limites de seu corpo, sendo posteriormente descartada pelo patrão.

O coronelismo praticado por Ramiro e Dionísio apoia-se no uso da violência para manter o poder sobre os demais, tornando-os submissos e dependentes, seja econômica ou psicologicamente. Para ambos, a manipulação e o poder são utilizados para conseguir vantagens que se estabelecem através da troca de favores. Por um lado, o coronel fornece proteção, alimento e moradia, por outro, os seus subordinados oferecem lealdade, lutam pelos ideais do patrão e colocam suas famílias à disposição para o trabalho, sejam crianças ou mulheres. Conforme afirma Gualberto (1995, p. 69), o prestígio dos coronéis provinha de sua possibilidade de realizar favores. Quanto maior fosse esta possibilidade, maior seria o número de seus eleitores e mais rápido ele subiria na hierarquia política. Em *Xarqueada*, essa relação sofre influência da industrialização e do capitalismo, ou seja, a relação ocorre entre patrão e empregados. De qualquer forma, mantém-se um sistema de dependência com o bolicho, por exemplo, que fornece alimentos, e com as moradias oferecidas aos trabalhadores.

Tanto Ramiro quanto Dionísio encontram-se em processo de decadência. O primeiro afetado pelo progresso e pela modernização, sendo substituído por novas forças políticas, representadas pelo exportador Mundinho Falcão; Dionísio afetado pela tomada de consciência de seus proletários, cientes de que não deviam mais estar expostos àquelas condições desumanas e que precisam reagir. As relações de trabalho na charqueada, mesmo que assalariadas, possuem resquícios do período escravista.

Em ambos os romances uma personagem de fora, exterior àquele contexto, chega para modificar o ambiente, despertar os oprimidos, no caso de *Xarqueada*, ou para apressar a chegada do progresso material e social, como em *Gabriela*. Quem vem de fora, que não está acostumado aos costumes da região, percebe o que está errado e o que precisa mudar. Em *Gabriela* a população não tem consciência disso e Mundinho Falcão entra em cena para dar forma às mudanças que estão ocorrendo. Em *Xarqueada* esse papel entre os trabalhadores cabe a Luís.

Ramiro Bastos, mais do que Dionísio, cria um sistema que rege a economia, a política e o comportamento social, exercendo um poder que surge através de uma sociedade patriarcal, de mando absolutista, corrupção, submissão e imposição de regras morais e éticas próprias. Ainda segundo Gualberto (1995, p. 73), no interior do patriarcalismo, as facções políticas constituíram-se à imagem e semelhança das famílias. Mais precisamente das famílias do tipo patriarcal, em que os vínculos biológicos e afetivos que uniam aos chefes seus descendentes e

todos aqueles que gravitavam em torno do núcleo familiar central eram mais importantes do que qualquer outro aspecto.

Nas duas narrativas a figura da mulher tem lugar de destaque. Em *Xarqueada*, além de Vera e Daniela, outra personagem representativa chama-se Guriazinha, que representa uma geração atenta às questões sociais, de reivindicação por direitos básicos. Já em *Gabriela*, além da personagem homônima, que desafia as regras morais e sociais da época – mesmo de forma inconsciente –, aparece Glória, que desafia um poderoso coronel, e Malvina, personagem a frente do seu tempo que deseja casar-se por amor, estudar, ter o próprio trabalho e, como consequência, ser independente.

Nenhuma das personagens que exerce o mando coronelista nas narrativas tem herdeiros para o seu legado. Dionísio não tem filhos e Ramiro Bastos, mesmo sendo pai, não possui nenhum filho que possa assumir o controle da cidade de Ilhéus como ele fazia. Segundo aponta Sousa (2001), ao revés desse mundo de dor, lutas e esperanças, o cacau abria uma fresta de modernização ao iluminar o desejo, de um ou outro coronel, de promover uma espécie de polimento cultural, um adorno à acumulação de sua riqueza e poder. Era o desejo de tornar o filho doutor (médico, advogado, engenheiro). Era uma promoção a outra sociedade, de requinte, de educação superior, no reconhecimento de um outro mundo de oportunidades, possibilitado pela riqueza. Esses doutores, filhos de coronéis, seriam mais um elo nesse processo de transição social para a modernização, em que o próprio coronel, no seu tradicionalismo, tinha sido a resistência maior.

Tanto na charqueada quanto nas plantações de cacau, os empregados eram assalariados, mas submetidos a um sistema com características do sistema escravista. Eles eram ofendidos, vivendo em condições precárias, sem alimentação e moradias adequadas, submetidos à violência, dependentes do bolicho que vendia mantimentos e era controlado pelo próprio coronel. Havia, também, a exploração do trabalho feminino e infantil.

Em *Gabriela*, fica evidente o apoio político dado aos coronéis pelo governo estadual, que acatava os coronéis por considerá-los estrategicamente importantes no jogo eleitoral. Isso certamente não ocorria apenas na Bahia, mas também em outros estados brasileiros, incluindo o Rio Grande do Sul. Em *Xarqueada* não fica evidente essa relação entre coronelismo e governo. Ao menos no contexto representado, a figura do coronel já aparece de certa forma superada. O que resta são modelos de agir do coronelismo que não dependem de interferências políticas.

Ramiro Bastos, apesar de perceber o seu legado em decadência, possuía mando absoluto, nunca confrontado ou derrotado. Já Dionísio possui um poder contestável, sendo

confrontado por seus empregados que começam a questionar seus métodos e as condições das instalações de trabalho. Em um episódio que retrata isso, um dos trabalhadores da charqueada vê seu filho doente e não tem condições de comprar os remédios necessários. Assim, resolve solicitar ajuda ao patrão, que se recusa a socorrer o empregado. Ao invés de se conformar com a negativa, como normalmente aconteceria, e dominado pela raiva cultivada todos os dias por causa das humilhações, ele ataca e ameaça o patrão:

Mal Dionísio caminhara uns passos, uma onda de raiva afogou o empregado, e mãos enraivecidas seguraram Dionísio pela gola do casaco, sacudindo-o suspendendo-o. Alucinado, o subalterno, enquanto o xarqueador se tornava branco e transtornado pelo susto, interpelava decidido: - Me dá ou não me dá o dinheiro? Num esforço inaudito, reunindo todas as suas forças, atinou Dionísio a insistir na negativa: - Me largue, que chamo a polícia; não dou nada, já disse! Uma pancada seca de lâmina de facão estourou surdamente. Novos golpes eram vibrados desatinadamente. Dionísio, encolhendo os ombros instintivamente, como se quisesse fazer sumir a cabeça, protegendo-a ainda pelos braços levantados, cruzando-se por cima dela, suava frio e tremia. O ferro batia-lhe impiedosamente em cheio pelas espáduas, pelas costas, pelo peito, nas mãos, nos braços. (WAYNE, 1982, p. 78)

Após ser agredido pelo subalterno, Dionísio revela suas fragilidades, demonstrando não ter poder absoluto sobre os empregados. Essa postura contrasta com a posição de Ramiro Bastos, que jamais seria confrontado de semelhante maneira. A fragilidade de Dionísio, que age de acordo com o coronelismo, mas não é um coronel, acaba por manifestar-se fisicamente, por meio de aflição e medo:

Dionísio passava as noites em claro, arroxeados, numa aflição medonha. Uma angústia mortal desenhava-se em suas feições alteradas. Boca semi-aberta. Olhos esbugalhados, rosto esticado para frente. Tanto estava sentado numa cadeira e já se punha a caminhar com as mãos dum lado e doutro do tórax como quem quisesse abri-lo em dois, separar-lhe as metades, dar vazão pela brecha que se abriria àquela pressão que o estrangulava. (WAYNE, 1982, p. 84)

Em *Gabriela*, Ramiro tem origem nos desbravadores de terras, e, em *Xarqueada*, Dionísio adquire posses e poder através da lida braçal, trabalhando em uma estância. Essa origem influencia, certamente, no poder de mando, uma vez que o coronel de *Gabriela* fundou cidades e a partir disso torna-se uma espécie de dono da região. A personagem de *Xarqueada* conseguiu uma posição de autoridade reproduzindo comportamentos passados, aos quais, provavelmente, era submetida.

A existência do coronelismo no Nordeste parece ser mais discutida do que no Sul, como se no Sul ele tivesse ocorrido de maneira mais atenuada, apesar de não ter deixado de ocorrer como nos outros estados. Assim, no Rio Grande do Sul prefere-se o termo estancieiro,

fazendeiro ou proprietário, colocando entre o estancieiro e o peão uma relação mais afetuosa do que exploradora, mais amigável do que violenta:

No contexto de seleção de temas nobres, que refletiam a visão que a classe dominante tinha de si e do mundo, tais como a glorificação do gaúcho, a democracia sulina, a Revolução Farroupilha, o sentimento de nacionalidade do gaúcho, o espírito de partido, etc., não havia espaço para a presença do coronelismo. Afinal, reconhecê-lo seria uma forma de nivelamento e igualdade com o processo sócio-político dos demais estados, o que feriria os 'brios' da classe dominante gaúcha que com o reforço da historiografia transmitia uma imagem de força, bravura e originalidade. (FÉLIX, 1987, p. 9)

Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas implementou medidas que resultaram na diminuição do poder dos coronéis. O voto secreto e o voto feminino, inicialmente um benefício somente de funcionárias públicas, foram instrumentos utilizados para controlar esse poder. Com a proclamação do Estado Novo, em 1937, o envio de agentes do governo central para administrar os estados e os municípios, a industrialização e o crescimento demográfico, tornou-se inevitável o declínio e a superação do coronelismo:

A genialidade política de Vargas, com sua perversidade e seu 'amor' pelo povo, foi o principal elemento na construção do sistema político herdeiro desse vazão. Mas a articulação desse novo espaço não foi feita a partir do nada, havia um imaginário pré-existente: o imaginário coronelista. As condições históricas específicas da sociedade brasileira permitiram a Getúlio Vargas edificar um sistema político, rearticular um imaginário social. Essa nova construção imaginária não abandonaria o coronel, mesmo que tenha reduzido seu espaço. O imaginário coronelista não sofreu uma ruptura radical, mas seus principais personagens políticos ficaram mais longes do centro da cena, ocupada definitivamente por Getúlio Vargas. (GUALBERTO, 1995, p. 191)

Devido à industrialização, entre a década de trinta e a década de sessenta, a população rural iniciou seu lento deslocamento para os centros urbanos. O acesso à educação e aos meios de comunicação fez a população aumentar seu nível cultural e, portanto, sua politização:

Foi assim que, no curso dos anos 1920, o coronelismo daria sinais claros de esgotamento político. Ligado a uma sociedade pouco complexa, cujo funcionamento era relativamente simples, ele era pouco viável numa sociedade urbana que se modernizava. Os coronéis geriram a sociedade brasileira sem que houvesse normas, através do arbítrio, da violência e dos favores. Foram estas as formas de mediação dos conflitos sociais e de satisfação das demandas pessoais. No momento em que essa degradação tornava-se mais flagrante, novos personagens ganhavam destaque na cena política. (GUALBERTO, 1995, p.94)

Como consequência dessas mudanças, o eleitor passou a ser mais crítico e os poderosos tiveram que mudar suas táticas de obtenção de votos. Começaram a surgir novos líderes no contexto social e político, porém, nas comunidades do interior, o coronelismo manteve sua força por um longo período.

Por se passarem na região Sul e Nordeste, que já preservam especificidades regionais desde o seu momento de ocupação, os romances analisados apresentam diferenças na paisagem, nos costumes, no modo de pensar e agir das personagens. Conseqüentemente, a partir dos elementos políticos, econômicos e sociais surge um coronel típico da região, podendo este ser considerado uma regionalidade, reconhecido pela historiografia e representado pela literatura como tal. Esses coronéis tornam-se regionalidades de sua região, com características próprias, únicas, influenciados pelo meio em que vivem e influenciando este mesmo meio.

6 CONCLUSÕES

Esse trabalho procurou analisar a presença do coronelismo no Rio Grande do Sul e no Nordeste, representado pelo sul da Bahia, através das obras ficcionais *Xarqueada* (1937), de Pedro Wayne, e *Gabriela, cravo e canela* (1958), de Jorge Amado, a partir de um estudo interdisciplinar entre a História e a Literatura.

Partindo-se do pressuposto de que as obras ficcionais auxiliam na compreensão de processos históricos, a literatura permite aos leitores adentrarem em um universo amplo, repleto de significações e representações, gerando novas interpretações e questionamentos. O discurso literário apresenta, também, uma preocupação em conhecer o passado por meio da representação, em saber como ocorreram as transformações do homem no processo de desenvolvimento das sociedades.

As obras literárias escolhidas para o estudo, *Xarqueada* e *Gabriela*, possibilitam visualizar uma representação do coronelismo em duas regiões culturais distintas, expondo características, discursos e estratégias para a manutenção do poder por parte dos principais expoentes desse sistema. A leitura interdisciplinar mostra como a ficção trabalha a construção da figura do coronel e como, dessa representação, visualiza-se um panorama socioeconômico de época.

A narrativa de Wayne revela os conflitos da indústria charqueadora, com seus operários e um proprietário. No período representado no romance, a indústria saladeiril começava a ser substituída pelos frigoríficos em um processo de industrialização que provocava crise para os que seguiam modelos produtivos arcaicos. Dessa forma, com a queda da economia do charque, dentre outros fatores, o poder dos coronéis também fica ameaçado, tanto que a personagem Dionísio já se apresenta como proprietário e não mais como um coronel de poder incontestável.

Xarqueada é um romance pouco reconhecido pela crítica, apesar de ter despertado a empolgação de alguns escritores da época, como Jorge Amado e Erico Verissimo, justamente por fazer denúncias sociais no âmbito literário do Rio Grande do Sul. Esse pouco destaque dado ao romance talvez esteja relacionado com a limitação de seu universo temático, se comparado a obras como as de José Lins do Rego ou Graciliano Ramos, por exemplo. A obra de Wayne, apesar de expor as figuras da realidade da indústria charqueadora, limita-se a descrever esse espaço, com suas mazelas sociais, criando um panorama da produção saladeiril, mas sem aprofundar na complexidade psicológica das personagens. A narrativa de Wayne perde em amplitude temática para os romances do Nordeste, centrados nas agruras do sertão e considerados pela crítica da época como “o romance” brasileiro por excelência.

Apesar de sua pouca divulgação e estudo, *Xarqueada* nasce dos anseios de um autor ativo politicamente, já que Wayne participou da revolução que leva Getúlio Vargas ao poder, em 1930, e posteriormente conspirou na Revolução de 1932. Para fugir da ameaça de prisão, o escritor foi trabalhar como guarda-livros na charqueada de seu sogro. O romance constitui-se de forte tom de denúncia social, nada diferente de obras escritas na mesma época em outras regiões. As personagens que trabalham na lida do charque, com o intermédio do guarda-livros Luís, começam a ter consciência de sua condição de explorados e resolvem contestar e lutar por seus direitos através de uma greve. A greve, que vinha sendo discutida e organizada, só encontra forças para ocorrer quando um dos subordinados tem a atitude de agredir o patrão. Diante do afrontamento e do recuo de Dionísio, que tem suas fragilidades expostas, os trabalhadores percebem uma oportunidade para exigir melhores condições de trabalho e salário.

Os trabalhadores de *Xarqueada* são chamados de “trabalhadores livres”, mas são vítimas de um sistema que os torna dependentes e submissos. Eles são livres somente na nomenclatura, já que dependem do proprietário para ter moradia, trabalho e alimento, e ficam obrigados a aceitar as condições impostas. Expostos a um meio insalubre e sujeitos às mais diversas privações e violências, sejam elas físicas ou emocionais, os trabalhadores acabam

sofrendo a influência do meio e passam a agir da mesma maneira cruel, reproduzindo a tortura e a raiva nos animais.

Características como a denúncia social, a exposição de uma realidade de opressão e exploração e a introdução do ideal de “consciência de classe” aproximam *Xarqueada* do romance proletário. Apesar de *Xarqueada* não ter uma função puramente panfletária, o romance se assemelha mais com a obra *Cacau*, de Jorge Amado, do que com *Gabriela*, justamente por representar a exploração dos proletários e o despertar da consciência dessa classe operária. No entanto, o coronelismo aparece como um elo a ligar as três obras citadas.

O fato de a greve não ter um desfecho favorável para os trabalhadores sugere que, na prática, o momento representa apenas o início de uma tomada de consciência da luta por direitos, sem que isso implique em resultados práticos para melhorar a situação vivida pelos trabalhadores saladeiris. Apesar disso, a ação das personagens denota certo otimismo em relação a mudanças concretas no universo da charqueada. Luís acredita nessas mudanças e mostra que continuará a lutar para que os trabalhadores tenham condições melhores e, principalmente, consciência de seus direitos.

A principal simbologia dessa “esperança” está na relação entre Guriazinha, desprezada pela sociedade, e Luís. A criança gerada dessa união simboliza uma nova geração que surge em um novo contexto, com o sangue revolucionário de Guriazinha e com as ideias de Luís, e que pode vir a se rebelar contra as condições desumanas e o sistema coronelista.

Gabriela também apresenta um processo transitório, no qual ainda existem coronéis atuando na cidade de Ilhéus, apesar da chegada da modernidade e do progresso. Esses coronéis, especialmente coronel Ramiro Bastos, encontram na figura de Mundinho Falcão um oponente, já que o jovem exportador chega a Ilhéus com novas ideias no plano político e social e uma nova forma de administração pública.

Mundinho Falcão, mesmo representando o novo e o “moderno”, em oposição ao antigo e “atrasado”, ao fim da narrativa deixa transparecer algumas características semelhantes às dos coronéis, como no tom de voz que utiliza para ameaçar um tenente da polícia militar e na confissão de que usaria a força intimidadora de jagunços no dia das eleições, caso fosse necessário. A partir dessas situações, o leitor pode se perguntar: será que o exportador, mesmo não sendo um coronel, não manterá as características do coronelismo? O narrador de *Gabriela* não deixa clara a resposta para essa questão, na medida em que a morte de Ramiro Bastos e a retirada dos outros coronéis não significa, de modo algum, o fim do coronelismo. Sobre o futuro de Mundinho como deputado federal e líder político de Ilhéus nada se sabe, a não ser pelas insinuações do narrador.

O exportador, à medida que deseja ver Ilhéus prosperando e anseia por ser o elemento gerador dessa prosperidade, mostra-se ciente de que em alguns momentos precisa se adequar ao meio para conseguir seus objetivos. Ele sabe, por exemplo, que precisa do apoio do governo federal para confrontar o poder dos coronéis locais, que eram aliados do governo estadual. Essa luta, que passa pelos meandros da política estadual e nacional, pode incluir inclusive a intervenção de jagunços – repetindo uma velha prática em meio a discursos que pregam a modernidade.

Gabriela, por ser um romance escrito em 1958, apresenta distanciamento do autor em relação à época representada. Esse distanciamento talvez contribua para que algumas questões sejam mais bem aprofundadas ou até mesmo antecipadas. Jorge Amado foi um escritor “combativo” e panfletário em outras obras, principalmente nas primeiras de sua bibliografia, mas em *Gabriela* preocupa-se menos com a ideologia e mais com o acabamento estético. O autor, através do narrador, já não tem uma postura maniqueísta como na fase comunista dos anos 30, em que divide tudo entre o bem e o mal, exploradores contra explorados. Nessa narrativa, Jorge Amado passa a analisar os problemas e as situações históricas por diferentes ângulos, relativizando certas acepções.

O romance de Jorge Amado, mesmo sem possuir vínculos declarados com a proposta ideológica dos anos 30, apresenta muitas identificações com a produção literária daquele período. No enredo da narrativa, Ilhéus passa por uma fase de consideráveis transformações econômicas e políticas advindas de novos modelos sociais. A crítica social manifesta-se em diversos momentos da obra, seja na figura do coronel - ligado ao surgimento das cidades e que ao mesmo tempo atrasa a modernização da região por causa de seu modo de governar -, seja na participação das mulheres como Gabriela, Malvina e Glória - que se libertam de certas amarras impostas pelo conservadorismo -, seja na exposição das ilegalidades e violências cometidas durante o processo de desenvolvimento de Ilhéus - em que se visualiza a realidade dos trabalhadores na lida do cacau.

O enredo da obra gira em torno de eixos opostos, como o desenvolvimento e o progresso em contraposição ao atraso - como exemplo de desenvolvimento, a fundação do Clube Progresso e, como exemplo de atraso, o momento em que um poderoso aliado de Ramiro Bastos manda queimar exemplares do jornal que estava apoiando Mundinho Falcão. Nessa mesma direção aparece o tema da liberdade individual, que pode ser representada pela personagem Gabriela, em contraposição ao conservadorismo moral e religioso, pregado pelas beatas da cidade. Por fim, a imposição pela violência, representada pelo coronel Ramiro Bastos, contra a imposição pelo argumento e pelas obras, nas ações de Mundinho Falcão.

Para poder tratar sobre o coronelismo nas duas narrativas de ficção, buscou-se retomar a sua trajetória histórica. Originários dos desbravadores de terras, os coronéis transformaram áreas inabitadas em vilas e cidades, tornando-se figuras marcantes por essa característica fundatória, influenciando, também, a estrutura social das regiões, seja no Sul ou Nordeste do Brasil. Esse surgimento possibilitou que eles se posicionassem como autoridades legais, ditando leis, costumes e regras para a população. Através de um sistema dependente, esses coronéis protegiam os habitantes em troca de lealdade e submissão. Certamente, essa troca foi importante no início da formação das cidades, perdendo o sentido com a chegada da industrialização e de novos hábitos, quando as pessoas passam a não mais depender de uma autoridade para sobreviver, para ter o que comer ou onde morar. Nesse contexto, as relações de trabalho e de práticas sociais adquirem outros sentidos. Sem a necessidade de uma figura de mando como a do coronel, as cidades passam a necessitar de figuras políticas com o perfil de “administrador público”, identificados com o momento político e econômico brasileiro.

Os antigos coronéis, como se viu, eram detentores do poder econômico e, conseqüentemente, controlavam os rumos da política regional e do desenvolvimento social e cultural. No Rio Grande do Sul, a economia do charque, por exemplo, não foi somente importante para a economia da região, mas contribuiu também para a ocupação e a povoação do território, bem como para a estruturação de relações sociais e de poder. No sul da Bahia, a economia do cacau possibilita o surgimento desses coronéis, figuras políticas tão marcantes que, mesmo sendo superadas por outras formas de administração, deixam como herança o sistema de mando do coronelismo.

A economia influencia o surgimento, a permanência e o enfraquecimento do coronelismo, o que ajuda a explicar a forma de tratamento do tema em *Gabriela* e *Xarqueada*. Em *Gabriela*, a maior quantidade de coronéis e a disputa por poder ainda existente podem ser explicadas pelo fato de que nos anos 20, no sul da Bahia, a economia do cacau ainda estava no auge. Na mesma época, no Rio Grande do Sul, a indústria charqueadora já estava em decadência, em decorrência da industrialização e da utilização de frigoríficos, que proporcionavam técnicas mais avançadas de conservação da carne. Esse enfraquecimento da economia charqueadora ocasiona a diminuição do poder social e político dos coronéis e o surgimento de novas forças político-administrativas. Assim, ao contrário do romance de Jorge Amado, a oligarquia rural não aparece em *Xarqueada*. Nesta narrativa, as tensões ocorrem entre patrão e proletários, já em uma fase pós-crise latifundiária.

Neste trabalho, para poder comparar o coronelismo no Rio Grande do Sul e no sul da Bahia, discute-se a ocupação territorial do Brasil em geral, mas direcionando o interesse para as regiões Sul e Nordeste. Assim, apresenta-se as respectivas formações sociais, políticas, econômicas e culturais, visando refletir sobre a formação e o desenvolvimento econômico e social de ambas as regiões e do país.

Ao analisar os dois romances, comparando as representações do coronelismo em regiões culturais distintas, percebem-se aproximações e distanciamentos entre as personagens Dionísio e Ramiro Bastos. Primeiramente, na obra *Xarqueada* não se tem um coronel, mas a presença do coronelismo. Dionísio apresenta-se como proprietário da charqueada Santa Margarida, reproduzindo características do coronelismo na maneira como submete seus empregados a condições precárias, tornando-os dependentes fisicamente e psicologicamente. O autor, ao explorar na ficção o universo das charqueadas, desmascara o patrão, expondo o seu lado desumano, ao mesmo tempo em que revela as contradições do capitalismo.

Em *Gabriela*, Ramiro Bastos é um coronel originário nos desbravadores de terras, posição que o coloca com maior poder sobre a cidade e os moradores. Apesar desse caráter fundador, o coronelismo baseou-se no mando absoluto e no conservadorismo, postura que contribuiu, muitas vezes, para frear o desenvolvimento das cidades. Mesmo com maior força no contexto representado, Ramiro apresenta-se como um coronel já não mais desbravador ou de poder incontestável, mas uma figura que se depara com novos modelos sociais e forças políticas que acabam por superá-lo.

Conclui-se que regiões culturais distintas influenciam na construção da figura do coronel e na prática do coronelismo, estabelecendo aproximações e distanciamentos nas regionalidades locais. No universo dessas regiões, esses coronéis tornam-se regionalidades, com características próprias, influenciados pelo meio em que vivem e influenciando este mesmo meio, deixando de herança o modelo de mando do coronelismo – como bem representam os romances *Xarqueada* e *Gabriela*.

Por fim, o estudo procurou contribuir para as pesquisas na área da História e da Literatura, traçando um panorama de época de acordo com as obras de ficção de Pedro Wayne e Jorge Amado. Ao analisar o coronelismo em diferentes espaços sócio-geográficos de uma mesma época procurou-se auxiliar na reflexão sobre os feixes de relações estabelecidos no Sul e Nordeste do Brasil, através da economia do charque e do cacau e, conseqüentemente, contribuir com as pesquisas sobre a formação e o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A partir dessas conclusões, espera-se abrir possibilidades para novos estudos, seja nos romances *Xarqueada* ou *Gabriela, cravo e canela*, seja em trabalhos que relacionem as áreas da História e da Literatura em outras narrativas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V.T.; BORDINI, M.G. *Literatura: a formação do leitor*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

AMADO, Jorge. *Cacau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Gabriela, cravo e canela: crônica de uma cidade do interior*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDDT, João Claudio. Do outro lado do muro: regionalidades e regiões culturais. *RUA* [online]. Unicamp, nº 18, v. 2, 2012.

ARISTÓTELES. *Os pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

ARRUDA, José Jobson de Andrade; PILETTI, Nelson. *Toda a história: história geral e história do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e discurso*. São Paulo: Ática, 1995.

BARROS, José D' Assunção. História e literatura - novas relações para os novos tempos. *Revista Contemporâneos - Revista de Artes e Humanidades*, São Paulo, n. 6, p. 1-27, maio/out., 2010.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

BUENO, Luís. *Uma história do Romance de 30*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre História e Ficção. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (Orgs.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 107-115.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 2000a.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000b.

CÉSAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. *RS: Economia e política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 7-28.

CHIAPPINI, Ligia. Regionalismo (s) e regionalidade (s): trajetória de uma pesquisadora brasileira no diálogo com pesquisadores europeus e convite a novas aventuras. In: ARENDT, J. C.; NEUMANN, G. R. *Regionalismus - Regionalismos: subsídios para um novo debate*. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: INEP, 1960.

_____. *Etnias e culturas no Brasil*. 4. ed. Editora Paralelo, Instituto Nacional do Livro. INL: Rio de Janeiro, 1972.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Forma e sentido do texto literário*. São Paulo: Ática, 2007.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FILHO, Adonias. *Sul da Bahia: chão de cacau*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FILHO, Mário J. Maestri. O escravo africano no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. *RS: Economia e política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 29-54.

FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, Álvaro Cardoso. *Jorge Amado: seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios*. São Paulo: Abril Educação, 1981.

GUALBERTO, João. *A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória, ES: UFES – Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

HAESBERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas, *Antares* (Letras e Humanidades), nº 3, jan/jul 2010, Caxias do Sul, p. 2-24.

HOOPER, Silvana Seabra. *Fronteiras de literatura e história: a escrita de Sérgio Buarque de Holanda em Caminhos e fronteiras*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

JOACHIMSTHALER, Jürgen. A literarização da região e a regionalização da literatura. *Antares* (Letras e Humanidades), Caxias do Sul, n. 2, p. 27-60, jul/dez 2009.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MENDES JÚNIOR, A.; MARANHÃO, R. *Brasil História*. Texto e consulta. Vol. Era Vargas. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOREIRA, Eunice. Charqueadas e Xarqueada: a vida saladeiril na província gaúcha. *Revista Letras de Hoje*. Porto Alegre, n. 2, v. 42, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção - diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, v. 21, 2000.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. 7 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

_____. *RS: A economia e poder nos anos 30*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

POZENATO, José Clemente. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educs, 2003.

PROENÇA FILHO, Domício. *A linguagem literária*. São Paulo: Ática, 1995.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REMEDI, José Martinho Rodrigues. *Condição (sub) humana. Um estudo das representações do universo saladeiril no romance Xarqueada de Pedro Wayne*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

SANTANA, Affonso Romano de. *Análise Estrutural de Romances brasileiros*. Petrópolis: Vozes, 1973.

SENA JÚNIOR, Gilberto Ferreira. *Realidade versus ficção: a literatura como fonte para a escrita da História*. In: VI Simpósio Nacional Estado e Poder. São Cristóvão - SE. Anais, 2010.

SOARES, Valter Guimarães. História e Literatura: é possível sambar? *Revista Práxis*. Salvador, v. 03, p. 35, 2006.

SOUSA, Antônio Pereira. *Tensões de tempo: a saga do cacau na ficção de Jorge Amado*. Ilhéus: Editus, 2001.

TAVARES, Hênio Último da Cunha. *Teoria Literária*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

WAYNE, Pedro. *Xarqueada*. Porto Alegre: IEL/Movimento, 1982.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Jorge Amado: política e literatura - um estudo sobre a trajetória intelectual de Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

ASSUMPÇÃO, Clóvis. *Panorama poético de Pedro Wayne*. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Ciências e Letras, 1975.

BOUCINHA, Cláudio Antunes. *A história das charqueadas de Bagé (1891-1940) na literatura*. Dissertação (Mestrado) - Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.

BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1994.

CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil 1877-1944*. São Paulo: DIFEL, 1984.

CÉSAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737/1902)*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.

COSTA, Rogério H. da. *RS: latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Introducción a la sociologia regional*. México: Instituto de Investigaciones Sociales, 1954.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: 1955.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Heloísa Toller. *O poder rural na ficção*. São Paulo: Ática, 1981.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LINHARES, Maria Yedda (org). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MARANHÃO, R.; MENDES JÚNIOR, A.; RONCARI, L. *Brasil História*. Texto e consulta. Vol. Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 20. ed. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

OLIVEN, Ruben. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Jorge Amado: um escritor de putas e vagabundos? In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 333-359.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. *Pecuária e indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha do século XIX*. Porto Alegre: Movimento, 1986.

_____. República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 193-228.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Rafael José dos. Relatos de regionalidade: tessituras da cultura. *Antares*. Caxias do Sul, n. 3, p. 2-24, jan/jun 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 10. ed. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *História da literatura brasileira*. 10. ed. Rio de Janeiro: Grafia, 2002.

_____. *Literatura e história no Brasil contemporâneo*. 10. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

VELOZO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Editora Paz na Terra, 1999.